

GEORGE STEINER



EXTRATERRITORIAL

A LITERATURA
E A REVOLUÇÃO
DA LINGUAGEM

secretaria
de estado
da cultura.


COMPANHIA DAS LETRAS

GEORGE STEINER

DEDALUS - Acervo - FFLCH-LE

801
S838eP

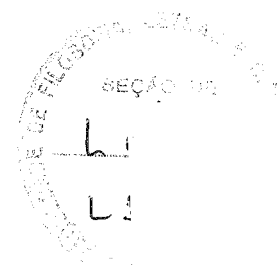
Extraterritorial :



21300093123

EXTRATERRITORIAL
A LITERATURA E A
REVOLUÇÃO DA LINGUAGEM

Tradução:
JÚLIO CASTAÑON GUIMARÃES



SBD-FFLCH-USP



12599




COMPANHIA DAS LETRAS

801
5838eP

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Steiner, George, 1929-

Extraterritorial: a literatura e a revolução da linguagem / George Steiner; tradução Júlio Castañon Guimarães. -- São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ISBN 85-7164-103-X

1. Linguagem 2. Linguística 3. Literatura - Filosofia 4. Teoria literária I. Título. II Título: A literatura e a revolução da linguagem.

CDD-801

-401

-410

89-2460

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguagem: Filosofia 401
2. Linguística 410
3. Literatura: Filosofia 801
4. Teoria literária 801

Copyright © 1968, 1969, 1970, 1971 by George Steiner

Proibida a venda em Portugal

Título original:

Extraterritorial

Papers on literature and the language revolution

Indicação editorial:

Augusto de Campos

Capa:

Moema Cavalcanti

sobre fragmento de disco de Phaistos (1700-1600 a.C.)
(estes ideogramas cretenses ainda não foram decifrados)

Preparação:

Márcia Copola

Revisão:

Luciane Rapses

Ingrid Basílio

*A redução no preço deste livro
foi tornada possível pela co-edição patrocinada
pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo*

1990

Editora Schwarcz Ltda.

Rua Tupi, 522

01233 — São Paulo — SP

Fones: (011) 825-5286 e 66-4667

Para Ivor e Dorothy Richards

ÍNDICE

Prefácio	9
Extraterritorial	15
Da nuance e do escrúpulo	23
Tigres no espelho	33
Devastação	45
Uma morte de reis	55
O animal com linguagem	65
Línguas dos homens	103
Lingüística e poética	125
Em uma pós-cultura	149
Linhas da vida	163

PREFÁCIO

É lugar-comum observar que houve uma “revolução da linguagem”. A noção de que a codificação e a transmissão de informação ordenada são cruciais para a definição do homem é agora essencial, não apenas na filosofia, na lógica, na teoria social e no estudo das artes, mas também como presença central nas ciências da vida. As intensas energias do espírito, a força técnica que a lingüística tem demonstrado no decorrer das últimas décadas são tanto estímulo quanto consequência de um redirecionamento mais amplo. Os artigos e estudos reunidos neste livro tratam de aspectos correlatos desse movimento geral. Abordam certos elementos filosóficos e literários desse retorno radical — uma renovação que é ao mesmo tempo uma reexperiência — da imagem da pessoa humana enquanto singularmente relacionada com o ato da fala, com o *logos*.

As fontes da revolução da linguagem coincidem em tempo e sensibilidade com essa crise da moral e dos valores formais que precede e segue imediatamente a Primeira Guerra Mundial, em particular na Europa central. O que em outra ocasião denominei “repúdio da palavra” e o fracasso da formação humanística diante da barbárie contrapõem-se diretamente à nova lingüística, às novas tentativas — filosóficas, psicológicas, poéticas — de estabelecer um centro semântico. Em vários trechos desta coletânea, tento indicar algumas das linhas de relação interna e reciprocidade entre as análises lingüísticas dos primeiros Russell e Wittgenstein, as investigações dos círculos lingüísticos de Moscou e Praga, e o tropo do silêncio ou fala fracassada na literatura de Hofmannsthal, de Kafka e dos modernos. Os modos analítico e mimético de experimentar o profundo paradoxo e fragilidade da linguagem interagem em nume-

rosos pontos-chave. O *Tractatus* de Wittgenstein tem sua contraparte substantiva na poesia, no teatro e mesmo na música do período. Este conjunto de artigos é um ensaio preliminar para uma história da modificação da consciência da fala, da modificação dos modos como a cultura habita a linguagem, tal como tem ocorrido desde a década de 1890.

Um aspecto marcante dessa revolução da linguagem tem sido a emergência de pluralismo lingüístico ou “desabrigo” em certos grandes escritores. Esses escritores mantêm uma relação de hesitação dialética não apenas com uma língua materna — como antes fizeram Hölderlin ou Rimbaud —, mas com várias línguas. Isto praticamente não tem precedentes. Indica o problema mais geral de um centro perdido. Faz de Nabokov, Borges e Beckett as três figuras representativas da literatura de exílio — que talvez seja o principal impulso da literatura atual. Diferentes estudos deste livro tratam de um ou outro aspecto da extraterritorialidade deles. Apenas o artigo sobre Céline remonta a minha obra anterior, as minhas tentativas de localizar de modo mais preciso a coexistência de barbárie política e mérito literário.

Constitui um procedimento óbvio focalizar os elementos lingüísticos em Nabokov ou Beckett, a cama-de-gato interlingüística e intralingüística de suas invenções. Mas aponta para o tema mais geral dos efeitos da revolução da linguagem sobre os modos como lemos a literatura. Esses efeitos parecem-me fortes e estimulantes. As exigências feitas à crítica literária por Roman Jakobson e pelos poetas-lingüistas do Círculo Lingüístico de Moscou agora pressionam a consciência literária — ou assim deveriam ser sentidas — com uma nova insistência. Toda literatura é um construto lingüístico. As investigações filosóficas, lógico-lingüísticas e psicológicas da sintaxe e das gramáticas do sentimento humano, tal como têm sido realizadas desde 1900, não podem ficar alheias à literatura. Ao contrário, o caso poético é o exemplo essencial, ontologicamente cristalizado, da vida da linguagem. A exata autoridade e o âmbito de pertinência que a lingüística tem para o poeta, o estudante de letras e o leitor comum permanecem, com justiça, discutíveis. Mas a discussão deve ser levada adiante para que a crítica literária e a história literária novamente se tornem um empreendimento sério (o que dificilmente são no momento). No centro desta coletânea está um estudo que procura expor quais devem ser as interações criativas entre lingüística e poética.

Hoje, qualquer reflexão sobre a natureza da linguagem e as re-

lações da linguagem com a mente terá de aceitar ou toda a lingüística gerativa transformacional ou, pelo menos, as seções do modelo mais próximas de suas preocupações. Assim deveria ser. As contribuições de Noam Chomsky para a formalização da teoria da gramática e para a posição hoje ocupada por essa teoria no estudo de lógica e psicologia são relevantes. São, além do mais, contribuições de grande elegância e fascínio intelectual. Não tenho competência nem estou inclinado a questionar seu valor e sua coerência técnica. Já são inegavelmente uma parcela clássica da história da investigação lingüística. Minhas divergências com a lingüística chomskiana — divergências discutidas ao longo deste livro — são de tipo mais fundamental.

Estou persuadido de que o fenômeno da linguagem é tal que uma descrição rigorosamente idealizada e quase matemática das estruturas profundas e da geração da linguagem humana está destinada a ser incompleta e, muito possivelmente, deformadora. É a debilidade, o determinismo da questão transformacional gerativa — em particular de sua tendência dogmática corrente — que considero inquietantes. Trata-se da recusa de ver como, em um nível imediato, problemas de descrição formal se tornam uma questão de filosofia geral e da imagem que temos das relações do homem com o *logos*.

Este é, em parte, um assunto de história. A despeito de suas referências aos gramáticos de Port-Royal e a Humboldt, a lingüística chomskiana é insistente, quase sempre de modo polêmico, em sua autonomia inovadora. Também é rigorosa em sua dedução do que é ou não relevante, do que é ou não respeitável. A última exclusão é capital: nela está em constante atuação a intensa ambição de ser considerada uma “ciência”. Isto tem significado não apenas uma danosa insuficiência para avaliar devidamente boa parte da obra filosófico-lingüística de Saussure (de quem por acaso provém toda a distinção competência/desempenho), de Wittgenstein e de I. A. Richards, mas uma total indiferença pelas áreas mais especulativas, metalógicas da filosofia da linguagem.

Tenho em mente a tradição fenomenológica de Dilthey e Husserl com sua ênfase na historicidade dos atos de fala, na delimitação temporal e mutações dos modos semânticos mais elementares. Penso nas investigações da linguagem de Heidegger, em *De l'interprétation*, de Paul Ricoeur, e em toda a abordagem hermenêutica hoje tão intensa na França, Itália e Alemanha. Ou na escola de exegese reunida em torno do periódico austríaco *Brenner*, imediatamente antes e depois de 1914-18, com sua ênfase nas características reli-

gias, “pneumatológicas” da fala humana e seus vínculos, ainda a serem estudados, com o primeiro Wittgenstein. Afastada dessas tradições filosóficas, desdenhosa das incertezas e sugestões transcendentais que elas desenvolvem, a nova lingüística, com seus declarados ideais metamatemáticos, corre o risco de uma trivialidade excessiva. (Incluo um pequeno trecho sobre xadrez neste livro não apenas por sua óbvia pertinência em relação a Nabokov, mas para ilustrar rigorosamente a noção de um construto mental que é ao mesmo tempo vigoroso e formalmente de extrema profundidade, mas também essencialmente trivial.) As peremptórias ingenuidades de uma boa parte do trabalho gerativo transformacional tornam impossível qualquer acesso real à linguagem quando ela está em uma condição de concentração máxima, quando, como diz Heidegger, a linguagem é o ser total, como no caso da literatura. Um dogmatismo científico (há, de fato, uma “ciência lingüística”?) excluiria da investigação racional o “mistério” da linguagem, seu estado intermediário entre espiritualidade e articulação física. Todavia, é nessa condição intermediária e no fato, como expõe Quine, de que “duas pessoas não aprendem sua língua do mesmo modo, nem, em certo sentido, cessam o aprendizado dela durante a vida” que devem ser buscadas chaves primárias para o núcleo lingüístico da identidade humana.

O tema de Babel é um exemplo característico. O desenvolvimento “contra-econômico” em uma terra superpovoada por muitos milhares de línguas mutuamente incompreensíveis, com freqüência afastadas apenas por quilômetros, coloca problemas fundamentais. Uma teoria da linguagem abrangente — que também será uma teoria da humanidade singular do homem — não pode descartar a questão como se fosse relativa apenas a aspectos superficiais. Não é, porém, nas gramáticas transformacionais, mas na hermenêutica, na *Sprachphilosophie* de Walter Benjamin, com suas inequívocas raízes no pensamento cabalístico, que as implicações de Babel são apreendidas. Os pontos em que toco no tema de Babel nestes artigos são preliminares de um estudo mais amplo.

O professor Chomsky expressou-me fortes dúvidas quanto a haver qualquer coisa de valor que a lingüística e as ciências biológicas pudessem dizer entre elas. Ele podia muito bem estar certo. No entanto, são intensas no momento as trocas de terminologia, de modelos implícitos, de hábitos de compreensão. Marcam ambos os campos, fazendo deles, por assim dizer, ramos de uma abrangente ciência do significado. Mesmo que se venha a verificar que as afini-

dades têm sido apenas metafóricas, esses reflexos através da metáfora são de grande interesse para a história da cultura. Examinando algumas dessas reciprocidades no último ensaio.

Mas minha discussão é mais geral. A “incorporação” das energias mentais e das formas especulativas das ciências — a encarnação da satisfação e da beleza dessas formas — na alfabetização culta, na vida normal da imaginação, é uma questão dominante no que resta de nossa cultura. Essa incorporação deve ser tentada, mesmo onde venha a permanecer em grande parte “imaginada” ou analogizada, para que possamos emergir da inação e do tédio da semi-alfabetização. Um dos estudos desta coletânea aborda especificamente esse tema. Por outro lado, acredito, não há mérito inevitável na rejeição dos âmbitos religioso e metafísico da discussão, pois falar da geração e condição da linguagem é falar da geração e condição do homem.

G. S.
Universidade de Yale
Outubro de 1970

EXTRATERRITORIAL

A teoria romântica sustenta que, de todos os homens, o escritor é o que mais obviamente encarna o gênio, o *Geist*, a quiddidade de sua língua materna. Cada língua cristaliza a história interna, a visão de mundo específica do *Volk* ou nação. Essa teoria é parte natural do historicismo romântico e da descoberta pelo século XIX do poder conformador do desenvolvimento lingüístico. A filologia indo-européia parecia não apenas um caminho para o passado, de outro modo irrecapturável, para o tempo das raízes da consciência, mas também uma abordagem singularmente sagaz da questão da condição étnica. Essas noções, expressivas em Herder, Michelet, Humboldt, parecem ir ao encontro do senso comum. O escritor é um mestre especial da língua. Nele, as energias do uso idiomático, da implicação etimológica, declaram-se com óbvia força. Mais do que falantes comuns, ele pode, como diz D. W. Harding em conhecida passagem, levar “a língua a influenciar o pensamento incipiente em um estágio inicial de seu desenvolvimento”. Mas é a *sua* língua que ele leva a influenciar; é sua familiaridade com ela, sonambular, genética, que torna a influência radical e inventiva. A vida da língua, por sua vez, reflete mais a presença do escritor que a de qualquer outro *métier*: “Devemos ser livres ou morrer, aqueles que falamos a língua/ Que Shakespeare falou”.

Daí a estranheza *a priori* da idéia de um escritor lingüisticamente “desabrigado”, de um poeta, romancista, dramaturgo não completamente em casa na língua de sua produção, mas deslocado ou em hesitação na fronteira. No entanto, essa sensação de estranheza é mais recente do que se pode pensar. Boa parte da literatura européia conhecida tem por trás dela a pressão ativa de mais de uma língua. Eu argumentaria que parcela considerável da poesia de Pe-

trarca a Hölderlin é “clássica” em um sentido muito material: representa um longo ato de *imitatio*, uma tradução interna para o vernáculo pertinente de modos gregos e latinos de expressão e sensação. Correntes literais de grego, latim e italiano deslocam-se pelo inglês de Milton. A perfeita concisão de Racine depende, em parte, do eco consumado da passagem de Eurípides — um eco plenamente presente na mente do poeta e supostamente também, pelo menos em algum grau, na mente de seu público letrado. O bilingüismo, no sentido de uma fluência igualmente expressiva na língua materna e em latim e/ou francês, era regra, mais do que exceção, entre a elite européia até o final do século XVIII. Com muita freqüência, de fato, o escritor se sentia mais à vontade em latim ou em francês do que em sua própria língua: as memórias de Alfieri contam sua longa luta para adquirir autoridade natural em italiano. Até quase em nossa época continuou a ser produzida poesia em latim.

Todavia, há mais do que a mística nacionalista na noção do escritor *enraciné*. O latim era, afinal, um caso muito especial, uma interlíngua sacramental e cultural que preservava sua função justamente porque os vernáculos europeus se distanciavam com o aprofundamento da autoconsciência. A língua de Shakespeare, de Montaigne, de Lutero corporifica uma força local extrema, uma asserção de identidade específica, “intraduzível”. Para que o escritor se tornasse bilíngüe ou multilíngüe na acepção moderna, foi necessário que ocorressem autênticas alterações de sensibilidade e condição pessoal. Estas são visíveis, talvez pela primeira vez, em Heine. Valores binários caracterizam sua vida. Ele era um judeu com formação cristã e uma concepção voltairiana de ambas as tradições. Sua poesia modula continuamente de uma ênfase romântico-conservadora para uma ênfase satírica, radical. A política e a disposição pessoal fizeram dele um viajante através da Europa. Essa condição determinou sua igual fluência em francês e em alemão e deu a sua poesia alemã um caráter particular.

A fluência e a clareza que Heine apreendeu da fala comum [diz T. W. Adorno] são exatamente o oposto do “em casa” [*Geborgenheit*] nativo. Apenas ele, que não está verdadeiramente em casa dentro de uma língua, usa-a como um instrumento.

As ambições bilíngües de Oscar Wilde podem ter tido raízes ainda mais sutis. Há a relação anglo-irlandesa com sua tradicional inclinação para um domínio excêntrico e exibicionista do inglês; há também o uso irlandês da França como uma contraposição aos valores ingleses e o próprio uso por Wilde do pensamento e do texto

francês para fortalecer sua polêmica estética e liberadora contra os padrões vitorianos. Mas pergunto se a demonstração lingüística que permitiu a Wilde escrever *Salomé* em francês (ou que inspirou o verso latino de Lionel Johnson) não indica algo mais profundo. Sabemos absurdamente pouco sobre a harmonia vital entre eros e a linguagem. O bilingüismo de Oscar Wilde pode ser um desempenho expressivo da dualidade sexual, uma fala-símbolo para os novos direitos de experiência e instabilidade que ele reivindicava para a vida do artista. Aqui, como em outros importantes pontos, Wilde é uma das verdadeiras fontes do caráter moderno.

Os vínculos com Samuel Beckett são óbvios. Outro irlandês, fantásticamente competente tanto em francês quanto em inglês, desarraigado porque em casa de modo tão variado. Em relação a boa parte da obra de Beckett não sabemos se surgiu primeiro a versão em inglês ou a versão em francês. Seus textos paralelos têm um brilho incomum. Ambas as correntes lingüísticas parecem simultaneamente ativas na redação interlingual e intralingual de Beckett; ao traduzir suas próprias piadas, trocadilhos e acrósticos, ele parece encontrar na outra língua o análogo único e natural. É como se o trabalho inicial de invenção fosse feito em uma criptolíngua, composta igualmente de francês, inglês, anglo-irlandês e fonemas totalmente particulares. Embora, na medida de meu conhecimento, não tenha publicado poemas ou parábolas fora do espanhol, Borges é outro dos novos “esperantistas”. É profunda sua intimidade com o francês, o alemão e, em especial, com o inglês. Com freqüência um texto inglês — Blake, Stevenson, Coleridge, De Quincey — subjaz à expressão em espanhol. A outra língua “transparece”, dando ao verso de Borges e a suas *Ficções* luminosidade e universalidade. Ele usa o popular e a mitologia da Argentina para lastrear o que de outra forma poderia ser quase muito abstrato, muito estranho em termos de imaginação.

Esses multilíngües (Ezra Pound tem seu lugar nesse contexto) estão entre os escritores mais destacados do período. Mais uma vez está em dúvida a equiparação de um único eixo lingüístico, de profundo enraizamento nativo, à autoridade poética. E, se excetuarmos o latim, talvez em dúvida real pela primeira vez. Este é um aspecto decisivo em Nabokov.

A bibliografia de Nabokov está cheia de ardis e obscuridades. Mas parece confirmado que ele produziu obra original em pelo menos três línguas. Digo “pelo menos” porque pode ser que um conto, “O.”, incluído em *Speak, memory* (1951) e depois em *Nabokov's*

dozen (1958), tenha aparecido primeiro, com o mesmo título, em francês, em *Mesures* (Paris, 1939).

Esta é apenas uma faceta da natureza multilíngüe de Nabokov. Suas traduções, retraduações, pastiches, imitações interlingüísticas etc. formam uma estonteante cama-de-gato. Nenhum bibliógrafo, até agora, desemaranhou-a por completo. Nabokov traduziu poemas de Ronsard, Verlaine, Supervielle, Baudelaire, Musset, Rimbaud do francês para o russo. Nabokov traduziu os seguintes poetas ingleses e irlandeses para o russo: Rupert Brooke, Seumas O'Sullivan, Tennyson, Yeats, Byron, Keats e Shakespeare. Sua versão russa de *Alice no país das maravilhas* (Berlim, 1923) há muito é reconhecida como uma das chaves de toda a *oeuvre* nabokoviana. Entre os escritores russos que Nabokov traduziu para o francês e o inglês estão Lermontov, Tiutchev, Afanasi Fet e o anônimo da *Canção da campanha de Igor*. Seu *Eugene Onegin*, em quatro volumes com gigantesco aparato textual e comentário, pode revelar-se como seu (perverso) *magnum opus*. Nabokov publicou um texto russo do Prólogo para o *Fausto*, de Goethe. Um de seus feitos mais estranhos é uma retradução de volta para o inglês da "infeliz mas famosa"* versão russa de *The bells*, de Edgar Allan Poe, feita por Konstantin Bal'mont. Sombras de Pierre Menard, de Borges!

Tão ou mais importantes que essas traduções, mimos, inversões canônicas e pastiches de outros escritores — indo de um lado para outro entre russos, franceses, alemães, ingleses e americanos — são as refundições multilíngües de Nabokov feitas por Nabokov. Ele não é apenas, junto com seu filho Dimitri Nabokov, o principal tradutor para o inglês de seus primeiros romances e contos russos, mas ele traduziu (?) *Lolita* de volta (?) para o russo e há quem considere essa versão, publicada em Nova York em 1967, como sendo a proeza máxima do romancista.

Não hesito em afirmar que essa matriz polilingüística é o fato determinante da vida e arte de Nabokov ou, como o expressa mais competentemente Field, da "vida na arte". As paixões de Nabokov por entomologia (um ramo da teoria da classificação) e xadrez — particularmente por problemas de xadrez — são correspondentes "metalingüísticas" de sua obsessão principal. Essa obsessão, naturalmente, não é de total escolha de Nabokov. Como ele mostra com incansável e magoada insistência, a barbárie política do século fez dele um exilado, um errante, um *Hotelmensch*, não apenas de sua

(*) Andrew Field, *Nabokov*, p. 372.

terra natal russa, mas da incomparável língua russa, na qual seu talento teria encontrado seu idioma natural. Esta é obviamente a circunstância. Mas, enquanto tantos outros exilados lingüísticos se apegavam desesperadamente ao artifício de sua língua materna ou ficavam em silêncio, Nabokov se deslocou por sucessivas línguas como um potentado em viagem. Banido de Fialta, construiu para si uma casa de palavras. Para sermos claros: a situação multilíngüe, interlingüística, é tanto a matéria quanto a forma da obra de Nabokov (as duas são, sem dúvida, inseparáveis, e *Pale fire* é a parábola de sua fusão).

Não seria de modo algum despropositado ler a maior parte da obra de Nabokov como uma meditação — lírica, irônica, técnica, paródica — sobre a natureza da linguagem humana, sobre a enigmática coexistência de diferentes visões de mundo, lingüisticamente geradas, e de uma profunda corrente subjacente, e em certos momentos obscuramente associada, à multiplicidade de línguas diversas. *The gift*, *Lolita* e *Ada* são relatos das relações eróticas entre falante e fala e, de modo mais preciso, lamentos, com freqüência tão formais e plangentes quanto as orações fúnebres do barroco, pela separação de Nabokov de sua verdadeira amada, "minha língua russa". É de outros dois mestres dessa língua, Pushkin e Gogol, e de seu predecessor no exílio, Bunin, que Nabokov se sente essencialmente contemporâneo. O tema assedia *Speak, memory*, para mim o mais humano e modesto dos livros de Nabokov. Revela-se intensamente mesmo nas mais didáticas e explicitamente técnicas manifestações de Nabokov. Como disse ele a seus alunos de Wellesley em 1945: "Vocês podem, e deveriam, falar russo com um amplo e permanente sorriso". Em russo, uma vogal é uma laranja, em inglês um mero limão. Isto também, no meu entender, é a fonte do motivo do incesto, tão dominante em toda a ficção de Nabokov e central em *Ada*. O incesto é um tropo por meio do qual Nabokov dramatiza sua duradoura devoção pelo russo, as deslumbrantes infidelidades a que o exílio o forçou e a singular intimidade que ele alcançou com seus próprios textos como procriador, tradutor e retradutor. Espelhos, incesto e uma constante trama de línguas são os centros conexos da arte de Nabokov.

Isto leva, inevitavelmente, à questão do "nabokês", a interlíngua anglo-americana em que Nabokov produziu o grosso de sua obra a partir do início da década de 40. Há os que encaram a linguagem de *Lolita* e seus sucessores como uma maravilha de invenção, elegância e engenho. Para outros ouvidos, a prosa de Nabokov

é um pedaço de algodão-doce constringido, irritantemente opaco, precioso e macarrônico. É estrangeira não apenas em detalhes de uso léxico, mas em seus ritmos primários, que vão contra a índole natural da fala inglesa e americana. Fundamentalmente, esse tipo de desacordo é uma questão de se gostar ou não. Em uma primeira leitura, *Ada* (em muitos aspectos uma variação sobre os temas de *Pale fire*) parece autograticificante e, em muitos pontos, irredimivelmente superescrita. O *Newspeak* de Ardor está freqüentemente no mesmo nível previsível de engenhosidade que os duplos acrósticos. A mistura de inglês, francês, russo e esperanto particular é forçada. É como se Nabokov tivesse sido dominado por esse dilema multilíngüe que até então estivera de modo tão notável sob seu controle. Mas, com um escritor dessa dimensão, primeiras leituras são sempre inadequadas. Aceito, o bolo em camadas de *Ada* pode revelar-se um achado culinário. Nesse estágio penso que é menos proveitoso discutir os méritos ou vícios do “nabokês” do que iluminar suas fontes e sua urdidura.

Necessitamos de um estudo realmente detalhado do caráter e do grau de pressão que o russo exerce sobre o anglo-americano de Nabokov. Com que freqüência suas frases inglesas são “metatraduções” do russo? Em que medida associações semânticas russas iniciam as imagens e o contorno da expressão inglesa? De modo especial, necessitamos de uma análise comparativa da poesia russa e da prosa inglesa de Nabokov. Suspeito que muitos dos movimentos característicos de estilo na ficção de Nabokov desde *Sebastian Knight* corporifiquem uma ressurreição da — ou variação sobre a — poesia que Nabokov produziu na Rússia entre 1914 e 1939. Episódios inteiros em *Lolita* e *Ada*, bem como o pastiche épico-cômico clássico de *Pale fire*, parecem ter raízes precisas em poemas russos, alguns dos quais remontam à década de 20. Boa parte do inglês de Nabokov seria contrabando, transmissão ilícita através da fronteira, de verso russo hoje prisioneiro de uma sociedade que ele despreza?

Também precisamos de uma cuidadosa análise da base local e literária do inglês de Nabokov. Sua estética, sua retórica particular, os ideais de exata profusão e irônico pedantismo a que ele visa podem ser situados. Nós os encontramos na Cambridge que Nabokov freqüentou como estudante e no Bloomsbury conexo. Levando em conta tudo o que o livro deve a Gogol, acho difícil dissociar *Lolita* das versões inglesas do *art nouveau*, das colorações de Beardsley, Wilde e Firbank. As altivas asperezas e os *glissandos* de condescendência que são tão característicos da inflexão de Nabokov têm

equivalentes em Lytton Strachey, Max Beerbohm e no Evelyn Waugh inicial. De fato, toda a postura do amador/*amatore* de gênio, fastidiosamente à vontade em uma dúzia de áreas de misterioso saber, sempre se voltando para as tardes douradas e as modas do passado, é sem dúvida tardiamente eduardiana e georgiana. Que as primeiras traduções e esboços de Nabokov pudessem interessar a Rupert Brooke e Cambridge é significativo. Muito de sua arte, e muito do que agora parece especialmente idiossincrático ou original, é uma reinvenção desse mundo perdido de flanelas brancas e mel para o chá. Na Inglaterra de Virginia Woolf, Nabokov encontrou entrelaçados os dois principais “tópicos” de sua sensibilidade: os verões lilases de uma ordem aristocrática perdida e as ambigüidades eróticas de Lewis Carroll. Também seria bom saber que formas populares americanas e da literatura americana (caso ele tenha lido alguma coisa dela) Nabokov teve de aceitar depois de 1941.

Tudo isso seriam lineamentos preliminares de uma investigação para pôr em ordem a “estranheza”, a natureza polissêmica dos usos da(s) língua(s) por Nabokov. Esclareceriam não apenas seu próprio prodigioso talento, mas questões mais amplas, como a condição da imaginação multilíngüe, da tradução internalizada, da possível existência de um idioma misto particular “debaixo”, “que vem antes” da localização de diferentes línguas no cérebro articulado. Como Borges — de quem, de modo fácil e se traindo, ele zomba em *Ada* —, Nabokov é um escritor que trabalha muito próximo do intrincado limiar da sintaxe; experimenta formas lingüísticas em um estado de potencialidade múltipla e, deslocando-se pelos vernáculos, é capaz de manter palavras e expressões em um modo de vitalidade carregado, instável. Além da situação pessoal, porém, encontramos a postura, ou melhor, o movimento representativo. Um grande escritor compelido de língua para língua por convulsão social e guerra é um símbolo adequado para a época do refugiado. Nenhum exílio é mais radical, nenhuma proeza de adaptação e nova vida mais exigente. Parece apropriado que os que criam arte em uma civilização de quase barbárie que gerou tantos desabrigados, que arrancou línguas e povos pela raiz, deveriam ser poetas desabrigados e errantes através da língua. Excêntrico, arredo, nostálgico, deliberadamente extemporâneo como ele aspira a ser e com freqüência é, Nabokov permanece, por meio de sua extraterritorialidade, profundamente de nosso tempo, e um de seus porta-vozes.

(1969)

DA NUANCE E DO ESCRÚPULO

Em certas ocasiões na literatura, um determinado escritor parece corporificar a dignidade e a solidão de toda a classe. Henry James foi “o Mestre” não apenas ou mesmo sobretudo por seus dons, mas porque seu modo de vida, seu estilo, ainda que em ocasiões banais, exprimiam o compulsivo ministério da grande arte. Hoje há razão para supor que Samuel Beckett é o escritor por excelência, que outros dramaturgos e romancistas encontram nele a sombra concentrada de seus esforços e privações. *Monsieur Beckett* é — até a última fibra de seu compacto, esquivo ser — *métier*. Não há movimento desperdiçado discernível, nenhum floreio público, nenhuma concessão — ou nenhuma que seja anunciada — ao ruído e às imprecisões da vida. Os primeiros anos de Beckett têm um ar de deliberada aprendizagem (aos 21 anos atuava como secretário de Joyce). Suas primeiras publicações, o ensaio sobre “Dante [...] Bruno [...] Vico [...] Joyce”, de 1929, a monografia de 1931 sobre Proust, uma coletânea de poemas publicada em 1935 pela Europa Press — nome sintomático — são exatos preliminares. Beckett mapeia, em atenção a suas próprias necessidades, os atrativos próximos de Joyce e Proust; é influenciado sobretudo pelo que descarta. Em *More pricks than kicks* (Londres, 1934), toca sua nota especial. A guerra veio como uma interrupção banal. Circundou Beckett com um silêncio, uma rotina de insanidade e dor tão tangível quanto a já entrevista em sua arte. Com *Molloy*, em 1951, e *Esperando Godot*, um ano depois, Beckett conquistou a menos interessante mas a mais necessária das condições — oportunidade. O tempo se pusera em dia; o artista maior é, precisamente, aquele que sonha à frente.

Henry James foi representativo através da imponente profusão de sua obra, através da convicção, manifesta em tudo o que escreveu, de que a língua, se perseguida com energia suficientemente meticulosa, poderia ser levada a compreender e transmitir a soma da experiência digna de nota. A escassez de Beckett, sua tendência para dizer menos, é a antítese. Beckett usa palavras como se cada uma tivesse de ser extraída de um cofre e contrabandeada para a luz a partir de um estoque perigosamente baixo. Se a mesma palavra serve, use-a muitas vezes, até que fique gasta e anônima. A respiração é um legado que não deve ser malbaratado; monossílabos são suficientes para os dias úteis. Louvados sejam os santos pelos pontos finais; eles nos preservam, pródigos tagarelas, da penúria. A noção de que podemos expressar para nossos eus surdos, quanto mais comunicar a quaisquer outros seres humanos, cegos, surdos, insensíveis como eles são, uma verdade, um fato, uma sensação completos — um quinto, um décimo, um milionésimo da dita verdade, fato, sensação — é uma insensatez arrogante. James acreditava claramente que a coisa era viável; o mesmo se dava com Proust, e com Joyce, quando, em uma última e louca farra, arremessou uma rede de brilhantes e sonoras palavras sobre toda a criação. Agora os portões do parque estão fechados, cartolas e retórica se desfazem sobre bancos vazios. Santos das alturas, senhor, é muito difícil para um homem subir escadas, quanto mais *dizer* assim:

Não havia muitos degraus. Eu os contara uma centena de vezes, tanto subindo quanto descendo, mas o número fugiu de minha cabeça. Eu nunca soube se você devia dizer um com o pé na calçada, dois com o outro pé no primeiro degrau e assim por diante, ou se a calçada não devia contar. No alto dos degraus eu me via diante do mesmo dilema. Na outra direção, digo de cima para baixo, era a mesma coisa, a palavra não é muito forte. Eu não sabia nem onde começar nem onde terminar, esta é a verdade da questão. Cheguei, portanto, a três números totalmente diferentes, sem nunca saber qual deles estava certo. E, quando digo que o número fugiu de minha cabeça, quero dizer que nenhum dos três números está mais comigo, em minha cabeça.

A *reductio* da linguagem por Beckett — *Echo's bones*, o título de seu primeiro livro de versos, é uma designação perfeita — relaciona-se com muito do que é peculiar do sentimento moderno. “[...] era a mesma coisa, a palavra não é muito forte” exhibe a tensa brincadeira da filosofia lingüística. Há passagens em Beckett quase intercambiáveis com os “exercícios de linguagem” das *Investigations*, de Wittgenstein; ambas perseguem as insípidas empolações e impre-

ções de nossa fala comum. *Act without words* (1957) é para o teatro o que *Preto sobre preto* é para a pintura, uma mostra de lógica redutora. Os silêncios de Beckett, sua contorcida pressuposição de que uma rosa pode de fato ser uma rosa, mas que apenas um tolo aceitaria sem problemas uma proposição tão escandalosa ou se sentiria seguro para traduzi-la em arte, são afins de telas monocromáticas, da estática de Warhol e da música silenciosa.

Mas com uma diferença. Há em Beckett uma formidável eloquência inversa. As palavras, acumuladas e surradas, dançam para ele como dançam para todos os bardos irlandeses. Em parte esta é uma questão de repetição tornada musical; em parte resulta de uma astuta destreza de ir para cá e para lá, um ritmo de troca cuidadosamente moldado no pastelão. Beckett tem ligações com Gertrude Stein e Kafka. Mas foi com os irmãos Marx que Vladimir e Estragon ou Hamm e Clov mais aprenderam. Há fugas de diálogo em *Esperando Godot* — embora *diálogo*, com sua implicação de contato eficiente, seja penosamente a palavra errada — que se aproximam muito na literatura corrente da retórica pura:

VLADIMIR: Temos nossas razões.

ESTRAGON: Todas as vozes mortas.

VLADIMIR: Fazem um barulho de asas.

ESTRAGON: De folhas.

VLADIMIR: De areia.

ESTRAGON: De folhas.

Silêncio

VLADIMIR: Elas falam todas ao mesmo tempo.

ESTRAGON: Cada uma consigo.

Silêncio

VLADIMIR: Na verdade sussurram.

ESTRAGON: Murmuram.

VLADIMIR: Resmungam.

ESTRAGON: Murmuram.

Silêncio

VLADIMIR: O que dizem?

ESTRAGON: Falam de suas vidas.

VLADIMIR: Não lhes basta ter vivido.

ESTRAGON: Precisam falar disso.

VLADIMIR: Não lhes basta estar mortas.

ESTRAGON: Não é suficiente.

Silêncio

VLADIMIR: Fazem um barulho de penas.

ESTRAGON: De folhas.

VLADIMIR: De cinzas.

ESTRAGON: De folhas.

Longo silêncio

Um tópico para futuras dissertações: usos do silêncio em Webern e Beckett. Em *Textes pour rien* (1955), ficamos sabendo que não podemos continuar falando de almas e corpos, de nascimentos, vidas e mortes; devemos continuar sem nada disso da melhor forma possível. “Tudo isto é a morte das palavras, tudo isto é superfluidade de palavras, não sabem como dizer outra coisa, mas não dirão isto mais.” Busco, diz Beckett, “a voz de meu silêncio”. Os silêncios que pontuam seu discurso, cujas diferentes extensões e intensidades parecem tão cuidadosamente moduladas como na música, não são vazios. Têm neles, quase audível, o eco de coisas não-ditas. E, especialmente, de palavras ditas em outra língua.

Samuel Beckett é mestre de duas línguas. Este é um fenômeno novo e profundamente sugestivo. Até bem recentemente, um escritor era, quase por definição, um ser enraizado em seu idioma materno, uma sensibilidade abrigada mais intimamente, mais inevitavelmente, do que os homens e mulheres comuns, na concha de uma língua. Ser um bom escritor significava uma especial intimidade com os ritmos da fala que jazem muito mais profundamente do que a sintaxe formal; queria dizer ter ouvido para essas múltiplas conotações e esses ecos encobertos de um idioma que nenhum dicionário pode transmitir. Um poeta ou romancista que o exílio político ou a desventura pessoal separara de sua língua materna era uma criatura mutilada.

Oscar Wilde foi um dos primeiros “dualistas” modernos (a qualificação é necessária porque o bilingüismo em latim e no vernáculo da pessoa era, naturalmente, uma condição geral da alta cultura na Europa medieval e renascentista). Wilde escreveu em francês, mas sem firmeza, para mostrar a elegância desarraigada e ironia em relação aos elementos fixos que marcaram toda sua obra e sua carreira. Kafka experimentou as pressões simultâneas e as tentações poéticas de três línguas — tcheco, alemão e ídiche. Vários de seus contos e parábolas podem ser lidos como confissões simbólicas de um homem não plenamente domiciliado na língua em que escolheu escrever ou em que se viu compelido a escrever. Kafka anota em seu diário em 24 de outubro de 1911:

Ontem ocorreu-me que nem sempre amei minha mãe como ela merecia e como eu podia, apenas porque a língua alemã o impediu. A mãe judia não é “Mutter”, chamá-la de “Mutter” torna-a um pouco cômica. [...] Para o judeu, “Mutter” é especificamente alemão. [...]

A mulher judia que é chamada de “Mutter” se torna, portanto, não apenas cômica, mas estranha.

Mas o escritor como polímata lingüístico, ativamente à vontade em várias línguas, é algo muito novo. É um fato de enorme interesse que as três figuras de provável gênio na ficção contemporânea — Nabokov, Borges e Beckett — tivessem uma fluência virtuosística em várias línguas, que Nabokov e Beckett tivessem produzido importantes obras em duas ou mais línguas completamente diferentes. Suas implicações, até onde vai o novo internacionalismo da cultura, não foram bem apreendidas. Seu desempenho e, em grau menor, o de Ezra Pound — com sua deliberada inserção de línguas e alfabetos — sugerem que o movimento modernista pode ser visto como uma estratégia de permanente exílio. O artista e o escritor são turistas incessantes olhando as vitrines de todo o âmbito das formas disponíveis. As condições de estabilidade lingüística, de autoconsciência local e nacional em que a literatura floresceu entre a Renascença e, digamos, a década de 50, encontram-se agora sob extrema tensão. Faulkner e Dylan Thomas podem um dia ser incluídos entre os últimos grandes “proprietários de casa” da literatura. O emprego de Joyce na Berlitz e a residência de Nabokov em um hotel suíço podem vir a ser signos dessa época. De modo crescente, cada ato de comunicação entre seres humanos toma a forma de um ato de tradução.

A fim de apreender o virtuosismo paralelo e mutuamente informativo de Beckett, são necessários dois auxílios: a bibliografia crítica reunida por Raymond Federman e John Fletcher (*Samuel Beckett: his works and his critics*, University of California Press) e a edição trilingüe das peças de Beckett publicada pela Suhrkamp Verlag, em Frankfurt, em 1963-64. Aproximadamente até 1945, Beckett escrevia em inglês; daí em diante escreveu sobretudo em francês. Mas a situação é complicada pelo fato de *Watt* (1953) até agora só ter aparecido em inglês e pela constante possibilidade de que a obra publicada em francês tenha sido inicialmente escrita em inglês e vice-versa. *Esperando Godot*, *Endgame*, *Molloy*, *Malone morre*, *The unnamable* e a recente *Têtes mortes* apareceram primeiro em francês. A maioria desses textos, mas não todos, foram traduzidos por Beckett para o inglês (alguns deles teriam sido concebidos em inglês?), geralmente com alterações e supressões. A bibliografia de Beckett é tão labiríntica quanto a de Nabokov ou a das *oeuvres* multilíngües que Borges arrola em suas *Ficções*. O mesmo livro ou fragmento pode levar várias vidas; trechos seguem subterraneamente e

reaparecem muito depois, sutilmente transmutados. Para estudar seriamente o dom de Beckett, é preciso pôr lado a lado as versões francesa e inglesa de *Esperando Godot* ou *Malone morre*, casos em que a versão francesa muito provavelmente precedeu a inglesa, e depois fazer o mesmo com *All that fall* ou *Happy days*, casos em que Beckett se inverte e refunde em francês seu texto inglês. Depois disso, como no estilo de uma fábula de Borges, deveríamos girar os oito textos em torno de um centro comum para seguir as permutações do engenho e da sensibilidade de Beckett dentro da matriz de duas grandes línguas. Apenas desse modo se pode perceber em que grau o idioma de Beckett — as inflexões lacônicas, astutas e delicadamente ritmadas de seu estilo — é um *pas de deux* de francês e inglês, com uma forte dose de disparate irlandês e misteriosa tristeza.

Tal é o duplo controle de Beckett que ele traduz suas próprias piadas alterando-as, encontrando em sua língua alternativa uma contraparte exata para os subentendidos, as associações idiomáticas ou o contexto social do original. Nenhum tradutor de fora teria escolhido as equivalências encontradas por Beckett para o famoso crescendo de vitupérios no ato II de *Esperando Godot*: “*Andouille! Tordu! Crétin! Curé! Dégueulasse! Micheton! Ordure! Archi... tecte!*” não está traduzido, no sentido comum, por “*Moron! Vermin! Abortion! Morpion! Sewerrat! Curate! Cretin! Crritic!*”. *Morpion* é um saboroso empréstimo do francês, tendo o significado tanto de um tipo de pulga quanto de um jogo análogo ao alinhamento de insultos de Vladimir e Estragon, mas um empréstimo *não* do texto francês inicialmente fornecido pelo próprio Beckett! O *accelerando* de insulto transmitido pelos sons *cr* na versão inglesa procede do francês não por tradução mas por íntima recriação; Beckett parece capaz de reviver em francês ou inglês os processos poéticos e associativos que produziram seu texto inicial. Assim, comparar o enlouquecido monólogo de Lucky em suas formas em francês e em inglês é ter uma memorável aula sobre a índole singular de ambas as línguas, bem como sobre sua interação européia. Uma opulência de astuciosa precisão encontra-se por trás da “tradução” de Seine-et-Oise, Seine-et-Marne para Feckham Peckham Fulham Clapham. A morte de Voltaire se torna, apropriadamente, embora com uma definida mudança de ênfase, a do doutor Johnson. Nem mesmo Connemara fica no lugar; sofre uma mudança marítima para “*Normandie on ne sait pourquoi*”.

Stories and texts for nothing (1968) é um exemplo caracteris-

tico. Essa coletânea de três pequenas fábulas e treze monólogos é uma cama-de-gato. As histórias parecem ter sido escritas em francês, em 1945, e se relacionam tanto com *Molloy* quanto com *Malone morre*. Os monólogos e contos apareceram em Paris, em 1955, mas pelo menos um já havia sido publicado em uma revista. A edição inglesa desse livro, com o título de *No's knife, collected shorter prose*, inclui quatro textos não incluídos na versão americana, entre os quais “Ping”, misteriosa miniatura. A edição de Nova York, como observei em outra ocasião, não está à altura da austera meticulosidade de Beckett em questões de datação e bibliografia. As poucas indicações fornecidas são errôneas ou incompletas. Este é um trabalho fascinante mas menor. Superficial ao menos porque Beckett permite que várias influências ou corpos estranhos se intrometam. Jonathan Swift, sempre um precedente fantasmagórico, avulta na sujeira e nas alucinações de “The end”. Há mais Kafka, ou melhor, mais Kafka sem disfarce, do que Beckett geralmente permite que se detecte:

É onde o tribunal se reúne à noite, nas profundezas dessa noite abobadada, é onde sou funcionário e escriturário, sem entender o que ouço, sem saber o que escrevo.

Joyce fica bem perto de nós, balada irlandesa, crepúsculo de inverno, carruagem e o mais, em “The expelled”. Lemos em “The calmativ” que “nunca houve qualquer cidade a não ser uma” e somos levados a apreender uma unidade dupla, Dublin-Paris, a jurisdição do grande artífice e agora do próprio Beckett.

Mas, embora estes sejam fragmentos, exercícios elementares, os motivos essenciais transparecem. O espírito se arrasta como um catador de lixo em busca de palavras que não foram mastigadas até o fim, que guardaram algo de sua vida secreta a despeito da falsidade da época. O dândi como asceta, o mendigo altivo — estas são as *personae* naturais de Beckett. A tônica é de um assombro genuíno, ainda que tenuemente insolente: “É suficiente fazer você às vezes se indagar se você está no planeta certo. Até as palavras o abandonam, é ruim a esse ponto”. O apocalipse é uma morte da fala (que faz eco à desolação retórica mas não menos final de *Rei Lear*):

Todas as pessoas da terra não seriam suficientes, no fim dos bilhões você necessitaria de um deus, não-testemunhada testemunha das testemunhas, que bênção estar tudo perdido, nada nunca mais como começou, nada nunca mais a não ser nada e nunca mais, nada nunca mais a não ser palavras sem vida.

No entanto, às vezes nesse reino de latas de lixo e chuva, “as palavras estavam voltando a mim, e o modo de fazê-las soar”.

Quando essa graça pentecostal brilha, Beckett literalmente canta, em uma voz baixa, penetrante, artilosa em sua cadência. O estilo de Beckett faz com que as outras prosas contemporâneas pareçam flatulentas:

Sei o que quero dizer, ou com um braço melhor ainda, sem braços, sem mãos, de longe melhor, tão antigo quanto o mundo e não menos hediondo, amputado de todos os lados, ereto em meus leais cotocos, rompendo com... velhas orações, velhas lições, alma, mente e carcaça terminando empataadas, para não mencionar os escarros, muito desagradável de mencionar, soluços tornados muco, escarrados a partir do coração, agora tenho um coração, agora estou completo. [...] Tardes, tardes, que tardes eram aquelas, feitas de quê, e quando foi isto, não sei, feitas de sombras amigáveis, céus amigáveis, de tempo saturado, descansando de devorar, até suas refeições de meia-noite, não sei, não mais do que então, quando eu costumava dizer, de dentro, ou de fora, da noite próxima ou de debaixo do chão.

A agudeza lacônica de “alma, mente e carcaça terminando empataadas” indicaria por si só a mão de um poeta maior. Mas todo esse décimo primeiro monólogo ou meditação em murmúrio é alta poesia e busca Shakespeare com um eco distante, provocador (“onde estou, entre dois sonhos derradeiros, não conhecendo nenhum, sem ser conhecido por nenhum”).

A paisagem de Beckett é uma monocromia desolada. A matéria de sua salmodia é esterco, solidão e a auto-suficiência fantasmagórica que vem após um longo jejum. Todavia, ele é um de nossos escrivães indispensáveis, e sabe disso, também: “Peekaboo aqui estou de volta, exatamente quando mais esperado, como a raiz quadrada de menos um, tendo terminado minhas humanidades”. Uma frase densa, brilhantemente apropriada. A raiz quadrada de menos um é imaginária, espectral, mas a matemática não pode dispensá-la. *Terminado* [*terminated*] é um galicismo deliberado: significa que Beckett dominou o estudo humanístico (esses textos estão cercados de alusões misteriosas), que ele fez um inventário acadêmico da civilização antes de fechar a pálpebra e reduzir-se por completo. Mas *terminado* também significa “fim”, *Endgame*, *Krapp's last tape*. Isso é arte terminal, tornando a maioria da crítica e dos comentários uma vulgaridade supérflua.

A visão que emerge da soma dos textos de Beckett é estreita e repetitiva. Também é hilariante. Pode não ser muito, mas, sendo

tão sincera, pode mostrar-se como a melhor, a mais duradoura que temos. A tenuidade de Beckett, sua recusa em ver na linguagem e na forma literária percepções adequadas do sentimento ou da sociedade humana, torna-o antitético a Henry James. Mas ele é tão representativo de nosso reduzido âmbito atual quanto James foi representativo de uma amplitude perdida. Aplica-se a ambos a saudação pronunciada por W. H. Auden no cemitério de Mount Auburn: “Mestre da nuance e do escrúpulo”.

(1968)

TIGRES NO ESPELHO

Inevitavelmente a atual fama mundial de Jorge Luis Borges acarreta uma sensação de perda privada. Como quando uma paisagem há muito estimada — a massa de sombra de Arthur's Seat em Edimburgo vista, singularmente, dos fundos do número 60 de The Pleasance, ou a rua 51 em Manhattan como um cânion de bronze e de corrida através de um ardil de elevação e luz na janela de meu dentista —, uma peça de colecionador do e para o olho interno, se torna um espetáculo panóptico para a horda de turistas. Por muito tempo, o esplendor de Borges foi clandestino, sinalizado para os escolhidos, permutado em murmúrios e reconhecimentos mútuos. Quantos conheciam sua primeira obra, um sumário de mitos gregos, escrito em inglês, em Buenos Aires, quando o autor tinha sete anos? Ou o opus dois, datado de 1907 e claramente premonitório, uma tradução para o espanhol do *Príncipe feliz*, de Oscar Wilde? É um lugar-comum afirmar hoje que “Pierre Menard, autor do Quixote” é uma das maiores maravilhas da engenhosidade humana, que as várias facetas do gênio retraído de Borges estão quase totalmente reunidas nessa seca fábula. Mas quantos possuem a *editio princeps* de *El jardín de senderos que se bifurcan* (Sur, Buenos Aires, 1941), em que o conto apareceu pela primeira vez? Há apenas dez anos, era um sinal de misteriosa erudição e um piscar de olhos para o iniciado perceber que H. Bustos Domecq era o pseudônimo conjunto de Borges e seu estreito colaborador, Adolfo Bioy Casares, ou que o Borges que, com Delia Ingenieros, publicou uma erudita monografia sobre literaturas germânica e anglo-saxônica antigas (México, 1951) era de fato o Mestre. Informação desse tipo era bem guardada, parcimoniosamente distribuída, com frequência

quase impossível de se obter, tal como os próprios poemas, contos e ensaios de Borges, dispersos, esgotados, pseudônimos. Lembro-me de um dos primeiros conhecedores, no fundo cavernoso de uma livraria de Lisboa, mostrando-me — isto, lembro, foi no início da década de 50 — a tradução de Borges do *Orlando*, de Virginia Woolf, seu prefácio para uma edição de Buenos Aires da *Metamorfose*, de Kafka, seu ensaio fundamental sobre a linguagem artificial concebida pelo bispo John Wilkins, publicado em *La Nación*, em 8 de fevereiro de 1942, e, raridade das raridades, *El tamaño de mi esperanza*, uma coletânea de pequenos ensaios publicada em 1926, mas, por vontade do próprio Borges, não reeditada desde então. Esses delgados objetos me eram mostrados com um ar de condescendência altiva. E com justiça. Eu chegara tarde ao lugar secreto.

O momento decisivo veio em 1961. Junto com Beckett, Borges recebeu o prêmio Formentor. Um ano depois, *Labirintos e Ficções* apareceram em inglês. Choveram honrarias. O governo italiano fez Borges *commendatore*. Por sugestão de A. Malraux, o presidente De Gaulle conferiu ao ilustre colega escritor e mestre de mitos o título de comandante da *Ordre des Lettres et des Arts*. A súbita celebridade viu-se fazendo conferências em Madri, Paris, Genebra, Londres, Oxford, Edimburgo, Harvard, Texas.

Na velhice madura [reflete Borges], comecei a achar que muitas pessoas estavam interessadas em minha obra pelo mundo afora. Parece estranho: muitos de meus textos foram passados para o inglês, sueco, francês, italiano, alemão, português, para algumas das línguas eslavas, para o dinamarquês. E isto sempre é uma grande surpresa para mim, porque me lembro que publiquei um livro — isto deve ter sido em 1932, penso eu — e no fim do ano descobri que haviam sido vendidos 37 exemplares!

Uma pobreza que tinha suas compensações:

Essas pessoas são reais, quero dizer que cada uma delas tem seu próprio rosto, vive em sua determinada rua. Porque, se você vende, digamos, 2 mil exemplares, é a mesma coisa que se você não tivesse vendido nenhum, porque 2 mil é muito amplo, quero dizer para a imaginação apreender... talvez dezessete tivesse sido melhor ou mesmo sete.

Os conhecedores reconhecerão o papel simbólico de cada um desses números e da série cabalística decrescente nas fábulas de Borges.

Hoje, os discretos 37 se tornaram uma indústria. Os comentários críticos sobre Borges, as entrevistas com, as dissertações so-

bre, os números especiais de periódicos dedicados a, as edições de, pululam. Já está obsoleto o compêndio exegético, biográfico e bibliográfico de Borges publicado em Paris, por *L'Herne*, em 1964. O ar está carregado de teses: "Borges e Beowulf", "A influência do Ocidente no ritmo narrativo do último Borges", "A enigmática preocupação de Borges com *West side story*" ("Eu o vi várias vezes"), "As reais origens das palavras *Tlön* e *Uqbar* nos contos de Borges", "Borges e o Zohar". Houve fins de semana Borges em Austin, seminários em Harvard, um grande simpósio na Universidade de Oklahoma — uma festividade talvez prevista em *Amerika*, de Kafka. O próprio Borges esteve presente, olhando a erudita santificação de seu outro eu, ou, como ele o chama, *Borges y yo*. Uma revista de estudos borgesianos está sendo fundada. Seu primeiro número tratará da função do espelho e do labirinto na arte de Borges, bem como dos tigres oníricos que esperam atrás do espelho ou, melhor, em seu dédalo silencioso de cristal.

Com o circo acadêmico vieram os mimos. A maneira de Borges está sendo amplamente macaqueada. Há formas mágicas que muitos escritores, e mesmo estudantes dotados de ouvido instruído, podem simular: a inflexão de autodepreciação do tom de Borges, as criações ocultas de referência literária e histórica que temperam sua narrativa, a alternância de discurso direto, seco, com sinuosa evasiva. As imagens-chave e os marcadores heráldicos do mundo de Borges têm passado para a circulação literária.

Cansei-me de labirintos e espelhos e de tigres e de todo esse tipo de coisa. Especialmente quando outros os estão usando. [...] É a vantagem dos imitadores. Curam uma das doenças literárias de alguém. Porque pensamos: há tantas pessoas fazendo esse tipo de coisa agora, não há necessidade de alguém fazê-lo mais. Agora que os outros o façam, e que bons ventos os levem.

Mas não é o pseudo-Borges que importa.

O enigma é este: essa tática de percepção tão especializada, tão intrinsecamente enredada com uma sensibilidade que é particular ao extremo, deveria ter um eco amplo, natural. Como Lewis Carroll, Borges fez de seus sonhos autistas apelos discretos mas exigentes a que leitores em todo o mundo estão respondendo com uma sensação de reconhecimento. Nossas ruas e jardins, a passagem de um lagarto através da luz tépida, nossas bibliotecas e escadas circulares estão começando a parecer exatamente como Borges os sonhou, embora as fontes de sua visão permaneçam irredutivelmente singulares, herméticas, em certos momentos quase lunáticas.

O processo pelo qual um retrato fantasticamente particular do mundo salta além da parede de espelhos por trás da qual foi criado e chega a mudar a paisagem geral de percepção é manifesto mas extremamente difícil de ser comentado (quanto da vasta literatura crítica sobre Kafka é frustrada verbosidade). É certo que a entrada de Borges na cena mais ampla da imaginação foi precedida por um gênio local de extremo rigor e *métier* lingüístico. O fato é que mesmo traduções insatisfatórias comunicam muito de seu fascínio. A mensagem, posta em código cabalístico, escrita, por assim dizer, com tinta invisível, introduzida, com a orgulhosa casualidade da profunda modéstia, na mais frágil das garrafas, cruzou os sete mares (há, naturalmente, muitos mais no atlas de Borges, mas são sempre múltiplos de sete), para alcançar todo tipo de litoral. Mesmo aqueles que nada sabem de seus mestres e primeiros companheiros — Lugones, Macedonio Fernandez, Evaristo Carriego — ou para os quais o bairro de Palermo em Buenos Aires e a tradição das baladas gaúchas são pouco mais do que nomes têm tido acesso às *Ficções* de Borges. Há um sentido em que o diretor da Biblioteca Nacional da Argentina seja hoje o mais original dos escritores anglo-americanos. Essa extraterritorialidade pode ser uma chave.

Borges é um universalista. Em parte, esta é uma questão de educação, dos anos entre 1914 e 1921, que ele passou na Suíça, na Itália, na Espanha. E surge a partir do prodigioso talento de Borges como lingüista. Ele está em casa em inglês, francês, alemão, italiano, português, anglo-saxão e nórdico antigo, bem como em um espanhol que é constantemente entremeado com elementos argentinos. Como outros escritores de visão deficiente, Borges se move com a segurança de um gato pelo mundo sonoro de muitas línguas. Ele fala memoravelmente do “Início do estudo da gramática anglo-saxônica”:

Ao cabo de cinqüenta gerações
(A tais abismos expõe-nos todos o tempo)
Retorno à margem ulterior de um grande rio
Que os dragões do viking não alcançaram,
Às ásperas e laboriosas palavras
Que, com uma boca feita pó,
Usei nos dias de Nortúmbria e de Mércia,
Antes de ser Haslam ou Borges. [...]
Louvada seja a infinita
Urduidura dos efeitos e das causas
Que, antes de mostrar-me o espelho

Em que não verei ninguém ou verei outro,
Concede-me esta pura contemplação
De uma linguagem da aurora.

“Antes de ser Borges.” Há na penetração de Borges em diferentes culturas um segredo de metamorfose literal. Em “Deutsches requiem”, o narrador se torna, *é*, Otto Dietrich zu Linde, criminoso de guerra nazista condenado. A confissão de Vincent Moon, “A forma da espada”, é um clássico na ampla literatura das perturbações irlandesas. Em outra ocasião, Borges assume a máscara do doutor Yu Tsun, antigo professor de inglês na *Hochschule* de Tsingtao, ou de Averróis, o grande comentarista islâmico de Aristóteles. Cada transformação de personagem traz consigo sua própria aura persuasiva, embora todos sejam Borges. Ele se deleita em estender essa sensação do desenraizado, do misteriosamente aglomerado, a seu próprio passado:

Eu posso ter ancestrais judeus, mas não tenho certeza. O nome de minha mãe é Acevedo: Acevedo pode ser um nome de um judeu português, mas mais uma vez pode não ser. [...] A palavra *acevedo*, naturalmente, significa um tipo de árvore; a palavra não é especialmente judaica, embora muitos judeus se chamem Acevedo. Não tenho certeza.

Tal como Borges vê, outros mestres podem dever sua força a uma atitude similar de estranheza: “Não sei por quê, mas sempre senti algo italiano, algo judeu em relação a Shakespeare, e talvez os ingleses o admirem por isso, porque seja tão diferente deles”. Não é a dúvida ou fantasia específica que conta. É a noção central do escritor como hóspede, como ser humano cujo trabalho é permanecer vulnerável a múltiplas presenças estranhas, que deve manter as portas de sua pousada momentânea abertas a todos os ventos:

Nada ou muito pouco sei de meus antepassados
Portugueses, os Borges: vaga gente
Que prossegue em minha carne, obscuramente,
Seus hábitos, rigores e temores.
Tênues como se nunca houvessem existido
E alheios aos trâmites da arte,
Indecifavelmente fazem parte
Do tempo, da terra e do olvido.

Essa universalidade e esse desdém pela estabilidade estão diretamente refletidos na erudição fabulada de Borges. Sendo ou não “posta apenas como uma espécie de brincadeira particular”, a

trama de alusões bibliográficas, deixas filosóficas, citações literárias, referências cabalísticas, acrósticos matemáticos e filológicos que enchem os contos e poemas de Borges é obviamente crucial para o modo como ele apreende a realidade. Um crítico francês perspicaz sustenta que em uma época de ignorância que se aprofunda, quando mesmo as pessoas instruídas têm apenas tintura de conhecimento clássico ou teológico, a erudição é em si uma espécie de fantasia, uma elaboração surrealista. Deslocando-se, com onisciência silenciosa, de fragmentos heréticos do século XI para a álgebra barroca e as *oeuvres* vitorianas em numerosos volumes sobre a fauna do mar de Aral, Borges constrói um antimundo, um espaço perfeitamente coerente em que sua mente pode fazer maravilhas à vontade. O fato de boa parte do suposto material original e do mosaico de alusões ser pura fabricação — artifício que Borges compartilha com Nabokov, sendo que ambos podem devê-lo ao *Bouvard et Pécuchet*, de Flaubert — paradoxalmente fortalece a impressão de solidez. Pierre Menard se posta diante de nós, instantaneamente substancial e implausível, através do catálogo inventado de suas “obras visíveis”; em compensação, cada item misterioso do catálogo aponta para o significado da parábola. E quem duvidaria da veracidade das “Três versões de Judas”, uma vez que Borges nos assegurou que Nils Runeberg — observem-se as runas no nome — publicou *Den hemlige Frälsaren* em 1909, mas não conhecia um livro de Euclides da Cunha (*Os sertões*, exclama o leitor) em que se afirma que para o “heresiarca de Canudos, Antônio Conselheiro, a virtude ‘era quase uma impiedade’ ”?

Sem dúvida, há humor nessa montagem de grande cultura. E há, como em Pound, um deliberado empreendimento de lembrança total, um inventário vívido da civilização clássica e ocidental em uma época em que muito desta última está esquecido ou vulgarizado. Borges no fundo é um curador, um tesoureiro de ninharias despercebidas, um indexador das antigas verdades e perdidas conjeturas que se amontoam no sótão da história. Todo esse astuto saber tem seus lados cômicos e delicadamente histriônicos. Mas também um significado muito mais profundo.

Borges sustenta — ou melhor, faz uso imaginativo preciso de — uma imagem cabalística do mundo, uma metáfora dominante da existência, com a qual entrou em contato já em 1914, em Genebra, ao ler o romance *O golem*, de Gustav Meyrink, e quando em estreito contato com o estudioso Maurice Abramowicz. A metáfora é aproximadamente esta: o Universo é um grande Livro; nele cada fenô-

meno material e mental tem um significado. O mundo é um imenso alfabeto. A realidade física, os fatos da história, o que quer que os homens tenham criado são, por assim dizer, sílabas de uma mensagem perpétua. Estamos circundados por uma rede ilimitada de significação, da qual cada fio transmite um impulso de ser e se liga, em última instância, ao que Borges, em um enigmático conto de grande força, chama de Aleph. O narrador vê esse inexprimível eixo do cosmos no canto empoeirado do porão da casa de Carlos Argentino na rua Garay, em uma tarde de outubro. É o espaço de todos os espaços, a esfera cabalística cujo centro está em toda parte e cuja circunferência está em parte alguma, é a roda da visão de Ezequiel, mas também o pequeno pássaro tranqüilo do misticismo Sufi, que, de algum modo, contém todos os pássaros:

Senti vertigem e chorei, porque meus olhos haviam visto esse objeto secreto e conjetural, cujo nome é usurpado pelos homens, mas que nenhum homem tem olhado: o universo inconcebível.

Do ponto de vista do escritor, “o universo, que outros chamam Biblioteca”, tem vários aspectos notáveis. Abarca *todos* os livros, não apenas aqueles que já foram escritos, mas cada página de cada volume que será escrito no futuro e, o que mais importa, que concebivelmente poderia ser escrito. Reagrupadas, as letras de todos os documentos e alfabetos conhecidos ou perdidos, tal como foram empregadas nos volumes subsistentes, podem produzir qualquer pensamento humano imaginável, qualquer verso ou parágrafo de prosa dentro dos limites do tempo. A Biblioteca também contém todas as línguas existentes e todas as línguas que ou morreram ou ainda estão por vir. Evidentemente, Borges é fascinado pela noção, tão importante nas especulações lingüísticas da Cabala e de Jacob Boehme, de que uma língua primal secreta, uma *Ur-sprache* anterior a Babel, subjaz à multiplicidade das línguas humanas. Se, como os poetas cegos, passássemos nossos dedos ao longo do gume vivo das palavras — palavras espanholas, palavras russas, palavras aramaicas, as sílabas de um cantor em Catai —, sentiríamos nelas a delicada batida de uma grande corrente, pulsando a partir de um centro comum, a palavra final composta de todas as letras e combinações de letras em todas as línguas que é o nome de Deus.

Assim, o universalismo de Borges é uma estratégia imaginativa profundamente sentida, uma manobra para estar em contato com os grandes ventos que sopram a partir do cerne das coisas. Quando inventa títulos fictícios, remissivas imaginárias, fólios e es-

critores que nunca existiram, Borges está simplesmente reagrupando peças da realidade sob a forma de outros mundos possíveis. Quando se desloca, por jogo de palavras e eco, de língua para língua, está girando o caleidoscópio, lançando luz em outro pedaço da parede. Como Emerson, por ele citado incansavelmente, Borges confia em que essa visão de um universo totalmente emaranhado, simbólico, é uma jubilação:

Do incansável labirinto de sonhos, retornei, como se fosse para minha casa, para a sombria prisão. Abençoei sua umidade, abençoei seu tigre, abençoei a fresta de luz, abençoei meu velho e doente corpo, abençoei a escuridão e a pedra.

Para Borges, como para os transcendentalistas, nenhum ser vivo ou som deixa de conter uma cifra de todos.

Essa lógica onírica — Borges com frequência indaga se nós, inclusive nossos sonhos, não estamos sendo sonhados de fora — gerou alguns dos contos mais engenhosos e originais da literatura ocidental. “Pierre Menard”, “A Biblioteca de Babel”, “As ruínas circulares”, “O Aleph”, “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”, “A busca de Averróis” são lacônicas obras-primas. Sua concisa perfeição, como a de um grande poema, constrói um mundo que é fechado, com o leitor inescapavelmente dentro dele, ainda que aberto para a mais ampla ressonância. Algumas das parábolas, que mal chegam a uma página, como “Ragnarok”, “Tudo e nada” ou “Borges e eu”, ficam ao lado das de Kafka como os únicos sucessos nessa forma notoriamente instável. Se não tivesse produzido mais do que as *Ficções* (1956), Borges ficaria entre os pouquíssimos novos sonhadores desde Poe e Baudelaire. Ele aprofundou, sendo esta a marca de um artista verdadeiramente grande, a paisagem de nossas memórias.

Entretanto, a despeito de sua universalidade formal e da amplitude vertiginosa de sua esfera alusiva, o tecido da arte de Borges tem graves lacunas. Apenas uma vez, em um conto intitulado “Emma Zunz”, Borges concebeu uma mulher verossímil. Em todo o resto de sua obra, as mulheres são toldados objetos das fantasias ou lembranças dos homens. Mesmo entre homens, as linhas de força imaginativa em uma ficção de Borges são rigidamente simplificadas. A equação fundamental é a de um duelo. Os encontros pacíficos são moldados à maneira de uma colisão entre o “eu” do narrador e a sombra mais ou menos importuna do “outro”. Quando aparece uma terceira pessoa, sua presença será, quase invariavelmente, aludida ou lembrada ou percebida, instavelmente, na extremidade da retina.

O espaço de ação em que uma figura de Borges se move é mítico mas nunca social. Quando se intromete um cenário de circunstância local ou histórica, tal se dá em pedaços livremente flutuantes, exatamente como em um sonho. Daí o vazio contido, misterioso, que sopra de muitos textos de Borges como que de uma imprevista janela na noite. São essas lacunas, essas intensas especializações de consciência, que respondem, penso eu, pelas suspeitas de Borges em relação ao romance. Ele volta frequentemente à questão. Diz que um escritor cuja visão fraca obriga a compor mentalmente e, por assim dizer, de uma assentada, deve apegar-se a narrativas muito curtas. É instrutivo que as primeiras ficções importantes tenham seguido imediatamente o grave acidente que Borges sofreu em dezembro de 1938. Ele também acha que o romance, como a épica em verso anteriormente, é uma forma transitória: “o romance é uma forma que pode passar, sem dúvida passará; mas não penso que o conto passará... Ele é por demais antigo”. É o contador de contos na estrada principal, o *skald*, o contador dos pampas, homens cuja cegueira é com frequência uma afirmação da luminosidade e da intensidade de vida que experimentaram, que encarnam a idéia que Borges tem do escritor. Homero com frequência é invocado como um talismã. De acordo. Mas também é provável que o romance represente precisamente as principais dimensões ausentes em Borges. A presença bem delineada de mulheres e suas relações com os homens são da essência da ficção em grande escala. Tal como o é uma matriz da sociedade. A teoria dos números e a lógica matemática encantam Borges (ver seu “Avatares da tartaruga”). Tem de haver uma boa dose de engenharia, de matemática aplicada em um romance.

A estranheza concentrada do repertório de Borges favorece um certo preciosismo, uma elaboração rococó que pode ser fascinante mas também abafada. Mais de uma vez, as pálidas luzes e as eburneas formas de sua invenção se afastam da desordem ativa da vida. Borges declarou que considera a literatura inglesa, incluindo a americana, como “de longe a mais rica do mundo”. Nela está admiravelmente em casa. Mas sua antologia pessoal de escritores ingleses é curiosa. As figuras que mais significam para ele, que servem bem como máscaras alternadas para sua própria pessoa, são De Quincey, Robert Louis Stevenson, G. K. Chesterton e Rudyard Kipling. Sem dúvida, estes são mestres, mas de um tipo tangencial. Borges está perfeitamente certo ao nos lembrar a prosa com sonoridade de órgão de De Quincey e do puro controle e economia de recital em Stevenson e Kipling. Chesterton é uma escolha muito estranha, embora

mais uma vez se possa tentar perceber em que *The man who was Thursday* contribuiu para o amor de Borges pela charada e pela comédia-pastelão altamente intelectual. Mas nenhum desses escritores está entre as fontes naturais de energia da língua ou da história da percepção. E, quando Borges afirma, talvez de maneira provocadora, que Samuel Johnson “era um escritor muito mais inglês que Shakespeare”, aguça-se nossa sensação do obstinadamente bizarro. Mantendo-se cuidadosamente afastado do bombástico, do ruidoso, das pretensões ideológicas estridentes, Borges construiu para si um centro que é, como na esfera mítica do Zohar, também um lugar afastado.

Ele próprio parece consciente dos empecilhos. Disse, em mais de uma entrevista recente, que agora visa a uma extrema simplicidade, a escrever pequenos contos manifesta e vigorosamente diretos. O seco encontro de faca contra faca sempre fascinou Borges. Algumas de suas primeiras e melhores obras provêm das lendas de esfaqueamentos no bairro de Palermo, em Buenos Aires, e das heróicas incursões de gaúchos e soldados da fronteira. Ele tem eloqüente orgulho de seus antepassados combatentes: de seu avô, coronel Borges, que combateu os índios e morreu em uma revolução; do coronel Suarez, seu bisavô, que conduziu um ataque de cavalaria peruana em uma das últimas grandes batalhas contra os espanhóis; de um tio-avô que comandou a vanguarda do exército de San Martín:

Meus pés pisam as sombras das lanças que lutam para matar. Os insultos de minha morte, os cavalos, os cavaleiros, as crinas dos cavalos apertam o círculo em torno de mim. [...] Agora o primeiro golpe, o pesado aço da lança rasgando meu peito e através de minha garganta a faca íntima.

“A intrusa”, um conto bem curto, ilustra o ideal atual de Borges. Dois irmãos compartilham uma jovem mulher. Um deles a mata de modo que a fraternidade dos dois possa de novo ser total. Agora usufruem de um novo laço: “a obrigação de esquecê-la”. O próprio Borges compara esse pequeno texto aos primeiros contos de Kipling. “A intrusa” é algo ligeiro, mas impecável e estranhamente tocante. É como se Borges, após sua grande viagem através de línguas, culturas e mitologias, tivesse voltado para casa e encontrado o Aleph no pátio ao lado.

Em um belo poema, “Elogio da sombra”, que tergiversa com divertida ironia sobre a oportunidade de um homem quase cego conhecer todos os livros mas esquecer aqueles que escolher, Borges enumera os caminhos que o levaram a seu centro secreto:

Esses caminhos foram ecos e passos,
mulheres, homens, agonias, ressurreições,
dias e noites,
entressonhos e sonhos,
cada ínfimo instante do ontem
e dos ontens do mundo,
a firme espada do dinamarquês e a lua do persa,
os atos dos mortos,
o compartilhado amor, as palavras,
Emerson e a neve e tantas coisas.
Agora posso esquecê-las. Chego a meu centro,
a minha álgebra e minha chave,
a meu espelho.
Breve saberei quem sou.*

Seria tolice oferecer uma simples paráfrase desse cerne final de significado, desse encontro de perfeita identidade que ocorre no âmago do espelho. Mas está relacionado, vitalmente, com a liberdade. Em uma maliciosa nota, Borges saiu em defesa da censura. O verdadeiro escritor usa alusões e metáforas. A censura compele-o a aguçar, a manipular mais destramente os instrumentos fundamentais de sua ocupação. Não há, sugere Borges, liberdade real nos espalhados grafitos de emancipação erótica e política que atualmente passam por ficção e poesia. A função libertadora da arte reside em sua capacidade singular de “sonhar contra o mundo”, de estruturar mundos que são *outros*. O grande escritor é tanto anarquista quanto arquiteto, seus sonhos solapam e reconstroem a remendada e provisória paisagem da realidade. Em 1940, Borges invocou o “certo fantasma” de De Quincey para “Urdir redes de pesadelo/ como bastião para sua ilha”. Sua própria obra urdiu pesadelos em muitas línguas, mas, com muito mais freqüência, sonhos de agudeza e elegância. Todos esses sonhos são, inalienavelmente, de Borges. Mas somos nós que despertamos deles, acrescidos.

(1970)

(*) Tradução de Carlos Nejar, in *História universal da infância e outras histórias*, São Paulo, Círculo do Livro, s.d. (N. T.)

DEVASTAÇÃO

Ao fazer uma conferência em Oxford, em 1870, Ruskin afirmou o que era para ele e sua assistência quase um lugar-comum quando disse:

A exatidão em proporção à justeza da causa, e a pureza da emoção, é a possibilidade da arte pura. Vocês não podem pintar ou cantar para ser bons homens; vocês têm de ser bons homens antes que possam pintar ou cantar, e então a cor e o som completarão em vocês tudo o que é melhor.

Em 1948, em *Que é literatura?*, Sartre tornou a questão mais específica, mas de novo com suposições tão antigas quanto Platão sobre a moral e o humanismo essencial da arte: “Ninguém poderia supor por um instante que fosse possível escrever um bom romance em louvor do anti-semitismo”. Em nota de pé de página, Sartre desafia aqueles que discordassem dele a nomear esse romance. Se argumentarem que tal livro *poderia* ser escrito, diz ele, estarão apenas se refugiando na teorização abstrata.

As coisas, porém, não são tão simples. Mesmo que ponhamos de lado o fato de que uma obra de arte ou literária pode afetar seu público de modos imprevisíveis, que uma determinada peça ou quadro pode levar um homem à solidariedade e outro ao ódio, há agora uma boa dose de evidência de que a sensibilidade artística e a produção de arte não são barreira para a barbárie ativa. É fato, embora fato que nem nossas teorias de educação nem nossos ideais humanísticos e liberais sequer começaram a enfrentar, que o ser humano pode tocar Bach à noite, e tocar bem, ou ler Pushkin, e lê-lo com compreensão, e de manhã dar continuidade a seu trabalho em Auschwitz e nos porões da polícia. Não se sustentam mais a supo-

sição tão serena de Ruskin de uma cultura humanitária, a confiante identificação de Sartre entre literatura e liberdade. Talvez fossem ingênuos; tanta grande arte, literatura, música floresceram sob tirania e sob o patrocínio da violência. Para o caso moderno, precisamos pensar apenas na política de Yeats, T. S. Eliot e Pound de resistirem a qualquer dócil concordância entre a criação de alta poesia e o tipo de humanismo radical, de compromisso libertário, que Ruskin e Sartre tinham em mente. E, em um caso (embora, como mostrarei, haja um segundo exemplo mais desconcertante), a mais extrema forma de barbárie política coincidiu com um conjunto de obra que vários críticos situam na linha de frente da literatura moderna.

Vale a pena lembrar os fatos relativos a Louis-Ferdinand Céline ao menos pelas falsificações, pelas meias verdades teatrais e pelas manifestações de mistério com que seus defensores toldam o ar. Em 1937, Céline publicou *Bagatelles pour un massacre*, em que pedia a erradicação de todos os judeus da Europa, em que apresentava os judeus como esterco, como lixo subumano a ser totalmente eliminado para que a civilização recuperasse seu vigor e a paz fosse preservada. Se excetuarmos certos livretos obscuros publicados na Europa oriental na virada do século e ligados à contrafação dos chamados "Protocolos do Sião", o de Céline foi o primeiro programa público do que viria a ser a "solução final" de Hitler. Uma segunda ladainha anti-semita, *L'école des cadavres*, seguiu-se em 1938. *Les beaux draps*, publicado em 1941, definiu a convicção do autor de que a derrota e *misère* da França eram resultado direto da intriga judaica, da desonestidade judaica e da conhecida pestilência da influência e traição semíticas em altas posições. Em 1943, quando homens, mulheres e crianças judias estavam sendo deportados de todos os cantos da Europa ocidental, para serem torturados até a morte e transformados em cinza inominável, Louis-Ferdinand Céline republicou *Bagatelles pour un massacre*, com adequadas fotografias anti-semitas.

O fato de esses textos não terem sido traduzidos para o inglês e de que é quase impossível fazer citações deles sem repugnância física torna necessário sublinhar seu caráter. Com uma cruzeza escatológica comparável apenas à de *Stürmer*, de Streicher, Céline retrata o judeu como o piolho peçonhento no corpo da cultura ocidental. O judeu é mostrado como um aborto racial, um agregado medonho de sujeira e astúcia, de estéril inteligência e avareza. Ele deve ser castigado ou totalmente isolado do resto da humanidade. Sua influência está em toda parte, mas muitos não-judeus não são capazes de de-

teectar o mau cheiro do gás dos pântanos. Que os judeus doravante usem um emblema claramente visível de sua condição subumana. Em 1937 e 1938, esses panfletos sensacionalistas eram como fósforos jogados na gasolina. Em 1943, haviam se tornado um acompanhamento — obscuro, escarminho e triunfante — da atrocidade cotidiana. Depois dos desembarques dos Aliados, Céline juntou-se a vários dignitários e rufiões da situação francesa pró-nazista em Siegmaringen, na Alemanha. Em março de 1945, Céline, munido de um salvo-conduto alemão, conseguiu chegar à Dinamarca. Aprisionado em Copenhague entre dezembro de 1945 e junho de 1947, beneficiou-se de uma anistia e retornou à França em junho de 1951. Morreu dez anos depois, quase sozinho e amplamente desprezado.

Desde então, porém, críticos têm voltado à obra de Céline, e tem-se defendido fortemente não apenas seu mérito intrínseco, mas também a decisiva influência que tem exercido na ficção moderna. Cada vez mais, parece que os romances de Günter Grass, William Burroughs e Norman Mailer não teriam sido escritos sem o precedente de Céline. Allen Ginsberg expressa toda uma tendência de opinião quando qualifica *Voyage au bout de la nuit* como

o romance picaresco do primeiro gênio *beat* internacional do século XX escrito em prosa cômica pessoal clássica moderna pelo mais engraçado & mais inteligente dos Médicos malucos cuja menor delicadeza é um momento imortal.

Na França, os romances de Céline estão aparecendo na edição Pléiade — uma consagração pública da condição de clássico — e recentemente têm sido republicados em inglês ou novamente traduzidos para o inglês. Um escritor que proclamou que o judeu é excremento e a democracia uma piada de mau gosto é agora objeto de considerável culto crítico e acadêmico. Em brochura, *Voyage au bout de la nuit* figura com destaque na prateleira da livraria universitária. Obviamente, há aqui um enigma, que pode ter importância para além do caso particular. Que luz a obra de Céline pode lançar sobre a natureza da criação imaginativa, sobre o debatido problema da humanidade ou do amoralismo da arte e da literatura? Será que Céline oferece um autêntico contra-exemplo para a esperançosa afirmação de Sartre?

Aproximamo-nos de *Céline and his vision* (New York University Press, 1968) com grandes expectativas. A doutora Erika Ostrovsky é conhecida pela dedicação com que estuda os volumosos manuscritos, pela determinação em esclarecer pontos obscuros na

carreira e na bibliografia de Céline. Ela mergulhou de corpo e alma em seu tema e é graças a seu trabalho e ao do professor Michel Beaujour que a Universidade de Nova York é hoje um centro para todo tipo de celiniana. Infelizmente, a doutora Ostrovsky chegou bem perto da produção dessa espécie de crítica acadêmica bastante freqüente que é o não-livro. O que encontramos é uma longa sucessão de citações dos romances de Céline, interrompida por citações de outros críticos de admiradores de Céline e agrupada por comentários da doutora Ostrovsky num tom monótono de arrebatada admiração. A argumentação do livro pode ser razoavelmente resumida em um conjunto de antinomias: o mundo de Céline é “uma prisão, uma armadilha, uma desgraça, um esgoto” e “o cheiro de putrefação paira sobre tudo”; todavia, “ocorre a purgação pela piedade e pelo terror” e no lado oposto à visão de loucura e excremento de Céline encontra-se a esfera redentora de “fantasia, poesia e mito”. Essa proposição perfeitamente sensata, embora de modo algum original, é sublinhada por constantes floreios apocalípticos:

É tão impossível para Céline apresentar-nos o lado redentor do quadro quanto seria para um anjo vingador vagar por um campo ensolarado e produtivo ou para a besta do apocalipse não pastar em regiões da mais desolada natureza. Nenhum pode andar descuidadamente; seu implacável rasto traz destruição e devastação para a terra. Mesmo antes de suas espantosas figuras aparecerem no horizonte, pode-se sentir o tremor do chão e ouvir o agourento chamado que os convoca. Seu som é ouvido aqui e ali em todas as obras de Céline, às vezes tão débil como as notas de uma trompa ou disfarçado como uma dissonância grotesca, humorística, às vezes ressoando em todo seu ameaçador diapasão.

As verdadeiras perplexidades do caso são escamoteadas, e na questão crucial do racismo de Céline e suas implicações homicidas o tratamento da doutora Ostrovsky fica à beira da frivolidade. O que fazer com sua observação de que *Bagatelles pour un massacre* “provocou acusações de anti-semitismo, de sentimento pró-nazista e mesmo de colaboração”? Ou da hesitante afirmação de que “não se pode deixar de ficar impressionado com o ponto de vista, reconhecidamente objetável, expresso nesses livretos” (será que a doutora Ostrovsky tentou avançar por esse longo e nauseante livro)? A doutora Ostrovsky concorda que são manifestações “sem dúvida perigosas, quando não inequivocamente mortais” e diz, embora numa nota de pé de página, que Céline não expressou afronta quando os nazistas começaram a realizar suas hediondas fantasias. Mas

as razões subjacentes à redação dessas obras estão longe de estar claras e exigiriam muita investigação cuidadosa e imparcial antes que pudessem ser elucidadas com alguma objetividade.

A questão dos famosos e reiterados apelos de Céline ao extermínio em massa — pois é exatamente a isto que conduz *Bagatelles* — “não está dentro do escopo deste estudo”.

Não há alegria em rejeitar um livro de um estudioso jovem e ativo, especialmente um primeiro livro. Mas essas frases chamam a atenção para essa dissociação entre zelo profissional e verdadeira exatidão de espírito, entre as humanidades e o humano, que marca tanto do atual trabalho acadêmico de literatura. No contexto em que são apresentadas, “investigação imparcial”, “elucidadas com alguma objetividade” e “não está dentro do escopo” parecem penosas fugas da questão em exame. Dizer que “Céline se refere depreciativamente a judeus e alemães em seus vários textos” sem imediatamente traçar a distinção vital entre as duas intensidades de referência, sem mostrar ao leitor que *boches* traz uma carga de aversão repudiante inteiramente diferente de *youtres*, é interpor uma tela diante das reais complicações e indecências do caso. Em outra parte, a doutora Ostrovsky é toda paixão e envolvimento. Não há nada “imparcial” ou “objetivo”, nem devia haver, em seu encômio do “gênio” de Céline. Ela invoca Pascal, Goya, Dostoiévski para comparação. Mas no cerne do problema há um vácuo, e a sugestão de uma reverência ao decoro acadêmico. É aos romances e aos folhetos que devemos voltar se esperamos ver Céline por inteiro — um retorno complicado, como com justeza a doutora Ostrovsky indica, devido ao fato de a ficção pós-guerra de Céline ser de difícil obtenção e devido ao fato mais óbvio de a maioria de seus textos políticos ter sido destruída após a liberação da França. A excelente tradução de Ralph Manheim de *Mort à crédit* é um grande auxílio. O que é necessário agora são edições e traduções prontamente disponíveis de *D'un château l'autre* e *Nord*, que relatam o trajeto de Céline pelo inferno geral da derrocada alemã.

Há obviamente diferentes abordagens dos problemas colocados pela obra e pela grande influência de Céline. Há uma leitura médica, pela qual o grave ferimento na cabeça sofrido por Céline em 1914 aos poucos afetou sua razão e provocou os insanos ódios e escatológicas obsessões de seus textos posteriores. Pode-se argumentar que a visão que Céline teve da destruição e do horror da guerra fez de suas indicações de uma segunda Guerra Mundial uma tortura enlouquecedora. Evitar essa catástrofe, chegar a um entendimento a

qualquer preço com a Alemanha era o dever supremo de um homem sincero. Na medida em que os judeus constituíam um obstáculo a esse entendimento, na medida em que sua própria presença na Europa causava tensão psicológica e inflamava sentimentos ultranacionalistas, deviam ser eliminados. Em Céline, um justificável pacifismo tornava-se demente. Metaforicamente, pode-se argumentar que sua aversão ao animal humano — sua concepção do mundo como “uma mistura de hospício e matadouro”, na expressão da doutora Ostrovsky — levava a uma específica execração dos judeus. Há na presença judaica uma espécie de humanidade flagrante, ostentosa, um exuberante à vontade no mundo. Quando levada a extremos, a misantropia logo encontra em seu caminho o judeu.

Sem dúvida, a sociologia infernal de Céline tem raízes profundas em seu senso da língua francesa. Ele usava essa língua com um ímpeto e uma intensidade idiomática iguais talvez apenas por Rabelais e Diderot, com os quais aprendeu muito. O estilo que fez de *Voyage au bout de la nuit* um acontecimento na história da prosa moderna é uma barragem ensurdecidora, dilaceradora de nervos, um acúmulo ofegante de discurso direto agressivo, escabroso, gíria e coloquialismo agrupados — ou melhor, postos em um código Morse ruidoso, violentamente evocativo — pelo famoso uso que Céline fazia de pontos e travessões em lugar da pontuação regular. Céline manipulava a língua francesa como uma escavadeira, penetrando fundo em suas tradições gíricas, na fala crua dos bairros pobres e enfermarias parisienses, nas tonalidades viscerais do *patois* e trazendo à luz um tesouro de palavras, elisões populares, exatidões técnicas deixadas fora da visão no habitual decoro e torneamento do idioma literário francês. Céline devolveu ao romance o que este perdeu nas mãos de Gide e Proust, o que havia possuído em Zola — uma indistinta materialidade. Com toda sua qualidade, a transposição de Ralph Manheim da briga entre pai e filho em *Mort à crédit* oferece apenas um reflexo parcial da força nauseante do original:

Eu também entrei na dança... Tropecei, caí em cima dele... Não consegui conter-me... Tinha de acabar com aquele monte de estrume fedorento! Plapt! Caiu de novo... Precipitei-me para dar-lhe um soco na boca... Não queria mais que ele falasse!... Queria arrebentar-lhe a cara... Arrastei-o pelo chão... Começou a rugir... a berrar... pronto! Agarrei-o pelo pescoço... Ajoelhei-me em cima dele... Fiquei com as duas mãos presas no elástico dos suspensórios. Puxei. Apertei. Ele ainda estava estertorando... Deu um safanão... Continuei firme... O nojento começou a grasnar... Eu caí em cima dele... Apertei-lhe o

pescoço... Eu estava agachado... Dei-lhe uma cabeçada na barriga... Era eu mesmo... E a minha raiva... Puxei... Arranquei-lhe um bom pedaço do bigode... O cachorro me deu uma dentada!... Meti os dedos no nariz dele! Fiquei todo cheio de gosma... minhas mãos derraparam... Ele se contorcia... Passou as mãos pela minha cabeça. Agarrou-me o pescoço... Apertou-me a glote... Eu também continuava apertando... Sacudi-lhe a cabeça contra as lajes... Ele parou... Ficou todo mole... Escorregou por debaixo das minhas pernas... Chupou-me o polegar... Parou de chupar... Puta merda! Levantei a cabeça um instante... Vi o rosto de minha mãe bem junto ao meu...*

A identificação de Céline com o espírito histórico e local da língua francesa era de tal forma o cerne de seu tresloucado ser que ele tinha de odiar o traço de desabrigo, de esperanto da sensibilidade judaica. Como seus panfletos deixam claro, ele não podia aceitar o domínio literário do francês alcançado por “estranhos” como Proust, Henry Bernstein e Maurois, nômades em casa em várias línguas, mas sem estarem fixados em nenhuma.

O que é absolutamente certo é a unidade da imagem de mundo de Céline (ele escreveu a peça puerilmente anti-semita *L'église* ao mesmo tempo que seu primeiro romance, ou até mesmo antes). Separar os romances dos panfletos proféticos e inflamatórios é não apenas desonesto; é abandonar qualquer possibilidade de percepção coerente desse personagem único e singular. A energia frenética, a oratória populista, o ânimo rabelaisiano para magnificação que animam o *Voyage e Mort à crédit* são igualmente esmagadoras em *Bagatelles* e *L'école des cadavres*. Páginas inteiras, memoráveis em seu impulso histórico, são intercambiáveis entre as ficções e os libelos. Céline também não se desdisse. A afirmação da doutora Ostrovsky de que ele refutou as acusações feitas contra ele à época de sua condenação é no mínimo ingênua. O que ele procurou refutar foram alegações — algumas verdadeiras, outras falsas — referentes a colaboração ativa com os ocupantes. O homem era uniforme e aqui mais uma vez a característica específica de seu grande dom propicia um exemplo.

Um dos modos de pensar responsabilmente sobre Céline é indagar se ou em que grau as palavras se tornaram um substituto para a realidade. A logorréia é a própria condição da realização e da limitação de Céline (o ferimento na cabeça pode ser pertinente). Ele era um grande dominador de palavras, mas foi também dominado por

(*) Tradução de Maria Arminda de Souza-Aguiar e Vera de Azambuja Harvey, *Morte a crédito*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. (N. T.)

elas. O estudo da doutora Ostrovsky sobre os manuscritos sugere que um rigoroso trabalho se encontra por trás da avalanche dos textos de Céline. Mas é claro que ele tinha a facilidade necessária para vaziar a língua em volumes fantásticos, que cada rosnado, grito, acesso de riso leva ao seguinte com um ímpeto inevitável, autogerador. Se os romances de Céline não têm fim natural, isto não ocorre apenas por causa de sua natureza autobiográfica — aspecto em que claramente se parece com Thomas Wolfe —, mas porque a torrente da fala tem um dinamismo autônomo, uma extraordinária vida interna, mais forte, é de se suspeitar, que qualquer outra coisa na consciência ferida, isolada de Céline, quase se poderia dizer “autista”. É imaginável que Céline, especialmente depois da perda parcial da confiança criativa que parece ter se seguido a seu retorno da União Soviética em 1936, começasse a tomar as palavras pela realidade, que ele não relacionasse mais o turbulento gêiser da linguagem dentro dele com qualquer realização substantiva. Quando os fatos puseram em dia suas fantasias bárbaras, quando ele permitiu que essas fantasias fossem republicadas como macabra justificação dos fatos, Céline não era mais capaz de distinguir um do outro.

Vale a pena observar que nos verdadeiros herdeiros de Céline — em Grass, Burroughs, Kerouac — prevalece algo da mesma loquacidade desvairada. Com freqüência a linguagem deles é animada por energias que excedem a novidade ou a inteligência do que está sendo dito. O ramo oposto da modernidade que leva de Joyce e Proust a Nabokov e Borges é radical em sua valorização do tempo e do homem, mas conservador na formalidade e rigoroso governo de seus meios expressivos. As cartas de Céline durante a guerra e depois (de que uma considerável seleção aparece nos dois excepcionais números — 3 e 5 — sobre Céline da revista parisiense *L'Herne*) desmentem qualquer idéia fácil de declínio ou falta de controle mental. Mesmo notas casuais trazem a marca dessa retórica corpulenta, feroz. Mas alguma noção de abstração essencial, de uma ruptura entre palavra e realização, pode ajudar na abordagem da inegável unidade da obra de Céline e pode fornecer uma chave para a coexistência de um talento literário de primeiro nível com óbvia bestialidade moral.

Embora a afirmação de Sartre seja excessivamente confiante, é verdade que tal coexistência é rara, ou pelo menos é rara em casos que podemos documentar; a carreira de Gesualdo sugere que gênio musical e refinada percepção de poesia não constituem necessariamente impedimentos para repetidos assassinios. O que não fica claro

é se Céline oferece uma exceção válida à proposição de Sartre. Mesmo em seus melhores momentos, em *Voyage* e em partes de *Mort à credit*, como a visita hilariante, lírica, lunática do narrador à Inglaterra, a visão e as técnicas de apresentação de Céline beiram o patológico. Mesmo nesses vãos virtuosísticos, como em certos textos de Swift, a compulsão excrementícia e sádica parece ir além do propósito artístico. Pode ser que Céline seja um desses casos excepcionalmente raros em que uma imagem de vida que dificilmente resiste a um instante de investigação adulta recebeu pela pura força das palavras a estabilidade, o impacto da verdadeira literatura. As obras continuam como um selvagem artifício, luminoso mas não natural — tal como os lampejos de visão total no epilético. Muito mais perturbador, muito mais subversivo do humanismo de Ruskin e Sartre seria o caso de um homem em quem a barbárie explícita coexistisse com a criação de uma obra de arte clássica, imaginativamente ordenada.

Esse caso existe. Um dos jovens fascistas da década de 30 sobre quem Céline exerceu grande influência foi Lucien Rebatet. Durante a Ocupação, Rebatet colaborou ativamente com os nazistas. Suas denúncias de combatentes da Resistência no notório periódico *Je Suis Partout*, a alegria que expressou com a morte de judeus e reféns fizeram do nome de Rebatet um dos mais abominados na França. Preso na época da Liberação, foi sentenciado à morte. Em confinamento solitário, com correntes nos pés e na expectativa diária do fim, conseguiu escrever um vasto romance e passou para fora da prisão mais de mil páginas e fragmentos de manuscrito. *Les deux étendards* foi publicado, em dois volumes, pela Gallimard em 1951 (uma decisão supostamente tomada a conselho de Camus). O livro foi publicado em alemão, mas não em inglês. Trata-se, em minha opinião, de uma obra maior que qualquer das obras de Céline, com a possível exceção de *Voyage*, e de uma das obras-primas desconhecidas da literatura moderna. Narra o desenvolvimento, a profunda amizade e a separação final de dois rapazes na França de entre-guerras. Apaixonaram-se pela mesma moça, que é uma criação comparável em plenitude de vida, em esplendor físico e psicológico, à Natasha de Tolstói. A articulação desse tríptico relacionamento e da grande fuga de realização erótica com que o romance avança para seu final são atos maiores da imaginação. Ao contrário da ficção de Céline, o romance de Rebatet tem a autoridade impessoal, a pura beleza formal da arte clássica. Perdoador por decreto especial, Rebatet hoje vive em Paris em semiclandestinidade. Seu nome per-

manece estritamente tabu exceto entre um crescente número de leitores, muitos deles jovens, para os quais *Les deux étendards* é uma revelação.

Assim, Lucien Rebatet, mais do que Louis-Ferdinand Céline, constitui o que os teólogos chamam de “mistério”. Nele uma imaginação profundamente generosa, uma apreensão da santidade da vida individual, que levaram à invenção de personagens literários duradouros, coexistem com doutrinas fascistas e objetivos de ação assassina abertamente confessados (Rebatet olha com desprezo para quaisquer tentativas de separar o Céline romancista do Céline publicista e para qualquer esforço de relegar as convicções de Céline ou as suas próprias à obscuridade acadêmica). Aqui tocamos efetivamente no enigma da dissociação entre, de um lado, o humanismo poético e, de outro, o sadismo político, ou melhor, em sua associação em uma mesma psique. A capacidade de tocar e apreciar Bach pode conjugar-se no mesmo espírito humano com a vontade de exterminar um gueto ou lançar napalm em uma aldeia. Não está à mão qualquer solução pronta para esse mistério e para as questões fundamentais que ele coloca para nossa civilização. Mas a história recente o tem imposto a nós, e aqueles que o consideram como “fora de nosso escopo” dificilmente porão de volta a literatura em contato com a trama obscurecida de nossas vidas.

(1968)

UMA MORTE DE REIS

Há três atividades intelectuais, e, até onde sei, apenas três, em que os seres humanos têm realizado feitos importantes antes da puberdade. São elas a música, a matemática e o xadrez. Mozart escreveu música de indubitável competência e encanto antes dos oito anos de idade. Aos três anos, Karl Friedrich Gauss, segundo se relata, realizava cálculos numéricos de alguma complexidade; revelou-se, antes dos dez anos, um aritmético prodigiosamente rápido mas também razoavelmente profundo. Aos doze anos, Paul Morphy derrotava todos os que se apresentassem em Nova Orleans — proeza nada pequena em uma cidade que, há cem anos, contava com vários formidáveis jogadores de xadrez. Estamos lidando aqui com algum tipo de reflexos imitativos elaborados, com realizações concebivelmente ao alcance de autômatos? Ou esses maravilhosos seres em miniatura de fato criam? As *Seis sonatas para dois violinos, celo e baixo duplo*, de Rossini, compostas pelo menino no verão de 1804, são patentemente influenciadas por Haydn e Vivaldi, mas as linhas melódicas principais são de Rossini e belamente inventivas. Aos doze anos, Pascal parece de fato ter recriado para e por ele próprio os axiomas essenciais e as proposições iniciais da geometria euclidiana. Os primeiros jogos de que se tem registro de Capablanca e Alekhine contêm idéias significativas e revelam marcas de estilo pessoal. Nenhuma teoria do reflexo pavloviano ou de mimese simiesca dá conta dos fatos. Nesses três domínios, encontramos criação — não raramente característica e memorável — em uma idade fantásticamente precoce.

Há uma explicação? Busca-se alguma relação autêntica entre as três atividades; de que modo música, matemática e xadrez se

parecem? Esse é o tipo de pergunta para a qual deve haver uma resposta incisiva — de fato, clássica. (A idéia de que *há* uma afinidade profunda não é nova.) Mas se encontra pouca coisa, exceto vagos indícios e metáfora. A psicologia da invenção musical, enquanto distinta do mero virtuosismo da execução, é quase inexistente. A despeito de fascinantes sugestões dos matemáticos Henri Poincaré e Jacques Hadamard, quase nada se sabe sobre os processos intuitivos e de raciocínio que subjazem à descoberta matemática. O doutor Fred Reinfeld e o senhor Gerald Abrahams escreveram de modo interessante sobre “a mente enxadrística”, mas sem definir se isso existe e, em caso positivo, o que constitui suas estranhas capacidades. Em cada uma dessas áreas, a “psicologia” se revela principalmente uma questão de pequenas histórias, entre elas as exibições surpreendentes de execução e criação por parte de prodígios infantis.

Refletindo, dois pontos chamam a atenção. Parece mesmo que as formidáveis energias e capacidades mentais para combinação intencional exibidas pela mestria infantil em música, matemática e xadrez são quase isoladas, como se irrompessem no pleno desenvolvimento independentemente dos traços cerebrais e físicos normalmente em maturação e sem necessária relação com estes. Um prodígio musical, uma criança que compõe ou rege, pode em todos os outros aspectos ser uma criança pequena, petulante e ignorante como são as crianças comuns de sua idade. Não há evidência a sugerir que o comportamento de Gauss quando era menino, sua espontaneidade ou coerência emocional, de algum modo superasse o de outros meninos; ele era adulto, e mais do que um adulto normal, apenas no tocante a discernimento numérico e geométrico. Quem quer que tenha jogado xadrez com um menino bem novo e altamente dotado terá notado a óbvia e quase escandalosa disparidade entre os estratagemas e a sofisticação analítica dos movimentos da criança no tabuleiro e seu comportamento pueril no momento em que as peças são postas de lado. Vi uma criança de seis anos usar uma Defesa Francesa com grande talento e tornar-se, tão logo terminado o jogo, um pirralho barulhento e destrutivo. Em suma, o que ocorre no cérebro e nas sinapses nervosas de um jovem Mendelssohn, de um Galois, de Bobby Fischer, esse aluno em outros pontos irregular, parece ocorrer de modo essencialmente separado. Embora as últimas teorias neurológicas estejam novamente invocando a possibilidade de localização especializada — a idéia, familiar à frenologia do século XVIII, de que nossos cérebros têm áreas diferentes para

habilidades ou potenciais diferentes —, simplesmente não temos os fatos. É verdade que existem certos centros sensórios muito óbvios, embora não saibamos exatamente como ou se o córtex divide suas múltiplas tarefas. Mas a imagem da localização é sugestiva.

Música, matemática e xadrez são, em aspectos vitais, atos dinâmicos de localização. Peças simbólicas são arranjadas em fileiras significativas. As soluções, seja de uma dissonância, de uma equação algébrica, ou de um impasse posicional, são obtidas por um reagrupamento, por uma reordenação seqüencial de unidades isoladas e grupos de unidades (notas, números inteiros, torres ou peões). O mestre infantil, como sua contraparte adulta, é capaz de visualizar de um modo instantâneo, ainda que sobrenaturalmente confiante, como a coisa deve parecer vários lances adiante. Ele vê o argumento harmônico e melódico, lógico, necessário, tal como desponta de uma relação tonal inicial ou dos fragmentos preliminares de um tema. Ele sabe a ordem, a dimensão apropriada, da soma ou figura geométrica antes de realizar as etapas intermediárias. Ele anuncia xeque-mate em seis porque a posição final vitoriosa, a configuração de máxima eficiência de suas peças no tabuleiro, se encontra de algum modo “lá”, em uma visão de sua mente detalhada e inexplicavelmente clara. Em cada caso, o mecanismo nervoso-cerebral dá um verdadeiro salto adiante para um “espaço subseqüente”. Muito possivelmente, essa é uma faculdade neurológica violentamente especializada — a tentação é dizer neuroquímica —, quase isolada de outras capacidades mentais e fisiológicas e passível de desenvolvimento fantásticamente rápido. Alguma instigação casual — uma melodia ou progressão harmônica captadas em um piano na sala ao lado, uma série de números arrumados para soma em uma lista de compras, a visão dos movimentos de abertura em um jogo de xadrez de café — provoca uma reação em cadeia em uma zona limitada da psique humana. O resultado é uma bela monomania.

A música e a matemática estão entre as grandes maravilhas da raça. Lévi-Strauss vê na invenção da melodia “uma chave para o mistério supremo” do homem — uma pista, caso a pudéssemos seguir, para a estrutura e o gênio singular da espécie. O poder da matemática de planejar ações para a razão tão sutis, engenhosas e múltiplas quanto as oferecidas pela experiência sensória e de se deslocar para diante em uma expansão interminável de vida que se cria é uma das marcas estranhas e profundas que o homem deixa no mundo. O xadrez, por outro lado, é um jogo em que 32 pedaços de marfim, chifre, madeira, metal ou (em prisões alemãs da guerra)

serragem unida com cera de sapato são empurrados em 64 quadradinhos coloridos de forma alternada. Para o aficionado, essa descrição é uma blasfêmia. As origens do xadrez estão envoltas em brumas de controvérsia, mas sem dúvida esse antiquíssimo e trivial passatempo tem parecido a muitos seres humanos excepcionalmente inteligentes de muitas raças e séculos constituir uma realidade, um foco para as emoções, tão substancial quanto e com frequência até mais substancial que a própria realidade. As cartas podem chegar a significar o mesmo absoluto. Mas seu magnetismo é impuro. Uma paixão pelo *whist* ou pelo pôquer se prende à óbvia e universal magia do dinheiro. O elemento financeiro no xadrez, se é que existe, tem sido sempre pequeno ou acidental.

Para um verdadeiro enxadrista, a movimentação de 32 peças em 8×8 quadradinhos é um fim em si, um mundo integral perto do qual o da vida meramente biológica ou política ou social parece desordenado, deteriorado e contingente. Mesmo o *patzer*, o lamentável amador que avança com seu peão do cavalo quando o bispo do oponente vai para R4, sente esse encantamento demoníaco. Há momentos tentadores em que criaturas absolutamente normais empenhadas em outras coisas, homens como Lenin e eu próprio, se sentem inclinados a abandonar tudo — casamento, credores, carreira, a Revolução Russa — a fim de passar os dias e as noites movendo pequenos objetos esculpidos para lá e para cá sobre um tabuleiro quadriculado. À visão de um jogo, mesmo de um jogo plástico de bolso de extremo mau gosto, nossos dedos se arqueiam e um frio, como em um sono leve, percorre a espinha. Não pela vitória, pelo conhecimento ou renome, mas num enlevo autista, puro como um dos cânone invertidos de Bach ou a fórmula dos poliedros de Euler.

Aí, certamente, está uma das conexões reais. Por toda sua riqueza de conteúdo, por toda a soma de história e instituição social neles investida, a música, a matemática e o xadrez são resplendentemente inúteis (a matemática aplicada é um serviço de encanamento mais elevado, uma espécie de música para a banda da polícia). São metafisicamente triviais, irresponsáveis. Recusam-se a se relacionar externamente, a tomar a realidade como árbitro. Esta é a fonte de seu sortilégio. Eles nos falam, tal como um processo aparentado mas muito posterior, a arte abstrata, da singular capacidade do homem para “construir contra o mundo”, para conceber formas malucas, totalmente inúteis, austeramente frívolas. Essas formas são indiferentes à realidade e, portanto, invioladas, como nada mais, pela banal autoridade da morte.

São constantes as associações alegóricas da morte com o xadrez: em xilogravuras medievais, em afrescos da Renascença, nos filmes de Cocteau e Bergman. A morte ganha o jogo, embora ao fazê-lo se submeta, ainda que apenas momentaneamente, a regras totalmente fora de seu domínio. Amantes jogam xadrez para interromper o andamento corrosivo do tempo e expulsar o mundo. Assim, em *Deirdre*, de Yeats:

Sabiam que nada havia que pudesse salvá-los,
E então jogaram xadrez como haviam feito à noite
Durante anos, e esperaram o golpe da espada.
Nunca soube de uma morte tão fora do alcance
De corações comuns, um elevado e belo fim.

É esse ostracismo da mortalidade comum, essa imersão de seres humanos em uma esfera fechada, cristalina, que devem ser apreendidos pelo poeta ou romancista que faz do xadrez seu tema. O escândalo, o paradoxo da trivialidade inteiramente importante deve ser tornado psicologicamente crível. O sucesso no gênero é raro. *Master Prim* (1968), de James Whitfield Ellison, não é um bom romance, mas nele há pontos de interesse. Francis Rafael, o narrador, é enviado por seu editor para fazer uma matéria sobre Julian Prim, estrela ascendente do xadrez americano. De início, o cronista de meia-idade, profundamente convencional e suburbano, e o mestre de dezenove anos não se acertam. Prim é arrogante e irritante; tem os modos de um cachorrinho de dentes afiados. Mas Rafael já sonhou ser um grande jogador de xadrez. Na cena mais bem estruturada do romance, uma série de jogos “simultâneos” com movimentações de dez segundos entre Julian e diversos “trouxas” no Clube de Xadrez de Gotham, o romancista e o jovem matador se encontram no tabuleiro. Rafael quase consegue um empate, e aí surge entre os dois antagonistas “uma espécie de ligação por respeito mútuo”. Na última página, Prim ganhou o Campeonato de Xadrez dos Estados Unidos e está comprometido com a filha de Rafael. A história de Ellison tem todos os elementos de um *roman à clef*. As idiossincrasias e a carreira de Julian parecem diretamente baseadas nas de Bobby Fischer, cujo antagonismo pessoal e profissional com Samuel Reshevsky — um conflito inaudito por sua veemência pública mesmo no necessariamente combativo mundo do xadrez — é o centro do enredo. Eugene Berlin, o Reshevsky de Ellison, tem o título de campeão. Em um jogo que propicia o clímax excessivamente óbvio, Julian arrebatou a coroa do odiado adversário. O jogo em si, uma Abertura de Peão da Rainha, embora muito provavelmente baseado em

um jogo de mestre real, não tem interesse profundo ou beleza. O tratamento que Berlin dá à defesa é sem imaginação e a penetração de Julian no 22º movimento quase não merece a entusiasmada reação criada pelo romancista, quanto mais o campeonato. Incidentes e personalidades menores também são modelados de perto a partir da atualidade, nenhum aficionado deixará de reconhecer os irmãos Sturdivant ou se enganará quanto à localização do Clube de Gotham. O que Ellison transmite é algo da estranha, silenciosa violência que o xadrez engendra. Derrotar outro ser humano no xadrez é humilhá-lo nas próprias raízes de sua inteligência; derrotá-lo facilmente é deixá-lo estranhamente desguarnecido. Em uma noite de bebedeira em Manhattan, Julian enfrenta Bryan Pleasant, astro inglês de cinema, com vantagem de cavalo e a um dólar por jogo. Ele ganha sempre, o dobro ou nada, sua "rainha aparecendo e fustigando o inimigo como uma grande fera enfurecida". Em uma exibição vingativa de virtuosismo, Julian se concede cada vez menos tempo. A evidente selvageria de seu dom subitamente o aterroriza:

É como uma doença. [...] Ataca-o como uma febre e você perde todo o senso de como as coisas são. [...] Quero dizer quem você bate em quinze segundos? Mesmo que você fosse Deus. Não sou Deus. É estúpido ter de dizer isso, mas às vezes tenho de dizer.

O fato de o xadrez poder ser estreito aliado da loucura é o tema da famosa *Schachnovelle*, de Stefan Zweig, publicada em 1941 e traduzida para o inglês como *The royal game*. Mirko Czentovic, campeão mundial, está a bordo de um luxuoso navio em direção a Buenos Aires. Por 250 dólares por jogo ele concorda em jogar contra um grupo de passageiros. Ele derrota os esforços conjuntos deles com desdenhosa e exasperadora facilidade. De repente, um misterioso auxiliar se junta aos intimidados amadores. Czentovic é enfrentado até um empate. Seu rival se revela como um médico vienezense que a Gestapo manteve em confinamento solitário. Um velho livro sobre xadrez era o único vínculo do prisioneiro com o mundo externo (uma sagaz inversão simbólica do papel usual do xadrez). O doutor B. sabe todos os seus 150 jogos de cor, tendo-os jogado mentalmente mais de mil vezes. No processo, ele dividiu seu próprio ego em preto e branco. Sabendo cada jogo tão disparatadamente bem, adquiriu uma velocidade insana no jogo mental. Ele sabe a reação das pretas mesmo antes de as brancas terem feito o lance seguinte. O campeão mundial condescende em um segundo turno. É derrotado no primeiro jogo pelo maravilhoso estrangeiro. Czentovic dimi-

nui o ritmo de jogo. Enlouquecido pelo que lhe parece um andamento insuportável e por uma sensação total de *déjà vu*, o doutor B. sente a aproximação da esquizofrenia e pára no meio de um jogo ainda mais brilhante. Essa fábula macabra, em que Zweig comunica uma impressão de genuíno jogo de mestre, mais pela sugestão da forma de cada jogo do que pela especificação dos lances, aponta para o elemento esquizóide do xadrez. Estudando aberturas e encerramentos, jogando de novo jogos de mestre, o jogador de xadrez é simultaneamente brancas e pretas. No jogo verdadeiro, a mão que paira do outro lado do tabuleiro é em certa medida a sua própria. Ele está, por assim dizer, dentro da cabeça de seu opositor, vendo-se como o inimigo do momento, defendendo-se de seus próprios lances e imediatamente saltando de volta para sua própria pele a fim de procurar uma peça para contragolpe. Em um jogo de cartas, as cartas do adversário estão ocultas; no xadrez, suas peças estão constantemente abertas diante de nós, convidando-nos a ver coisas do ponto de vista do lado delas. Assim, há literalmente em cada mate um toque do que é chamado "*suimate*" — um tipo de problema enxadrístico em que quem o resolve tem de manobrar suas próprias peças para o xeque-mate. Em um jogo de xadrez sério, entre jogadores de nível comparável, somos derrotados e ao mesmo tempo derrotamos nós mesmos. Daí o gosto de cinza em nossa boca.

O título de um dos primeiros romances de Nabokov, *King, queen, knave* refere-se a uma seqüência de cartas. Mas os mecanismos primários do livro baseiam-se no xadrez. *Mr. Black* e *Mr. White* jogam xadrez enquanto o suposto melodrama erótico se aproxima do anticlímax. O jogo deles espelha precisamente a situação dos personagens: "O cavalo de Black planejava atacar o rei e a rainha de White com um xeque bifurcado". O xadrez é a metáfora subjacente e o referente simbólico em toda a ficção de Nabokov. Pnin joga xadrez; uma olhada casual na revista soviética de xadrez 8×8 leva o herói de *The gift* a empreender sua biografia mítica de Chernyshevski; o título de *A verdadeira vida de Sebastian Knight* é uma alusão ao xadrez, e a sugestão de jogo de mestre entre duas formas de verdade percorre a narrativa; o duelo entre Humbert Humbert e Quilty em *Lolita* é tramado em termos de um jogo de xadrez cujas apostas são a morte. Esses aspectos e todo o papel do xadrez na obra de Nabokov são expostos no admiravelmente metuculoso e perceptivo *Nabokov: his life in art* (1967), de Andrew Field. Mas Field de certo modo negligencia a obra-prima do gênero. Escrito primeiro em russo em 1929, *A defesa Luzhin* apareceu em

inglês em 1964. Todo o romance tem a ver com os prodígios insubstanciais do jogo. Acreditamos no gênio enxadrístico de Luzhin porque Nabokov transmite o caráter especializado e excêntrico de seu dom. Em todos os outros aspectos e lances da vida, Luzhin é uma pessoa desajeitada e infantil, pateticamente em busca de contato humano normal. Quando ele pensa no assunto de algum modo, as relações humanas parecem-lhe mais ou menos movimentos estilizados no espaço; a sobrevivência na sociedade depende da apreensão de regras mais ou menos arbitrárias, menos coerentes, é certo, que as que governam uma *prise en passant*. O padecimento pessoal é um problema sem solução, tão frio e cheio de armadilhas quanto os problemas de xadrez compostos pelo odiado Valentinov. Apenas um poeta sob o encanto do xadrez podia ter escrito o relato do encontro de Luzhin-Turati. Aqui Nabokov comunica, como nenhum outro escritor, as afinidades secretas entre xadrez, música e matemática, o sentido em que um refinado jogo é uma forma de melodia e geometria animada:

Então seus dedos procuraram e encontraram uma combinação mágica, frágil, cristalina — que com um delicado tinir desintegrou à primeira reação de Turati. [...] Turati por fim decidiu-se por essa combinação — e imediatamente uma espécie de tempestade musical cobriu o tabuleiro e Luzhin obstinadamente procurou nele pela diminuta e clara nota de que ele precisava a fim de por sua vez dilatá-la até uma atroadora harmonia.

Absorvido pelo jogo, Luzhin se esquece de levar um fósforo aceso a seu cigarro. Sua mão dói:

A dor passou imeditamente, mas, no lapso da ardência, vira algo insuportavelmente aterrador, o horror completo das profundezas abismais do xadrez. Olhou para o tabuleiro de xadrez e seu cérebro definhou com um cansaço até então sem precedentes. Mas as peças do jogo de xadrez eram impiedosas, prendiam-no e absorviam-no. Havia horror nisso, mas nisso também estava a única harmonia, pois o que mais existe no mundo além do xadrez? Nevoeiro, desconhecido, inexistência. [...]

Pois o que mais existe no mundo além do xadrez? Uma pergunta estúpida, mas que todo verdadeiro jogador de xadrez alguma vez se fez. E para a qual a resposta é — quando a realidade se restringe a 64 quadrados, quando o cérebro se reduz a uma lâmina luminosa dirigida para um único amontoado de linhas e forças ocultas — pelo menos incerta. Segundo cálculos, há mais variantes pos-

síveis em um jogo de xadrez que átomos nesse nosso esparramado universo. O número de maneiras legítimas possíveis de jogar os primeiros quatro lances de cada lado chega a 318 979 584 000. Fazendo um jogo por minuto e nunca o repetindo, toda a população do globo iria necessitar de 216 bilhões de anos para esgotar todos os modos concebíveis de fazer os dez primeiros lances de *Mr. White* e *Mr. Black* de Nabokov. À medida que Luzhin resvala para a morte, seu cuidadosamente analisado *suimate*, o abismo da noite e as gélidas lajes embaixo “foram vistos se dividindo em quadrados escuros e pálidos”.

Assim ocorre com o mundo em um recorrente sonho de glória. Vejo toda a cena diante de mim em zombeteira claridade. A fileira de mesas no café de xadrez de Rossolimo em Greenwich Village, ou sob o seboso teto de uma sala de hotel na cidade X (Cincinnati, Innsbruck, Lima). O Grande Mestre faz uma exibição de rotina — 35 tabuleiros em jogos simultâneos. A regra em ocasião como essa é que todos seus oponentes joguem com as pretas e movimentem tão logo ele caminhe para o tabuleiro. Quanto mais fraco o jogo, mais rápido é seu circuito pela sala. Quanto mais rápida sua ronda de lobo, mais atormentados e desajeitados são nossos lances correspondentes. Estou fazendo uma Defesa Siciliana, aguardando, tentando aparar essa rápida mão e a punidora velocidade de suas visitas. O Grande Mestre roca no 15º lance e respondo Q-QKt5. Mais uma vez seu passo se apressa em direção a minha mesa, mas dessa vez, ó mi-lagre, ele se detém, inclina-se sobre o tabuleiro e, maravilha das maravilhas celestiais, pede uma cadeira! A sala está insuportavelmente em silêncio, todos os olhos voltados para mim. O Mestre força uma troca de rainhas, e avoluma-se em minha memória, com demoníaca precisão, a visão do jogo Yates-Lasker no 17º turno do Campeonato Mundial de 1924, em Nova York. As pretas ganharam nessa tarde de março. Não ouse esperar por isso; não estou louco. Mas talvez uma vez, uma vez em minha vida, um Mestre erguerá os olhos do tabuleiro e olhará, como Botvinnik olhou para o Boris Spassky de dez anos de idade durante um jogo de exibição em Leningrado, em 1947 — olhará para mim não como um *patzer* sem nome, mas como um ser humano da mesma espécie e dirá, com uma voz pequena, fraca, “*Remis*”.

(1968)

O ANIMAL COM LINGUAGEM

I

As abelhas dançam mensagens exatas umas para as outras referentes a direção, quantidade e qualidade do mel encontrado. Os delfins apitam sinais de advertência ou convocação. Pode ser que os trilos e silvos de pássaros transmitam um significado rudimentar. O significado, na verdade, é a essência, a estrutura subjacente das formas naturais. Cores, seqüências, odores, regularidades ou anomalias proeminentes de formato e acontecimento, tudo é informativo. Quase todo fenômeno pode ser "lido" e classificado como declaração. Assinala perigo ou solicitação, falta ou disponibilidade de alimento; aponta para ou a partir de outras estruturas significativas. Os seres vivos, acima das estruturas elementares, dispõem de uma extensa e múltipla gama de articulação: posturas, gestos, colorações, tonalidades, secreções, aspecto facial. Em separado ou em conjunto, comunicam uma mensagem, uma unidade ou grupo de unidades de informação enfocada. A vida avança em meio a uma incessante rede de sinais. Sobreviver é receber um número suficiente desses sinais, separar do fluxo fortuito os que são literalmente vitais para o indivíduo e para a sua espécie e decodificar os sinais pertinentes com suficiente rapidez e precisão. Um organismo que não consiga fazer isto, porque seus receptores estão insensíveis ou porque ele "lê mal", acabará morrendo. Uma marmota morre quando lê mal — isto é, não decodifica com precisão — a mensagem de matiz, cheiro ou textura que diferencia a manifestação de identidade de um cogumelo venenoso da manifestação de uma variedade comestível. Um transeunte na cidade, ao atravessar as ruas, não

sobreviveria se traduzisse mal a mensagem codificada do vermelho e verde — ou por alguma deficiência orgânica (daltonismo) ou porque o idioma arbitrário pertinente, *vermelho/parar verde/seguir*, não lhe fora ensinado ou escapara de sua memória.

Toda identidade é uma declaração ativa. Comunica seu ser ao mundo circundante por meio de um conjunto de sinais mais ou menos claros, marcantes e complicados. *Somos* na medida em que podemos declarar que somos e só temos plena segurança de nossa declarada existência quando outras identidades registram e respondem a nossos sinais de vida. Sinais de individuação elementar: “Existo, estou neste lugar e sou deste tempo”. Sinais de necessidade fundamental: “Estes são meus alimentos, estas são as presas que busco para viver”. Sinais de defesa: “Minhas armas são este faro, estas garras, este espinho, estes meios de camuflagem. O risco de se aproximar é seu”. Não está vivo o que não pode ser comunicado, o que não pode afirmar sua existência ontológica e suas exigências mínimas. “Meu eu fala e soeitra.” É na natureza recíproca da manifestação de identidade, na necessidade de eco, seja ele ferozmente contrário, para confirmar o próprio ser, que reside a raiz do paradoxo hegeliano: a necessidade que um ente vivo tem da presença de outro, e o medo e o ódio engendrados por essa necessidade.

Mas, para repetir: as maneiras naturais de informação são imensamente diversas e passíveis de fantástico refinamento. Na mensagem-vôo da abelha, importa o ângulo exato;¹ cada curva e volteio no minueto de galanteio da galinhola é expressão de significado codificado; muito provavelmente, um *pointer* pode “ler” acuradamente centenas de gradações de cheiros.

Comme de longs échos qui de loin se confondent
Dans une ténébreuse et profonde unité,
Vaste comme la nuit et comme la clarté,
Les parfums, les couleurs et les sons se répondent.*

Muito antes do homem, o planeta era colorido, sonoro e odorante, de forma múltipla, com declaração e resposta. Conhecemos fósseis de estruturas orgânicas de 3 bilhões de anos. O desenvolvimento de códigos de informações específicos, de sistemas de sinais através dos

(1) A obra básica sobre isso é, naturalmente, *The dance language and orientation of bees* (1967), de Karl von Frisch.

(*) “Como ecos longos que à distância se matizam/ Numa vertiginosa e lúgubre unidade,/ Tão vasta quanto a noite e quanto a claridade,/ Os sons, as cores e os perfumes se harmonizam.” (Tradução de Ivan Junqueira, *As flores do mal*, de Baudelaire, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.) (N. T.)

quais emissor e receptor podiam formular e trocar mensagens de identidade, necessidade e correlação sexual, não pode ser muito mais novo. Onde há vida multicelular, onde coexistem e competem diferentes filios, há, tem de haver, a articulação de significado. Apenas o inerte é mudo. Apenas a morte total não tem declaração para fazer.

Até agora não empreguei a palavra *linguagem*. Uma enorme massa de informação, de extrema sutileza e especificidade, é formulada, transmitida, recebida e compreendida em cada ponto do processo vital. Os códigos não-lingüísticos têm uma história muito mais longa que o homem. O gesto, a postura corporal, a exibição de certas cores não apenas precedem a linguagem, mas continuam a circundá-la e, por assim dizer, se infiltram nela em todos os níveis (um surdo-mudo em trajes de luto está fazendo uma declaração enfática e possivelmente bem complexa). Um mundo sem palavras pode ser e, onde estão presentes formas orgânicas, deve ser um mundo cheio de mensagens. A linguagem é apenas um, e provavelmente o mais recente, entre um grande número de códigos expressivos. Esses outros códigos não apenas persistem; eles também podem sobreviver à linguagem. Um planeta pós-humano, na medida em que perdurem fenômenos zoológicos, abundará em comunicação significativa e convencionalizada, tal como a terra no Paleozóico. Depois do homem, não haverá silêncio.

Mas é crucial a singularidade da linguagem, o fato de ter existido ao longo do que por padrões geológicos e biológicos é um insignificante período, o fato de ser apenas um mecanismo especializado de armazenamento e transmissão de informação entre inúmeros outros. Ela nos leva ao reconhecimento decisivo de que a *linguagem* e o *homem* são correlatos, de que um implica o outro e necessita dele.

Outros códigos usados por animais superiores podem ter sofisticação digna de nota; em certos aspectos, como a memorização e a exata decifração do aroma e do som, podem ser mais rápidos e mais econômicos que a fala. Mas não são como a linguagem. A linguagem, com seu caráter e limitações, é própria do homem. Nenhum outro sistema de sinais é comparável ou, como diz Noam Chomsky, “a linguagem parece ser um fenômeno único, sem análogo significativo no mundo animal”.² Não se pode exagerar esse aspecto fundamental, inteiramente determinante. Não numa época em que é

(2) Noam Chomsky, in *Language and mind*, 1968.

moda descrever o homem como “macaco nu” ou espécie biológica cujas principais motivações de conduta são territoriais no sentido animal. O darwinismo de tais argumentos é mais ingênuo que o de T. H. Huxley, que, perto do fim da vida, observou que nada na teoria da seleção natural dera conta do fato básico que é a fala humana. Somos, como Hesíodo e Xenofonte devem ter estado entre os primeiros a dizer, “um animal, uma forma de vida que fala”. Ou, como diz Herder, *ein Geschöpf der Sprache* — “uma criatura da língua” e, ao mesmo tempo, uma criação da linguagem. A “humanidade” do homem, a identidade humana tal como ele a pode declarar para si e para os outros, é uma função da fala. Essa é a condição que o separa, por uma imensa lacuna, de todos os outros seres animados. A linguagem é sua quiddidade e determina sua preeminência. Outras espécies constroem e lutam; outras desenvolvem padrões de parentesco e urdiram o mistério do jogo. Algumas, se está certa a evidência, podem até produzir rudimentos de arte não-funcional. Na química do sangue e no ciclo da vida, os primatas são a sombra próxima do homem. Mas só este fala uma língua, ou, como formula Chomsky, não seleciona “um sinal de um repertório comportamental finito, inato ou adquirido”. Nenhuma concepção da natureza do homem que deixe de registrar essa distinção essencial, que deixe de fazer de nosso estado lingüístico interno e externo seu ponto de partida, é adequada aos fatos.

II

As implicações são tão numerosas e de alcance tão amplo que com freqüência mal estamos cientes delas. É necessário um ato de extrapolação positivamente vigoroso para ver nossa dimensão primariamente lingüística, para sair momentaneamente de nossa pele essencial.

A capacidade do homem para articular um tempo verbal futuro — em si um escândalo metafísico e lógico —, sua faculdade e necessidade de “sonhar à frente”, de esperar, o tornam único.³ Essa capacidade é inseparável da gramática, do poder da linguagem de existir antes daquilo que ela designa. Nosso sentido do passado, não

(3) Essa noção da natureza filosoficamente “escandalosa” do tempo verbal futuro é explorada por Ernst Bloch em *Das Prinzip Hoffnung* (1959) e em *Tübingener Einleitung in die Philosophie* (1963).

como reflexos imediatos, inatamente adquiridos, mas como seleção configurada de recordação, é mais uma vez radicalmente lingüístico. A história, no sentido humano, é uma rede de linguagem arremessada para trás.⁴ Nenhum animal lembra historicamente; sua temporalidade é o eterno tempo verbal presente da ausência de fala. Nossa sexualidade é invadida pelo estímulo e pela “realidade paralela” da linguagem. Pode ser que nosso ato de amor não difira muito do ato dos grandes macacos. Mas isso é dizer pouco. Através de suas imagens verbalizadas, através do rico contexto do intercâmbio erótico pré-físico e para-físico em que ocorre, o intercuro (termo obviamente aparentado a *discurso*) humano tem um caráter profundamente lingüístico.⁵ De modo correlato, mudanças de convenção verbal, eliminações ou alterações de tabus lingüísticos com relação a verbalização erótica, afetam nossa conduta sexual mais íntima, mais imediatamente fisiológica. É preciso apenas notar as correlações entre onanismo e fala interior ou monólogo para perceber que eros é, no homem, um complexo idioma, um ato semântico que envolve a totalidade da *persona*.

Se a recente antropologia estrutural está certa (e suas hipóteses de fato elaboram as suposições de Leibniz e Herder), esses modelos de parentesco, essas convenções de mútua identificação que subjazem a toda sociedade humana, dependem vitalmente da disponibilidade e desenvolvimento da linguagem. A passagem do homem de um estado natural para um estado cultural — o principal ato isolado de sua história — está em todos os pontos entrelaçado com suas faculdades de fala. Os tabus do incesto e os conseqüentes sistemas de parentesco que tornam possível a definição e a sobrevivência biossocial de uma comunidade não precedem a linguagem. Muito provavelmente desenvolvem-se com ela e através dela. Não podemos proibir o que não podemos nomear. As regras de casamento exogâmico ou endogâmico só podem ser formuladas e — o que não é menos importante — transmitidas onde existam adequada sintaxe e taxonomia verbal. As formas de linguagem de modo praticamente literal subjazem a todo comportamento humano e o perpetuam. A prevalência de acasalamento promíscuo e de incesto entre animais, prevalência que torna impossível falar de “culturas

(4) Cf. Thorleif Boman: *Das hebräische Denken im Vergleich mit dem griechischen*, 1965.

(5) É por essa razão que defensores de Sade como Roland Barthes afirmam que o erotismo extremo sempre representa um ato lingüístico.

animais” a não ser de modo vagamente metafórico, é quase certamente uma função da ausência de linguagens animais.⁶

E iria adiante. Nossos mecanismos de identidade — os procedimentos extremamente intrincados de reconhecimento e delimitação que me permitem dizer que *Eu sou eu*, experimentar a mim mesmo, e que, concomitantemente, me impedem de “experimentar você”, exceto por projeção imaginativa, por uma ficção inferencial de similitude — estão inteiramente baseados no fato da linguagem. Suspeito que esses mecanismos se desenvolveram lenta e dificilmente, talvez ao longo de milênios. O reconhecimento do eu contra a “alteridade” é uma conquista de enorme dificuldade e conseqüência. As lendas de denominação recíproca que encontramos em todo o mundo (Jacó e o Anjo, Édipo e a Esfinge, Roland e Olivier), o motivo da luta mortal que só cessa quando os antagonistas revelam seus próprios nomes ou um nomeia o outro em uma troca de identidade certificada, podem ter nelas a vaga sugestão de uma longa dúvida: quem sou eu, quem é você, como saberemos que nossas identidades são estáveis, que não fluirão para a alteridade como vento e luz e água? Mesmo agora, a identidade permanece uma possessão ameaçada: na criança autista (exemplo crítico para quem se interessa pela interdependência entre linguagem e humanidade) e no esquizóide, a certeza do eu deixou de amadurecer ou se desfez.⁷ Em constante afirmação do ego, projetamos em outros seres humanos a silhueta de nossa presença. Todo o processo, manifestação do eu e resposta do “não-eu”, é dialético pela estrutura e lingüístico pela natureza. A fala é a sístole e a diástole do ser continuado; dá prova interna e externa. Estabeleço e preservo minha experiência do eu por um fluxo de discurso internalizado. Percebo meu inconsciente, na medida em que sonhos e súbitas brechas de delírio o permitem, ao ouvir e amplificar retalhos “ascendentes” de discurso, de estática verbal, do obscuro e do centro da psique. Não falamos tanto *para nós* quanto *nos falamos*. Propiciamos à nossa autoconsciência sua única e constantemente renovada garantia de sobrevivência particular emitindo para dentro uma corrente de palavras. Mesmo quando somos externamente mudos, a fala está ativa dentro e nosso crânio é como uma câmara de eco. De modo correspondente, estabelecemos a existência de *l'autre*, e nossa existência para ele, por meio

(6) Cf. Yvan Simonis, *Claude Lévi-Strauss ou la "passion de l'inceste"*, 1968.

(7) Ninguém preocupado com a filosofia da linguagem pode desconhecer o estudo do doutor Bruno Bettelheim sobre crianças autistas em *The empty fortress*, 1967.

de uma troca lingüística. Todo diálogo é uma proposta de conhecimento mútuo e uma redefinição estratégica do eu. O Anjo nomeia Jacó no final de sua longa competição, a Esfinge leva Édipo a se nomear, a se conhecer como homem. Nada nos destrói mais seguramente que o silêncio de outro ser humano. Daí a brutal fúria de Lear contra Cordelia ou a constatação de Kafka de que muitos sobreviveram ao canto das sereias, mas ninguém a seu silêncio.

Em um sentido que se aprofunda mais que a semântica, nossa identidade é um pronome de primeira pessoa. O monoteísmo, essa magnificação transcendental da imagem do eu humano, reconhece essa verdade quando define Deus por uma tautologia gramatical: “Eu sou o que sou”. O neoplatonismo e o gnosticismo levam um passo adiante o processo de relacionamento lingüístico-ontológico: “Eu sou a Palavra, o *Logos* que chama a si próprio e tudo mais à existência imediata. Eu crio o mundo ao nomeá-lo”. Adão está mais próximo da natureza divina, está mais inteiramente na imagem de Deus, quando reencena essa *poiesis* lexical: “aquilo por que Adão chamou cada criatura viva, este foi seu nome. [...]”.

Em suma, a definição menos inadequada do gênero *homo* a que podemos chegar, a definição que plenamente o distingue de todas as formas da vida circundantes é esta: o homem é um *zoon phonanta*, um animal com linguagem. E não há outro como ele.

III

O “quando” e “como” dessa singularidade têm sido assunto de infundável especulação. De Platão até hoje, abundam mitos e teorias sobre as origens da fala humana. Não parecemos mais próximos de uma resposta.

A sinceridade nos força a admitir [escreve Chomsky] que hoje estamos tão distantes quanto Descartes, há três séculos, de compreender exatamente o que capacita um ser humano a falar de um modo que é inovador, livre de controle de estímulos e também apropriado e coerente [...] Nem a física, nem a biologia, nem a psicologia dão-nos qualquer indicação sobre como lidar com essas questões.

Pode ser que toda investigação das origens e da subestrutura determinante da linguagem tenha contornado um dilema cardeal: investigar as fontes da linguagem usando a linguagem (que outros instrumentos temos?) pode, necessariamente, ser um processo circular,

uma escamoteação com espelhos. Incapaz, conceitualmente, de transcender seus próprios termos lingüísticos de referência, a questão impede qualquer resposta concebível. Ao imaginar, como fazemos, verbalmente, pode ser impossível para nós formular uma condição anterior às palavras. Podemos, formalmente, afirmar essa anterioridade, mas será vazia de significado ativo tal como é a noção de cor que um homem cego tem. Pode ser que toda a imagem de "gradualismo lingüístico", de um avanço etapa por etapa do homem pré-lingüístico ou protolingüístico até o ser articulado que conhecemos, seja ingênua ao extremo. Se os conceitos de "homem" e de "linguagem" são interdependentes para sua existência, o "homem pré-linguagem" é uma quimera desprovida de sentido. O homem se torna homem na medida em que entra em um estágio lingüístico. De início, na penumbra da identidade difusa, ameaçada, a fala provavelmente era voltada para dentro; o homem se declarava apenas a si mesmo. O intercâmbio verbal, a liberação parcial do tesouro de palavras para a audição e retenção por outro homem, pode ter ocorrido muito depois. Nunca saberemos. Mas a questão deveria ser vista pelo que é: quando perguntamos quando ou como a linguagem começou, estamos de fato perguntando "Quais são as origens da humanidade do homem?"

Por causa dessa superposição, porque qualquer teoria do advento da linguagem é uma teoria sobre a entrada do homem na história, sobre sua passagem de um presente biológico imutável para a gramática do passado, presente e futuro, o trabalho recente de lingüística, genética e antropologia social revela interessantes pontos de contato. E pode ser que Chomsky exagere o caso quando diz que nem a física nem a biologia nos podem dar qualquer indicação.

Há muito não parece que o volume craniano seja por si decisivo para a conquista da humanidade pelo homem. O que importa são o desenvolvimento e a ativação (ou desenvolvimento pela ativação) de circuitos eletroquímicos entre o máximo possível das cerca de 100 milhões de células do cérebro. Gradações de humanidade intensificada podem ser vistas como uma função do uso ampliado do córtex. Compreendido somaticamente, o imperativo de Nietzsche *werde was du bist* significa "aproveitar cada vez mais seu córtex, ativar cada vez mais o potencial total de filamentos e pontos de contato entre centros neurais". Presumivelmente, todo o processo é um processo de retroalimentação: à medida que a agulha "encontra" e transforma em som ranhuras anteriormente imperceptíveis, novas exigências cerebrais engendram ou desencadeiam novos circuitos.

A vida é um advento — mais ou menos bem-sucedido — do eu potencial à existência.

Nesse dinamismo automantido, a informação é essencial. Seu armazenamento, sua codificação, sua transmissão e sua recepção são a anatomia da consciência. (Isto permite que se diga, em um nível mais óbvio, que quanto maior o vocabulário de um homem, quanto mais recursos tiver sua sintaxe, maior será seu domínio do eu e da soma de realidade a que pode recorrer.⁸) Informação é o termo-chave nos modelos que hoje são usados tanto pela biologia molecular quanto pela lingüística. Compreendo que as marcantes analogias de expressão nessas duas disciplinas são, em parte, resultado de metáfora compartilhada, que não deviam ser excessivamente enfatizadas. Mas são também, em parte, cognitivas, e não se pode negar a possibilidade de mútua aplicação.⁹

Parece, como evidência presente e manifestamente preliminar, que certos processos eletroquímicos e neuroquímicos da vida mental podiam ser "semanticamente" estruturados. Entrada, armazenamento, exploração sensórios e subsequente resposta parecem ocorrer em algum tipo de seqüência sintática; nem a neuroquímica do cérebro humano nem qualquer língua humana parecem conter o que modernos lingüistas chamam de "operações independentes de estrutura". Isto pode ser uma chave importante. Parece haver, em um sentido mais do que imagístico, uma gramática dos processos vitais, um suporte orgânico de cuja organização seqüencial e atividade genética no homem surge naturalmente a linguagem. A linguagem, por sua vez, reage a sua matriz fisiológica e a realimenta. Ou, para dizer de outro modo, o uso da linguagem em si mesmo ativa o substrato de potencialidade lingüística. Mais e mais sinapses, mais e mais fibras de inter-relação despertam para a existência. No uso da metáfora — um fato de linguagem que Platão reconheceu como de algum modo crucial para a excelência humana — o neurofisiológico e o verbal parecem se aproximar estreitamente. A metáfora acende um novo arco de energia perceptiva. Relaciona áreas de experiência até então não relacionadas; essa nova relação pode ter uma contrapartida orgânica direta na medida em que centros de

(8) Já na década de 1900, cursos e planos de "auto-aperfeiçoamento" começaram a capitalizar a percepção de que "mais palavras farão de você um homem mais importante".

(9) Cf. E. H. Lenneberg, "A biological perspective of language", in *New directions in the study of language*, 1966.

memória e exploração do córtex até então separados são postos “em circuito”.¹⁰

Informação, retroalimentação, codificação e decodificação, pontuação de modo a assegurar a correta leitura das mensagens eletroquímicas — essas são noções compartilhadas, pelo menos em parte, pela biologia molecular e pela gramática gerativa. Não parece acidental a coincidência, no tempo, do avanço da genética e da moderna lingüística estrutural de Saussure a Harris e Chomsky.¹¹ Uma sugestão da vida como linguagem, como informação transmitida, estava no ar. As duas correntes são concordantes. Se, como Chomsky propõe, os universais lingüísticos — esses arranjos que nos permitem imediatamente diferenciar o que é possível em uma língua daquilo que não é — “devem ser simplesmente uma propriedade biológica da mente humana”, então é provável que a biologia da mente seja “sintática”.¹² A genética seria, como alguns já afirmam, um caso especial de teoria da informação. Sem dúvida, a física e a química pertinentes são de uma ordem de complicação que vai além de nossa compreensão presente; e pode ser que todo o nosso conceito do que é “físico” e do que é “mental” tenha de ser repensado e tornado muito mais sutil do que é hoje. Mas, nessa futura psicofisiologia, a questão dos fundamentos da linguagem desempenhará um papel decisivo. Poderemos vir a compreender como e de quais maneiras os níveis de especificidade e sofisticação genéticas em atuação na hereditariedade humana trazem com eles — e são trazidos por — um código comunicativo singular. De uma maneira que até agora não podemos formular com nossos grosseiros instrumentos de introspecção, pode ser que a fala humana seja de algum modo uma contraparte dessa decodificação e tradução do idioma neuroquímico que define e perpetua nossa existência biológica. A próxima dimensão da psicologia, a etapa que pode por fim levar-nos além de um primitivo empirismo mente/corpo, poderia ser semântica.

Um conjunto de questões subsidiárias, embora não menos difíceis, surge a partir do fato da multiplicidade das línguas humanas. Por que tantas? (Três mil segundo algumas classificações, mais de 4 mil segundo outras.) O mito de Babel sugere uma consciência inicial de que aqui há um enigma, um curioso mistério de desperdício.

(10) Cf. E. H. Lenneberg, *Biological foundations of language*, 1967.

(11) É o professor Zellig Harris da Universidade da Pensilvânia que inicia a nova lingüística em *Methods in structural linguistics*, 1951.

(12) Cf. a discussão de Noam Chomsky com Stuart Hampshire, in *The Listener*, 30 de maio de 1968.

Mas mesmo no grande ensaio de Humboldt, *Über die Verschiedenheit des Menschlichen Sprachbaues* (1830-35), a questão não é colocada com suficiente rigor ou determinação.

Por que essa fantástica diversidade de línguas humanas, que torna difícil a comunicação entre comunidades com freqüência geograficamente próximas e racial ou culturalmente similares? Como pode ter surgido essa imensa variedade se, como postula a gramática transformacional e sugere a biologia, a grade subjacente, os sulcos neurofisiológicos são comuns a todos os homens e, de fato, ocasionam sua humanidade? Por que, como portadores da mesma informação molecular essencial, não falamos a mesma língua ou um pequeno número de línguas correspondentes, digamos, ao pequeno número de tipos étnicos genuinamente identificáveis?¹³

Ninguém propôs uma hipótese satisfatória, e é uma fraqueza central da gramática gerativa que Chomsky e seus colegas não reconheçam o pleno alcance e importância da questão. Até que ponto são “universais”, de fato, suas invariantes? E, se os universais lingüísticos são um dado biológico simples, determinado, por que o imenso número e conseqüente incompreensibilidade mútua de transformações locais? Os mecanismos naturais e de evolução são, em geral, econômicos. A grande variedade de fauna e flora não é de modo algum ineficiente; representa uma eficiência, naturalmente selecionada, maximalizada, de ajuste à necessidade e ecologia locais. Não podemos dizer o mesmo da profusão no mundo de línguas mutuamente incompreensíveis. Há aqui um obstinado mistério, mistério que pode levar a um longuíssimo caminho de volta.¹⁴

A evidência sugere que, possivelmente, o número de línguas diferentes era muito maior no passado do que agora. Dentro da memória viva, grande número de línguas antigas e elaboradas se extinguiu. Há muitas línguas indígenas sul-americanas que hoje vivem apenas na lembrança, sempre imperfeita, de uns poucos informantes. As pressões da uniformidade tecnológica e o crescente estímulo dado à comunicação rápida e não-ambígua estão corroendo o atlas lingüístico. Será que se tem alguma orientação nessa diminuição,

(13) Para uma abordagem recente desse “*particularismo arcaico*”, ver, de Ferruccio Rossi-Landi, “Ideologie della relatività linguistica”, in *Ideologie*, 4, 1968.

(14) Estou plenamente ciente de que etnolingüistas como o professor Dell Hymes (ver *Language in culture and society*, 1964) acreditam que a variedade cultural explica o imenso número e diversidade de línguas. Mas um fenômeno tão “antiecônômico” parece exigir outra explicação e, possivelmente, um modelo teórico inteiramente diferente.

nessa evidência de uma proliferação lingüística maior no passado? Não sabemos. Pode-se imaginar, mas sem muita convicção, um estado em que a articulação verbal era quase completamente privada ou esotérica. Cada grupo mais ou menos fechado de seres humanos, cada clã ou núcleo de parentesco em seu processo de se tornar uma sociedade, pode ter tido sua própria fala e preservado de contaminação a magia dessa fala. Ainda conhecemos comunidades que usam internamente um antigo idioma, enquanto partilham com os vizinhos uma língua vulgar mais recente. Não temos fatos que nos guiem e praticamente nenhuma hipótese. Mas repito: nenhuma teoria da informação, nenhum modelo de desenvolvimento da consciência humana serão convincentes até que dêem conta da multiplicidade profundamente surpreendente e “antieconômica” de línguas faladas neste abarrotado planeta.

IV

Com freqüência uma reorientação intelectual é identificada e vista como um todo coerente apenas depois de ter se manifestado localmente, sob formas aparentemente não-relacionadas. Olhando agora para os anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial, para os desenvolvimentos simultâneos da lingüística, da lógica simbólica e da filosofia matemática, podemos reconhecer os primórdios de uma “revolução da linguagem”. Uma nova teoria do significado e do papel central da lingüística para o homem e a cultura estava em atuação em um amplo espectro de percepção e realização formal.¹⁵ Hoje, a partir da posição privilegiada da síntese apresentada por Lévi-Strauss e Chomsky, ou olhando para trás a partir da sagaz histrionice de John Cage, podemos ver que energias e interesses muito diferentes estavam de fato se misturando para um impacto comum.

Foi na Europa central, particularmente em Viena e Praga, entre 1900 e 1925, que a “revolução da linguagem” ocorreu em nível mais profundo e mais conseqüente. Como a maioria das revoluções verdadeiras, tinha por trás um nítido colapso de nervos. A nova lingüística surgiu a partir de uma drástica crise da linguagem; a mente perde confiança no próprio ato de comunicação. Essa crise

(15) Já em 1903, em *The principles of mathematics*, Bertrand Russell escrevia: “O estudo da gramática, em minha opinião, é capaz de iluminar as questões filosóficas muito mais do que comumente supõem os filósofos”.

produziu um conjunto de obras, estreitamente relacionadas em termos de tempo e local de feitura, que estão inquestionavelmente entre os poucos clássicos de nosso desordenado século. Refiro-me a *Carta de lordes Chandos*, de Hofmannsthal, que em 1902 coloca o problema do crescente hiato entre linguagem e significado, entre o apego do poeta à verdade pessoal e as erodidas falsidades de seu idioma, e a *Der Schwierige*, de Hofmannsthal, em que o protagonista, que sobreviveu a ser enterrado vivo nas trincheiras, acha a conversa comum e a arrogante retórica dos políticos uma hedionda “indecência”. A polêmica linguagem de Karl Kraus, um dos poucos exemplos em literatura de uma poesia do desprezo, pertence a essa esfera; tal como a convicção maníaca de Karl Kraus de que a clareza e pureza de sintaxe são o teste último de uma sociedade. Há a grande obra de Fritz Mauthner, *Beiträge zu einer Kritik der Sprache*,¹⁶ em que é posta em questão a própria sobrevivência da linguagem como transmissora de significado verificável e responsabilidade pessoal. O *Tractatus*, de Wittgenstein, e os exercícios lingüísticos do Círculo de Viena estão estreitamente relacionados com a sensibilidade de Kraus ou Mauthner. A noção deste sobre o “indizível”, sobre o que fica necessariamente fora da linguagem, corresponde de perto à rubrica “místico” de Wittgenstein e à proposição final do *Tractatus*.

A mesma “crise da linguagem” ocorria nas artes: em *Canção noturna do peixe*, de Morgenstern — um poema de silêncio absoluto, tornado visível apenas através das marcações de prosódia sobre sílabas em branco, embora de certo modo subsistentes, “audíveis” —, ou nas ficções de Kafka. Nenhum escritor jamais fez da resistência da linguagem à verdade, da impossibilidade de comunicação humana apropriada, relato mais sincero, mais eloqüente. Kafka usava cada palavra, em uma língua que sentia como estrangeira, como se a tivesse roubado de um reduzido depósito secreto e tivesse de devolvê-la intata antes do amanhecer. Hermann Broch desenvolveu as parábolas de Kafka sobre as tentações do silêncio. *A morte de Virgílio* marca o fim do contrato entre imaginação e realidade sobre o qual se baseava o romance clássico. Nele o poeta vem a reconhecer no ato da poesia, em um compromisso com a linguagem, uma blasfêmia contra a vida e as necessidades do homem. Gostaríamos também de incluir nesse contexto os novos usos do silêncio

(16) O texto completo do tratado em três volumes de Mauthner apareceu em 1923. Até hoje a riqueza e a seriedade de sua exposição foram pouco seguidas.

na música de Schönberg e Webern, e em particular o “fracasso da palavra” que é a substância dramática e o clímax de *Moses und Aron*, de Schönberg.

Obviamente, há precursores dessa extraordinária reavaliação da linguagem, dessa escola do silêncio da Europa central. Se Hölderlin, Rimbaud e Mallarmé emergem como os pais do moderno, é porque o modernismo se exprimiu como um questionamento do *medium*, porque fez de suas obras uma constante subversão da possibilidade mesma de uma forma estabelecida. Para essa tática, forneceram um reconhecido precedente os silêncios notórios de Hölderlin e Rimbaud, bem como a hermética escassez de Mallarmé. Mas o movimento de Viena e Praga teve uma característica mais sinistra. Achara-se nas garras do terror espiritual. Nesses filósofos, poetas e críticos estava manifesta a percepção, cristalizada pela catástrofe da guerra mundial, de que o humanismo, tal como havia ativado a consciência européia desde a Renascença, estava em processo de colapso. A premonição de Karl Kraus de novos períodos negros, a pré-visão lugubremente precisa que Kafka teve do holocausto, surgem a partir de um agudo diagnóstico do colapso do humanismo liberal. Em *Auto-de-fé*, Elias Canetti produziu a fábula representativa da civilização da fala a caminho da ruína violenta. Precisamente porque a linguagem fora um *medium* tão central da formação humanística, do legado clássico da cultura, a “crise da linguagem” concentrou uma desvalorização mais geral. No vazio e morte da palavra, Mauthner, Wittgenstein e Broch observaram a doença de toda uma civilização. (O papel dominante dos judeus nesse movimento de terror e índole seria de grande importância. Teria o judeu uma afinidade especial com a vida da linguagem, já que a palavra escrita foi, por tanto tempo, sua terra natal básica?)

Duas outras orientações contemporâneas de pensamento se envolveram na “revolução da linguagem”. Foram o círculo de estudo lingüístico de Moscou (depois, de Praga), com seu grande interesse pelas facetas poética e filosófica da linguagem, e a prática da análise lógico-semântica que associamos a G. E. Moore e Bertrand Russell. Através da leitura equivocada do *Tractatus* feita por Russell — leitura equivocada talvez estratégica, talvez inevitável em vista da obsessiva prudência da “religiosidade” e do propósito ético último de Wittgenstein — o movimento de Viena-Praga e a filosofia de Cambridge se sobrepuseram. A carreira pessoal de Wittgenstein tornou-se símbolo dessa aliança algo antinatural mas criativa. Por outro lado, através do trabalho e do ensino de “lingüístas de Moscou” como

Roman Jakobson, um estudo mais técnico de morfologia, gramática e semântica influenciou o conceito geral de linguagem.¹⁷ (Aqui, mais uma vez, há um fragmento de história intelectual excepcionalmente interessante a ser escrito. Pode-se levantar a questão, por exemplo, de uma possível relação entre homossexualidade e certas teorias da linguagem como “jogo”, como um complexo de convenções e reflexos internalizados?)

Qualquer que seja a variedade e complicação dos fundamentos, o fato principal é claro: ocorreu no primeiro quartel deste século uma crise da linguagem e um reexame da linguagem à luz dessa crise. Estamos agora começando a ser capazes de avaliar seu alcance e suas conseqüências. Quero tocar rapidamente em três áreas de óbvio impacto: a filosófica, a psicológica e a literária.

V

Não é nova a idéia de que toda a cognição, de que o processo pelo qual o homem percebe o mundo e com ele se relaciona, é, no fundo, uma questão de linguagem. No século XI, Pedro Damiano deu-lhe apropriada expressão quando afirmou que mesmo a queda do homem no paganismo era devida a uma falha gramatical: como a língua pagã tem um plural para a palavra *divindade*, a humanidade desventurada concebeu muitos deuses. Uma noção similar de totalidade lingüística está implícita na indagação de Lenin: “História do pensamento: história da linguagem?”. De fato, pode-se razoavelmente dividir a história da filosofia entre as epistemologias que enfatizam a substancialidade, a verificabilidade exterior e a objetivação concreta da experiência humana, e as que enfatizam a totalidade criativa ou limitadora de seus próprios meios de manifestação — isto é, que vêem o homem alcançar a realidade e, internamente, a si próprio apenas na medida em que a linguagem (talvez sua língua particular) o permite. A distinção é muito rudimentar precisamente porque mesmo a fenomenologia mais “realista”, mais pragmaticamente orientada, permanecerá, sendo sincera e severa com ela mesma, inquietamente ciente de seu próprio idioma verbal. Nenhuma metafísica é desprovida de fala, nenhuma escapa de seu próprio vernáculo para algum reino de pura evidência material.

(17) *Russian formalism, history, doctrine* (1955), de V. Erlich, e *The linguistic school of Prague* (1966), de J. Vachek, são os melhores guias para esse percurso.

Muito da duradoura vitalidade do platonismo está em sua sutil percepção desse solipsismo necessário. O platonismo apóia-se no ato de designação, na compulsiva capacidade do homem para reconhecer e mapear o mundo segundo ajustada nomenclatura e definição. Concentra-se na capacidade da metáfora de reorganizar experiência ao conjugar recognições antes díspares. O desentendimento do platonismo com certas formas de ficção e mimo teatral é um desentendimento com um mapeamento rival, potencialmente anárquico. A escolástica, nesse aspecto mais neoplatônica que aristotélica, freqüentemente identifica o ser com o discurso. A *summa* de palavras e a de realidade acessível formam uma unidade. Cada uma autentica a outra. Daí a importância literal da imagem do “livro da vida”: esse livro é um léxico em que nomes e realidades afirmam cada um a verdadeira existência do outro. Para Isidoro de Sevilha, a etimologia é história porque as origens das palavras e dos objetos que elas enunciam são ontologicamente ligadas. Quando os mortais falam, chamam à existência o que quer do mundo que seja acessível a seus sentidos e compreensão. O exercício da linguagem humana representa, embora em escala microscopicamente humilde, o reflexo divino da criação, o *Logos* ou “fala para a existência” do universo. A sensibilidade medieval e o foco verbal da exegese talmúdica e cabalística deixaram sua marca em Spinoza. Convencido, como Descartes,¹⁸ de que as controvérsias e confusões humanas são, essencialmente, uma questão de comunicação falha, de definições não-feitas ou que foram aceitas sem suficiente rigor, Spinoza almejou uma gramática da verdade. Se definirmos rigorosamente nossos termos, se relacionarmos esses termos em proposições coerentes, seremos capazes de colocar questões a que Deus — ou seu agregado em eco que é o Mundo — dará resposta válida. Pode-se relacionar o matiz de espírito subjacente ao *Tractatus* de Spinoza ao de Wittgenstein por meio da glosa ao significado de *Fall* (caso); onde Wittgenstein diz “*Die Welt ist alles, was der Fall ist*” (o mundo é tudo que é o caso), Spinoza parece estar dizendo que o mundo é aquilo de que podemos tomar conhecimento apenas se a sintaxe, o “caso” gramatical, de nosso discurso com ele está corretamente flexionado. (Não haverá, pergunto-me, uma sobreposição ainda mais profunda em atuação aqui, uma consciência de que *der Fall* é também “a Queda”

(18) “*Si de verborum significatione inter philosophos semper conveniret fererent illorum controversiae tolerentur.*” (Regulae XII, 5.)

“Quase toda controvérsia cessaria se houvesse acordo entre os filósofos quanto ao significado dos termos.”

[*the Fall*], de que “o caso do homem” é sua condição decaída — uma condição cujas conseqüências fatais foram Babel e as exasperadoras dificuldades que encontramos na busca de comunicação uns com os outros e com a realidade?)

Dois outros elementos da analítica de Spinoza revelaram-se proféticos. São eles a busca de um modelo matemático, a convicção de que quanto mais ele funcione como um conjunto de axiomas e demonstrações matemáticas, mais perto estará a linguagem de realizar seu potencial para a verdade, e o conceito correlato de uma autêntica *lingua communis*, de um esperanto filosófico em que todos os homens estariam — como em álgebra — alcançando conclusões indubitáveis pelo uso de um código ajustado, singularmente significativo.¹⁹ Ambas as idéias foram frutíferas. Através do trabalho de cálculo de Leibniz e da conjeturas de Leibniz sobre um idioma universal talvez baseado nos ideogramas chineses, elas tiveram continuidade na lógica simbólica e nas gramáticas gerativas do século XX. Ambas são tentativas de retorno à semântica edênica, a essa completa concordância entre palavra e objeto que marcava a linguagem antes da Queda e antes da maldição de mútua incompreensibilidade de Babel.

A filosofia pós-nietzschiana se proclama em ampla medida lingüística. Por uma deliberada tática de trincheira, tem se fortalecido no que as filosofias tradicionais classificaram como uma disciplina vital mas apenas instrumental, a lógica. A famosa descrição que Wittgenstein fez da atividade filosófica como “terapia da fala” e sua declaração de que “toda filosofia é crítica da linguagem” cobrem boa parte do campo moderno. Os *Principia mathematica*, as *Investigations*, do próprio Wittgenstein, *Sense and sensibilia*, de Austin, a obra do professor Quine representam um *recul pour mieux sauter*. Depois da epopéia de palavras da filosofia do século XIX, depois da literal vastidão da argumentação em Hegel, Schopenhauer e *Zarathustra*, de Nietzsche, boa parte do melhor da filosofia contemporânea corporifica um reflexo de ascetismo, um exigente rigor freqüentemente de aspecto matemático. Assim, a lógica simbólica e a enumeração de proposições no *Tractatus* exemplificam uma busca comparável pela clareza e coerência demonstrável do argumento algébrico. Aqui mais uma vez a *Ética* de Spinoza pode ser considerada um precedente distante.

(19) Ver, por exemplo, *Ars signorum* (1661), de George Dalgarno, e *Essay towards a real character and a philosophical language* (1668), do bispo Wilkins, para uma proposta de linguagem signica universal.

Declarações sobre nós mesmos e sobre o que é “outro” ou “fora” do eu são, em primeiro lugar, *declarações*. Como são produzidas, as regras que governam seu uso e tradução, suas imperfeições — tudo isto é considerado o *métier* da filosofia. Mas esse *métier* é em si uma questão de declaração. Daí as relações inerentemente autoconscientes e instáveis do filósofo e do processo filosófico com o objeto da atividade de um ou de outro. A filosofia é metalinguagem, uma espécie de discurso sobre as possibilidades e a natureza do discurso comum ou, em alguns casos, especializado. Como o cortador de diamantes, o filósofo lingüista é um artesão cujos instrumentos são feitos da mesma substância que aquela sobre a qual ele trabalha. Seu trabalho heurístico consiste em tornar essa solução explícita, em nos tornar cientes de nossa pele e assim, pelo menos graças a exercício mental momentâneo, capazes de sair dela, mas insistindo, simultaneamente, em que na realidade não o podemos fazer. O melhor da filosofia moderna tem algo da incandescência penetrante mas incorpórea de um feixe de luz apanhado, “implodido”, entre espelhos.

Esta, naturalmente, não é toda a história. A acusação comum feita contra a filosofia lingüística é, precisamente, sua reductividade, sua recusa em reconhecer como filosoficamente pertinentes áreas como política, estética, moral ou metafísica no velho sentido. O *laser* pode ter eficácia, mas seu foco é absurdamente estreito e suas percepções, em última análise, não são mais que formais. Ao exigir critérios de coerência e prova que imitam a matemática e, portanto, absolutamente inaplicáveis à maioria dos padrões de conduta e aspiração humanas, a filosofia moderna abdicou de uma consideração da vida e se tornou um jogo esotérico. O xadrez não ajuda a humanidade em sua atormentada busca de valores transcendentais.

Está é obviamente uma acusação séria. Sublinha o afastamento entre a filosofia “pura” e a filosofia geral ou “inocentemente verbalizada”. Há um sentido em que tanto Quine quanto Sartre são filósofos; mas esse sentido é muito difuso para ser muito valorizado ou para levar à colaboração normal. Para um filósofo-lingüista, a maior parte do que um Sartre ou um Ernst Bloch produz é simplesmente contra-senso. Provavelmente é alto o custo intelectual e social desse divórcio. Todavia, a “revolução da linguagem” em filosofia tem sido impetuosamente educativa e não será invalidada. A ingenuidade algo fátua em relação à natureza e às limitações do idioma verbal que levou ao estilo de um Bergson ou de um Jaspers não precisa retornar. Não veremos de novo leviatãs de matéria impressa

que se declaram sistemáticos demonstradores da verdade por mero decreto retórico. Além do mais, mesmo onde exclui discussão moral tradicional, mesmo onde questiona a função de verdade de proposições éticas, uma terapia da linguagem como a de Wittgenstein é um ato distintamente moral: ao exigir aguda autoconsciência, ao nos forçar a pôr as cartas de crenças na mesa, ao fazer de cada percepção um escrúpulo e um risco. O relato epistemológico de Valéry, *M. Teste*, transmite belamente o ascetismo pertinente, a árdua elegância que equipara um *non sequitur*, uma *petitio principii* ou um fracasso em definir os termos a maus modos.

E, embora evite a grandiosidade operística da teologia, a filosofia lingüística fez dessa exclusão um ato de dedução profundamente sugestivo. O que fica fora da linguagem não devia ser comentado, não pode ser comentado sem grande falsificação, mas não é de modo algum negado. Wittgenstein escreveu em 1917: “*Nada* está perdido se não se procura dizer o indizível. Ao contrário, o que não pode ser dito está — indizivelmente — *contido* no que é dito!”²⁰ Essa asserção faz do *Tractatus* herdeiro da anti-retórica de Kierkegaard e do ódio de Tolstói ao “estilo”.

Salientando e investigando a anatomia lingüística da consciência humana, os filósofos da linguagem tornaram nosso senso de identidade e nosso alcance mais modesto, mais vulnerável, mas também mais sutil. Como *Monsieur Jourdain*, todos agora sabemos que falamos prosa, e essa condição vulgar determina muito de nosso senso do mundo. Mas, quando essa consciência penetra em formas mais tradicionais e substantivas de argumentação filosófica, como, por exemplo, nos textos de Merleau-Ponty, o resultado é um inequívoco refinamento e força. Uma reocupação de terreno abandonado pode estar à frente, um novo avanço da metalinguagem para a linguagem. Se ocorrer, ocorrerá com um conhecimento estoico, altamente formado, do convencionalismo, do solipsismo de toda declaração filosófica (de qualquer declaração significativa *tout court*). O equilíbrio se deslocará para a frente de olhos abertos.

Qualquer modelo das regras da mente leva de volta a uma psicologia explícita ou não-declarada. Sob toda lógica e toda epistemologia, por mais prescritivas e neutras que possam ser, encontramos uma teoria da consciência. É nas intersecções entre filosofia e psicologia que a nova lingüística (ou os ramos chamados “psicolingüística” e “etnolingüística”) se mostra de grande importância.

(20) Carta a Paul Engelmann, 9 de abril de 1917.

Fundamental para a atual abordagem é um postulado ligado ao trabalho de Benjamin Lee Whorf sobre “linguagem, pensamento e realidade” e, em particular, sobre a família lingüística hopi do sudoeste americano. Trata-se de um postulado ao mesmo tempo evidente por si mesmo e formidavelmente sugestivo:

As formas dos pensamentos de uma pessoa são controladas por leis de padrão inexoráveis de que ela não tem consciência. Esses padrões são as sistematizações intrincadas não-percebidas de sua própria língua — mostradas prontamente por uma simples comparação e oposição com outras línguas, especialmente as de uma família lingüística diferente. Seu próprio pensamento se dá em uma língua — em inglês, em sânscrito, em chinês. E cada língua é um amplo sistema de padrões, diferente de outros, em que estão culturalmente ordenadas as formas e categorias pelas quais a personalidade não apenas se comunica, mas também analisa a natureza, observa ou despreza tipos de relações e fenômenos, encaminha seu raciocínio e constrói a casa de sua consciência.

O argumento é que toda imagem de mundo de cada ser humano e a soma específica dessas imagens em sua sociedade são uma função lingüística.²¹ Se culturas diferentes têm modos diferentes de mapear o espaço e tempo, de qualificar movimento e estados do ser, se um índio hopi pode (como insistiu controversamente Whorf) obter uma melhor apreensão intuitiva de certas imagens de pensamento da física einsteiniana do que a maioria dos falantes de inglês, a razão é que sua língua preparou os sulcos necessários e apropriados de sensação.

Línguas diferentes geram e programam formas de vida diferentes. Uma dada língua seleciona *données* particulares. Onde Bergson e Chomsky supõem *données immédiates de la conscience*, Whorf está indicando os elementos mediatos, em gradual evolução, de cultura, história, adaptação social. Cada língua extrai certas convenções de reconhecimento, certas regras de relação e antítese a partir de um potencial múltiplo, inicialmente casual ou caótico. De modo contrário, quando as definições sucumbem, quando a sintaxe se dissolve, o antigo caos retorna, seja na patologia de um indivíduo, seja no colapso de uma sociedade.²²

(21) Essa idéia foi, de fato, apresentada pela primeira vez pelo esquecido gramático, teósofo e dramaturgo francês Antoine Fabre d'Olivet em sua obra *Langue hébraïque restituée* (1815-16).

(22) A tese da “relatividade lingüística”, tal como exposta por Sapir e Whorf, não é de modo algum aceita amplamente. Uma pesada crítica é apresentada em *The*

Nossa língua é nossa janela para a vida. Ela determina para seu falante as dimensões, a perspectiva e o horizonte de uma parte da paisagem total do mundo. De *uma parte*. Nenhuma língua, por mais amplo que seja seu vocabulário, por mais refinada e ousada que seja sua gramática, pode organizar todo o potencial de experiência. Nenhuma, por mais rudimentar que seja, deixa de fornecer *alguma* grade utilizável. Quanto mais aprendemos sobre línguas, mais ficamos conscientes da particularidade, das idiossincrasias vitais, de qualquer visão lingüística. Assim, muito da percepção, característica do Ocidente, do tempo como fluxo vetorizado, da causalidade seqüencial, da condição irreduzível do indivíduo, é inseparável da estrutura óssea, dos padrões lúcidos, mas provavelmente por demais abstratos, da sintaxe indo-européia. Podemos localizar nesses padrões os substratos do passado-presente-futuro, do sujeito-verbo-objeto, da disjunção pronominal entre ego e coletividade, que conformam tantos elementos na metafísica, religião e política ocidentais. Por meio de sua abundância de designação singular — suas discriminações, delicadamente graduadas, de cor, aroma e forma local —, por meio das sutis coordenações gramaticais pelas quais localizam estados de ação em diferentes pontos do espaço, numerosas línguas ditas “primitivas” exploram possibilidades de percepção e resposta que deixamos adormecidas.²³

Aprender uma língua além do nosso idioma materno, penetrar em sua sintaxe, é abrir uma segunda janela para a paisagem da existência. É escapar, mesmo que apenas parcialmente, do confinamento do aparentemente óbvio, da pobreza intolerante, tão corrosiva justamente porque não se tem consciência dela, de um foco único e uma lente monocromática.

As conseqüências para a psicologia são brutais. É discutível que alguma psicologia normativa, generalizada, do tipo encontrado, por exemplo, no racionalismo lockiano, seja aprofundada o bastante. Uma psicologia é topográfica. É um inventário e uma descrição locais, mais ou menos completos, mais ou menos consumados em suas técnicas de escavação e projeção. Mapeia operações mentais, hábitos de sentimento, convenções de autoconsciência e alteridade, tal como prevalecem em uma cultura ou, em termos amplos, em

labyrinth of language (1968), de Max Black. Para uma visão equilibrada, ver “Ideologie della relatività linguistica”, de F. Rossi-Landi.

(23) Clyde Kluckhohn e Dorothea Leighton informam que na língua navajo alguns milhares de nomes de plantas foram registrados na fala comum (*The Navaho*, 1946).

uma família de culturas. Quando uma consciência se comunica consigo e com o exterior em um contexto lingüístico completamente diferente, uma psicologia diferente é necessária. Há poucos universais — menos, acredito, do que supõem os modelos do humanismo clássico e cartesiano-chomskiano do homem comum. Mesmo os mais “óbvios” e profundamente talhados conceitos e regras de manipulação da psique humana parecem adquirir, imediatamente acima do nível neurológico, especificações locais e singularidades histórico-culturais. Pode ser que haja apenas um universal — o tabu do incesto, necessário, se realmente o é, para a preservação e o desenvolvimento da espécie humana. Conceitos de identidade, de tempo, da continuidade ou descontinuidade da vida e da morte não fazem parte do *sens commun* de Descartes ou do *a priori* kantiano, mas de convenções altamente diferenciadas, culturalmente variadas, lingüisticamente geradas e transmitidas. Uma “psicologia universal” teria de ser um ramo da biologia molecular. Qualquer outra psicologia é história da linguagem e uso social.

A psicanálise propicia um exemplo importante. Sem dúvida, Freud esperava fundamentação material, corroboração neurofisiológica para suas teorias da estrutura mental. Em última análise — e pode-se tomar a expressão como um autêntico trocadilho — postulados da psicanálise como a divisão tripartite em id, ego e superego ou a mecânica de armazenamento, repressão e descarga psíquicos deviam estar refletidos na arquitetura do cérebro e na neuroquímica do impulso nervoso. Apenas tais dados empíricos podiam sustentar a inferência da universalidade psicanalítica (um aspecto claramente visto por Malinowski quando atacou a psicanálise a partir de uma orientação antropológica em seu *Sex and repression in savage society*). Sem corroboração fisiológica, a explicação freudiana da personalidade, por percussiva e sugestiva que seja, poderia não passar de um brilhante exemplo de observação local, historicamente circunscrita. Em sua desajeitada *bonhomie*, uma observação que Freud faz em *O ego e o id* (e este é um de numerosos apartes similares) mostra a intensidade de sua busca de apoio anatômico: “Podíamos acrescentar, talvez, que o ego usa um lóbulo auditivo — de um lado apenas, como verificamos a partir da anatomia cerebral”.

Aos poucos, Freud optou por uma metodologia paracientífica; afastou-se cada vez mais dos critérios empírico-evidenciais da psicologia clínica. Ele tinha de se afastar. Mas, ao se afastar, Freud entrou (penso que conscientemente) em uma aposta pascaliana. Quanto mais perspicazes suas percepções terapêuticas, mais premente a

necessidade de evidência normativa, experimentalmente verificável. Sem essa evidência, o método psicanalítico se tornaria cada vez mais um ato de “magia pessoal”, uma repetição por homens menores, em um suspeito limbo de xamanismo, dos virtuosísticos “ardis” de percepção de Freud.

É correto dizer, penso eu, que a evidência neurofisiológica não se apresentou, ou não do modo inequívoco esperado pelo primeiro Freud e tenazmente pretendido pelo último Freud. Hoje a psicanálise parece cada vez mais uma inspirada elaboração da imaginação histórica e poética, como uma dessas ficções dinâmicas pelas quais os mestres construtores do século XIX — Hegel, Balzac, Auguste Comte — sumariaram e deram força comunicativa a suas leituras altamente pessoais e notáveis do homem e da sociedade. Talvez hoje se veja Freud menos como um contemporâneo de Poincaré ou Rutherford do que como o grande herdeiro dos filósofos sistemáticos, dramaturgos e romancistas do século XIX. Como a de Schopenhauer, com quem tem essas afinidades radicais, a obra de Freud impressiona como sumário soberbamente perceptivo e eloqüente — já marcado por uma estóica premonição da incipiente ruína — do humanismo burguês europeu, *floruit* 1789-1914. O mapeamento de Freud — ele próprio não disse “mitologia”? — dos motivos e comportamento humanos é profundamente circunstancial. Espelha, codifica racionalmente as suposições econômicas e sociais, os costumes eróticos, os ritos domésticos da classe média urbana da Europa central no período entre 1880 e o colapso, na Primeira Guerra Mundial, dos valores estabelecidos. Em todos os aspectos, a crônica que Freud faz da consciência interage com o quadro circundante sociológico, econômico e cultural. Seu modelo de libido e repressão, de autoridade masculina, de antagonismo de gerações, de sexualidade lícita e clandestina é inseparável dos fatos da existência familiar e profissional na Viena de sua época. Há mais do que um toque de oculta metáfora arquitetônica em toda a teoria do ego/id/superego — a despensa, os aposentos, o sótão da casa burguesa. De fato, a matéria-prima e o instrumento terapêutico de Freud não são menos verbais, menos enraizados na linguagem que a arte de Balzac ou Proust.

Este é um aspecto tão óbvio que foi por muito tempo menos-prezado. A psicanálise é uma *questão de palavras* — palavras ouvidas, glosadas, confundidas, trocadas. Não pode haver análise se o paciente é mudo ou o médico surdo. Não pode haver análise, ou só pode haver seus rudimentos insignificantes, se o paciente não atingiu um nível crítico de articulação, se seus próprios usos da lingua-

gem são muito pobres ou corriqueiros. Se a psicanálise, desde o início, tem ganho terreno quase exclusivamente em uma clientela de meio social muito restrito, as razões não são (ou não são primariamente) de ordem financeira ou por moda. Apenas as classes sociais instruídas e com disponibilidade de tempo exibem o grau de verbalização, de múltipla referência semântica, de elisão decorosa indispensável para o processo analítico. Mas a questão vai muito além da instrução individual. A própria língua deve ter alcançado uma densidade suficiente, uma riqueza suficiente de implicação e efeito. Para a psicanálise funcionar, o vernáculo em que o paciente associa livremente deve ter uma certa amplitude, ressonância histórica, variedade idiomática, subterrâneo gíriático e corpo de alusão. Apenas então pode o analista ouvir dentro da matriz verbal as ambigüidades, ocultamentos, jogos de palavras, confusões traidoras em que ele baseia sua interpretação terapêutica. (O analista é um “tradutor para a luz do dia”.) Em suma, o sistema lingüístico particular deve ser altamente desenvolvido, em termos de recursos e sintaxe, antes que a decodificação do psicanalista possa ter serventia.

Daí a “localidade” e o caráter profundamente literário dos esclarecimentos de Freud. Estes estão fortemente ligados ao idioma expressivo e supressivo da classe média, em grande parte judaica, da Europa central de fins do século XIX, na qual o próprio Freud cresceu. As descrições que Freud faz das ações da consciência e do inconsciente não podem ser dissociadas das estruturas gramaticais e convenções referenciais (referenciais especialmente no tocante a gíria e a literatura) do alemão e do alemão austríaco da época de Hofmannsthal, Arthur Schnitzler e Thomas Mann.

Pode ser que a teoria psicanalítica do inconsciente e da dinâmica da neurose tenha aplicações gerais. Mas hoje parece que sua principal autoridade está no campo da história da linguagem e da sociologia da fala. Nenhum terapeuta, desde Freud, encontrou “casos freudianos” verdadeiros — isto é, pacientes cuja sintaxe de autoconsciência e associação fosse igual à dos homens e mulheres — mais mulheres que homens — que Freud ouviu e nos quais despertou ecos na Viena da década de 1890. Além do mais, a ampla disseminação do conhecimento e da literatura psicanalítica teve sua retroalimentação negativa: muito da práxis freudiana clássica não funciona mais, precisamente porque o paciente não pode mais exibir a necessária inocência lingüística e espontaneidade associativa. Muitas pessoas agora conhecem antecipadamente o roteiro.

Um reconhecimento desse fato e dos dilemas metodológicos

que surgem daí inspira a reavaliação da psicanálise que atualmente ocorre na França. Os pronunciamentos do doutor Jacques Lacan e dos *Cahiers pour l'Analyse* são, com frequência, indeciframente empolados e pomposos. Todavia, seu argumento primário é claro e de irrecusável importância. *Fonction et champ de la parole et du langage* e *Propos sur la causalité psychique* são quase certamente as principais manifestações da psicanálise depois de Freud.²⁴ Lacan almeja restabelecer a teoria freudiana do processo psíquico e os conseqüentes métodos de terapia com base na lingüística. “Os meios da psicanálise são os da fala [...] seu domínio é o do discurso concreto.” O inconsciente pode ser compreendido como “um vazio ou uma manifestação falsa” no fluxo de mensagens pelas quais o ego articula sua identidade. Lembranças suprimidas ou evitadas sobrevivem como “mentiras bem faladas”. De fato, a memória é essencialmente um uso seletivo de um tempo verbal passado. Os sintomas de neurose podem ser localizados (*ouvidos*) e analisados apenas porque já ocorrem “em uma forma lingüística”. Lacan é ultranominalista: “é o mundo de palavras que cria o mundo de coisas”. A psicanálise é um modo privilegiado de percepção dessa função criativa porque conhece a estrutura semântica da realidade, porque sabe que o homem está circundado “por uma rede total de relações simbólicas”, que na maioria estão manifestas na linguagem.

As limitações substantivas do homem são a loucura e a morte, condições em que a linguagem se recusa a significar. A psicanálise não pode lidar com nenhuma das duas. (As especulações de Freud sobre o “instinto de morte” são uma tentativa de mito reintegrador. A “ausência de fala” fica fora da psicanálise exatamente como fica fora das proposições factuais de Wittgenstein.) Esta é a verdadeira razão pela qual a terapia freudiana se restringe à neurose. A neurose opera no nível da comunicação articulada, semanticamente convencional ou apenas moderadamente desordenada. A psicose transcende a gramática.

É muito cedo para dizer se essa tentativa de síntese de Freud e da lingüística estrutural irá funcionar, se proverá a psicanálise com o apoio empírico que lhe foi negado pela neurofisiologia. Pode ser que, como o próprio Freud, Lacan esteja manobrando a partir de uma base muito estreita, muito ingenuamente verbal. O estudo e os usos terapêuticos dos meios de comunicação significante disponíveis para a pessoa humana terão de levar em conta numerosos códigos

(24) A maior parte dos textos de Lacan foi coligida em *Ecrits* (1966).

extralingüísticos. Conhecidos como “paralinguagens”, sistemas de sinais como gestos, fisionomia, dança, vestuário, som não-verbalizado de todos os tipos têm sido muito investigados desde *The expression of the emotions in man and animals* (1872), de Darwin. Como enfatizei antes, esses sistemas não constituem “linguagem” e seu uso pelo homem moderno está, em todos os aspectos, lingüisticamente penetrado ou “degradado”. Como o trabalho de Paget, de Kroeber, de R. L. Birdwhistell sobre linguagens de sinais e “cines-tésicas” deixa claro, essas “paralinguagens” formam uma espécie de zona animada em torno do ato lingüístico completo.²⁵ Mas seria de surpreender que um enfoque exclusivamente verbal se mostrasse adequado para as energias comunicativas da psique, em particular da psique em algum estado parcial de lesão.

Todavia, qualquer que seja a validade da “psicosssemântica” de Lacan, um fato é óbvio. Todo o futuro da psicologia está ligado ao do estudo lingüístico, ao aprofundamento de nossa compreensão da singular condição lingüística do homem. A psicologia não pode mais estar separada de nossa compreensão de como uma língua particular, uma específica imagem de mundo lingüística, condiciona radicalmente a vida da mente.

Já é visível que qualquer estudo frutífero da gênese da personalidade na criança é, em pontos decisivos, um estudo do desenvolvimento da fala e dos vínculos entre fala e conceptualização. Os macacos são menos parecidos com crianças do que suporiam psicólogos behavioristas ou pais enfurecidos. Também estamos começando a suspeitar que certos padrões de *anomia*, de conduta anti-social e anárquica, estão relacionados com inadequação verbal, com a incapacidade dos gramaticalmente desprivilegiados para se “ligarem” em uma sociedade cujos códigos de comunicação e idioma de valores são muito sofisticados. Doravante, é improvável que a psicologia clínica e social, a antropologia cultural e o estudo da linguagem possam ir muito longe sem constante colaboração e inter-referência. Um livro como *Thought and language* (1962), de L. S. Vygotsky, escrito no contexto da psicologia experimental, indica o caminho.

(25) Cf. A. J. Greimas, ed., *Pratiques et langages gestuels*, in *Langages*, 10, 1968.

VI

A crítica literária e a história literária são artes menores. Sofremos no momento de uma inflação espúria da crítica, que assumiu uma espécie de papel autônomo. O interesse desperdiçado com a personalidade e as disputas dos críticos, a massa de crítica produzida sobre obras de literatura que apenas pequena parcela do público culto se preocupará em ler (T. S. Eliot sobre Dante é um exemplo representativo) — estes são fenômenos do jornalismo e podem ser índices de uma debilitação geral. Os críticos e historiadores de literatura escrevem sobre escrever; oferecem livros sobre livros. É insensato não ver essa deriva ontológica, quanto mais exaltar o ato de comentário sobre o de invenção. Hoje há até mesmo um *métier* acadêmico na crítica da crítica. Não se erguem muitas estátuas dedicadas a escritores, mas, ao contrário do sombrio prognóstico de Sainte-Beuve, talvez não demorem a ser erguidas para críticos.

Uma visão simples da natureza dependente e secundária do comentário literário e histórico é mais do que uma sinceridade necessária. Pode, de fato, abrir caminho a um futuro legítimo para a crítica e salvá-la de parte de sua atual trivialidade e megalomania.

Sendo palavras em torno de palavras já existentes, um discurso sobre modos de discurso já estabelecidos, as proposições da crítica formam uma metalinguagem. Que muitos críticos literários tenham imitado em seu trabalho as técnicas expressivas do texto de que tratavam, que importante crítica literária, às vezes, passe para a categoria de “forma ativa” não altera o fato: crítica, análise, *explication de texte*, comemoração (uma recordação com o leitor) são elaborações lingüísticas apoiadas nos andaimes de uma elaboração lingüística prévia. Por mais eloqüente ou poeticamente sugestiva que seja sua expressão, o trabalho do crítico está efetivamente mais próximo ao do lógico, do gramático e do lingüista que ao do romancista, do dramaturgo ou do poeta. Mas precisamente aí pode estar o caminho à frente.

Toda obra de literatura, dos mais simples encantamentos conhecidos pela etnografia até a ficção “casualizada” de William Burroughs, é um ato lingüístico especializado (o que a última escola de crítica na França denomina *écriture*).²⁶ Trata-se de linguagem em uma intensificada condição de ordem, elisão, referência, ornamento

(26) Jacques Derrida, *De la grammatologie* (1967), e Philippe Sollers, *Logiques* (1968), fornecem um quadro dessa abordagem preciosa e hermética, mas também estimulante.

ou expressividade fonética. A “literatura”, exatamente como qualquer ato de comunicação, é uma seleção a partir da totalidade ou potencial disponíveis de recursos semânticos em uma dada língua (ou, em raros casos, mais de uma língua). Sendo a diferença — e isto só pode ser colocado de modo precário — que a literatura seleciona segundo objetivos e critérios distintos da utilidade imediata e do coloquialismo não-reflexivo. A literatura existe apenas porque pode ser percebida — mais uma vez, de modo muito precário — uma membrana que a divide do fluxo comum do discurso. Um determinado material léxico e sintático é “filtrado” segundo princípios que não os da comunicação básica. A membrana pode ser extremamente fina e permeável: o *verismo* extremo almeja um idioma quase completamente aberto à invasão da língua comum “não-selecionada”. Mas tem de haver uma separação, uma voluntária penneiração segundo critérios observáveis, para que o romance, o poema ou a peça alcancem existência efetiva.

Uma vez que ocorra tal separação — não é necessário ser mais que um dramaturgo moderno emendando a fita que escondeu em uma sala de espera de ferrovia —, resulta uma estrutura lingüística, uma *écriture*, de imensa complexidade. O número de variáveis formais, a amplitude e complicação de possíveis convenções, os modificadores individuais, locais e temporais em um texto literário são fantásticos em termos de número e especificidade. Por comparação, mesmo os mais exigentes problemas de lógica formal são unidimensionais. Uma vez em condição de literatura, a linguagem se comporta exponencialmente. É em todos os aspectos mais do que ela própria. Nenhum mero inventário pode exaurir as interações possíveis entre unidades semânticas mesmo em um “simples” poema lírico. Toda linguagem, como vimos, mantém-se em uma relação ativa e em última instância criativa com a realidade. Em literatura, essa relação é ativada e complicada ao mais alto grau possível. Um grande poema descobre formas de vida até então não vividas e, de modo absolutamente literal, libera forças de percepção até então inertes. Assim como Cézanne descobriu o peso implícito — mas, antes dele, “não visto” — e o azul-escuro do arredondado das maçãs ou a paciente queixa de uma perna de cadeira.

A complexidade e delicadeza do material da literatura são tais que nem a lógica formal nem a lingüística contribuíram com mais que o óbvio para nossa compreensão de uma obra literária. Fizeram-se esforços para analisar a estrutura de poemas e de parágrafos de prosa narrativa com a ajuda da lógica simbólica, para dismantelar

a máquina e localizar suas fontes de impacto.²⁷ Quase invariavelmente, o resultado é um preciso diagrama e uma fátua conclusão. Anatomias fonológicas e gramatológicas de passagens literárias não são muito melhores. Seu aparato, particularmente estatístico, é com frequência impressionante, mas as percepções obtidas são em geral insípidas e ao alcance da leitura crítica mais óbvia. Nem o lingüista nem o foneticista têm a consciência histórica, a familiaridade com o contexto formal e biográfico, a formação de sensibilidade tátil que marcam o crítico competente. Carecem do que Coleridge chamou de “instrumentos especulativos” necessários. Como suas técnicas estão comprometidas com a exaustão, todos os elementos devem ser explicados e em um grau específico de rigor. Devem, por assim dizer, ser explicados em várias casas decimais. De fato, porém, a lógica formal e a lingüística técnica não alcançam as exatidões provisórias da boa crítica. Esta é precisa, mas de modo muito diferente. Sua precisão pode residir, por exemplo, no que ela deixa sem mapear, no círculo de retraimento que estabelece em torno da particular autonomia e “inexplicabilidade” do ato criativo. A análise de Coleridge da natureza e dos efeitos do metro nos capítulos XVIII e XXII da *Biographia litteraria* é indiretamente imediata, desenvolve-se tangencialmente ao centro. Procede assim por mimese, por uma encenação e representação paralelas do significado. O âmbito de referência cinética e nervosa de onde bebe é finamente proporcional à forma e à dificuldade da questão, ao fato (com frequência desqualificado pelo lógico) de que a mais polissêmica das elaborações humanas — um poema — é o objeto de exame.

Sejamos claros. A lógica formal e a lingüística moderna não podem fazer o trabalho do crítico. Mas o crítico, por sua vez, dificilmente pode se permitir ignorar o que elas, de modo especial a lingüística, têm a oferecer. Eu iria além. O atual estado da crítica é tão fácil e filosoficamente ingênuo, parcela tão considerável da crítica literária, em particular na Inglaterra e na América, é resenha envaidecida ou pregação mal disfarçada, que uma colaboração responsável com a lingüística pode revelar-se como a melhor esperança.

Tal colaboração não seria de modo algum nova. Quintiliano e a Renascença fizeram pouca distinção operacional entre o estudo da gramática e o da gramática animada pela poética ou pela retórica. Estabelecida via filologia, uma aliança entre lingüística e crítica literária está explícita na obra de Erich Auerbach, Ernst Robert Cur-

(27) Vários desses exercícios podem ser encontrados em *Style in language*, ed. T. A. Sebeok (1960).

tius e Leo Spitzer. Roman Jakobson a explicou desde 1919 e as discussões do Círculo Lingüístico de Moscou sobre *epitheta ornantia*. Ela subjaz a boa parte da prática crítica de I. A. Richards e William Empson. Foi o objetivo de Walter Benjamin, cujas leituras “hermenêuticas” da tragédia barroca, de Goethe e do verso simbolista francês relacionam a revolução da linguagem do século XX com os hábitos muito mais antigos da exegese talmúdica. Não precisamos aceitar a prescrição de Jakobson²⁸ de que à lingüística seja permitido “dirigir a investigação da arte verbal em toda sua amplitude e extensão” (*dirigir* é o termo exagerado). Mas devemos reconhecer a plena força de sua observação de que

os recursos poéticos contidos na estrutura morfológica e sintática da língua, em suma a poesia da gramática, e seu produto literário, a gramática da poesia, raramente foram de conhecimento dos críticos.

Quais são algumas das novas orientações para uma crítica literária com conhecimento lingüístico? Obviamente, uma grande parte deixa a desejar no estudo da estrutura da poesia, em um exame, ao mesmo tempo técnico e filosófico, da “estranheza” vital, das convenções estritamente limitadas, ainda que privilegiadas, de sintaxe, de relação tonal, que separam um poema de todos os outros tipos de sinal. Necessitamos de maiores e mais sutis identificações do que as disponíveis até agora da fonética da poesia, da musicalidade que declara, implica ou dissolve o significado em um poema. Desse modo, em que medida a “verdade” poética é feita para soar verdadeira; de que modo a música é a verificação do discurso poético?²⁹ Necessitamos de uma conjunção de conhecimento histórico, morfológico e literário para nos dizer muito mais do que até agora sabemos sobre as interações de sintaxe e gênero em diferentes períodos da literatura. Assim, as energias fundamentais do dístico heróico parecem ser uma intensificação de formas de fala contemporâneas, uma espécie de supergramática; enquanto encontramos em certas escolas da poesia moderna uma antigramática, uma ordem de discurso alternativa e mais contingente do que ocorre na dicção normal.³⁰ Quais são as relações entre sistemas métricos, entre os elementos de acento, recorrência, rima, em uma dada prosódia, e a es-

(28) Ver seu artigo fundamental “Linguistics and poetics”, in *Style and language*.

(29) Muitas observações argutas encontram-se em Christine Brooke-Rose, *A grammar of metaphor*, 1958.

(30) Cf. Donald Davie, *Articulate energy*, 1955.

trutura da língua como um todo? As palavras polissilábicas russas admitem apenas um acento e, portanto, entram em metros binários apenas se for suprimido um acento métrico. Um fato lingüístico como esse relaciona-se com a natureza da poesia produzida e, por outro lado, com os padrões de sensibilidade que uma poesia gera na sociedade e na cultura correspondentes? Podemos considerar a métrica como uma “lógica substituta”, um código de seqüências semânticas organizadas que podem, mas não precisam, misturar-se com as “regras” causais, temporais e espaciais do discurso comum? O que a lingüística léxica pode nos dizer da densidade, do foco regional ou centralizado, do conservadorismo ou receptividade à inovação ou à contribuição estrangeira de uma língua em diferentes estágios de sua história? Certamente não é mais necessário encarar como autorizado, e muito menos verificável, a famosa frase de Eliot de que “algo aconteceu à mente da Inglaterra” entre a época de Donne e a de Browning. Se essa afirmação tem algum significado, ele deve ser atribuído à história da língua. A verdadeira “evidência” para a teoria de Eliot é sua própria realização como poeta; seu próprio verso é defendido aqui de uma forma caracteristicamente disfarçada. De fato, a crítica literária de Eliot pode ser a última a ser tão influente ainda que tão circunstancial em seu interesse lingüístico e filosófico.

Além das linhas de investigação da vida em comum da gramática, fonética, lógica, história lingüística e poesia, encontram-se áreas de extrema dificuldade.

Os gêneros literários — a epopéia em verso, a ode, a tragédia em verso, o romance em prosa — têm algum tipo de ciclo vital interno, correspondem a necessidades ou ocasiões da própria língua e perdem sua convicção quando essas ocasiões passam ou essas necessidades são satisfeitas? O que é o ato de tradução? Quais funções lingüísticas, filosóficas e poéticas estão envolvidas quando um verso de poesia atravessa a fronteira de uma língua para outra e como é a própria possibilidade de tradução subscrita por modelos recentes de gramática transformacional?³¹ Se certas civilizações produzem literatura “maior” e mais consistentemente vital que outras, parte da razão é lingüística? Em outras palavras, algumas línguas, de um modo que nem sequer podemos formular com precisão, são mais adequadas que outras à expressão literária? Sua sintaxe e seu vocabulário contêm um potencial maior para mutação expressiva, para “separação lingüística”? E de que modo a literatura gera mais lite-

(31) O autor no momento está preparando um longo estudo sobre o assunto.

ratura? Para essa pergunta o inverso seria: a existência de um Dante, de um Shakespeare, de um Goethe em uma determinada língua inibe a recorrência de realização comparável? Há entropias na língua e nos recursos expressivos tal como há na matéria?

Em 1941, John Crowe Ransom anunciou: *Procurado: um crítico ontológico*, um leitor preparado para descobrir na poesia “o segredo de sua existência estranha, mas obstinada, como um tipo de discurso diferente de qualquer outro”. Uma ontologia completa da forma poética e do efeito poético está muito provavelmente além de nossos meios. Mais do que qualquer outro ato lingüístico, o poema vai às raízes da própria língua, à singular dialética comunicativa e receptiva da identidade humana. Mas podem ser feitos avanços e seu interesse, na expressão de Ransom, será “mais profundo e mais natural” que o da maioria do que agora funciona como crítica literária e história literária. Nenhuma ainda registrou o truísmo decisivo de que a literatura — toda literatura — é uma forma e função da linguagem. São os poetas que sempre souberam disso.

VII

Como observamos, a “revolução da linguagem” surgiu de uma insistente percepção da crise lingüística. Hoje podemos ver como Mauthner e Karl Kraus foram argutos em sua alarmada previsão. Mesmo quando estamos começando a saber mais sobre a linguagem, a fazer melhores indagações sobre as reciprocidades da fala e da identidade humana, a linguagem em si está sob pressão.

Procurei, em outra ocasião, localizar algumas das fontes principais. As políticas totalitárias, sejam elas fascistas, stalinistas ou tribais, pretenderam dominar a linguagem. Têm de fazer isso precisamente porque um modelo totalitário de sociedade visa o cerne e a totalidade da pessoa humana. As tiranias modernas redefiniram palavras, com frequência numa inversão grotesca e deliberada do significado normal: vida significa morte, escravização total representa liberdade, guerra é paz. O stalinismo e as histerias tribais atuais trabalham, frequentemente com sucesso, para erradicar o passado verbal da salvaguarda da lembrança comum. A historiografia stalinista e maoísta reinventam o passado. As ocorrências, os nomes e a própria existência dos seres humanos, idéias inaceitáveis são obliterados por decreto. Um artifício de memória unânime — uma disciplinada lembrança de ficções e não-acontecimentos — substitui a

pluralidade natural da lembrança individual. Na gramática da fala totalitária, que Kenneth Burke³² examinou antes mesmo de George Orwell, as conjugações do verbo ocorrem em um presente despersonalizado e em um futuro utópico (um *plus-que-parfait*, se posso inverter o significado habitual desse tempo). Sendo uma impostura constantemente alterada e renovada, o passado é feito presente. Desdizer o passado real, erradicar os nomes, atos, pensamentos dos mortos indesejados, é uma tirania de horror peculiar. Desenvolvida com rigor, afasta a humanidade, ou certas sociedades, das responsabilidades vitais do luto e da justiça. O homem é devolvido a uma paisagem sem eco.

Além do mais, a planejada falsificação e desumanização da linguagem realizada pelos regimes totalitários tem tido efeitos e contrapartidas fora de suas fronteiras. Eles se refletem, embora de modo menos criminoso, no idioma da publicidade, realização de desejo e propaganda de consenso das tecnocracias de consumo. Vivemos sob um constante banho de embuste. Milhões de palavras fluem para nós sem nenhuma intenção de significado claro. A tranquilidade está se tornando prerrogativa de uma elite resguardada ou a jaula dos desolados. Como resultado, os modos expressivos se inflaram excessivamente. Sua precisão discriminatória, seu conteúdo sugestivo e verificável desgastou-se numa naturalidade pública. A percentagem de clichê, de brincadeiras com a língua partilhadas por todos e vividas por ninguém, crescem nitidamente. Um estudo de amostras casuais de chamadas telefônicas urbanas sugere uma drástica diminuição e padronização do vocabulário e da sintaxe acompanhada por um grande crescimento da produção real de fala. No mundo do telefone, falamos mais para dizer menos. Pode ser, correlatamente, que no do rádio, televisão, gravador e filme, ouçamos mais e escutemos menos. Os lexicógrafos estimam que a língua inglesa tem mais de 600 mil palavras. Menos de cem palavras dão conta de 75% de todas as mensagens transmitidas por telefone e telégrafo. Uma redução análoga da gramática, dos refinamentos e inter-relações disponíveis da estrutura da frase, subjaz à retórica da publicidade e do jornalismo de massa. Escrevemos menos cartas pessoais e nossas cartas são menores, no uso da classe média, do que nos séculos XVIII e XIX. Nossa instrução põe ênfase cada vez menor na lembrança verbal. Quantas pessoas instruídas hoje podem recitar

(32) Ver seu ensaio “The rhetoric of Hitler’s ‘Battle’”, in *The philosophy of literary form*, 1941.

de cor mais que uns poucos trechos de poesia ou prosa? Lemos mais volume real de matéria impressa, mas menos do que é necessário e lingüisticamente enriquecedor.³³

Se a política de terror pressiona o indivíduo, seu direito de lembrar e fazer declaração pessoal, o mesmo ocorre com a política de licenciabilidade. Parece provável que a quase abolição dos tabus verbais, particularmente no tocante ao erótico, estreitou e enfraqueceu a autoridade imaginativa da literatura. O que é mais difícil de mostrar, mas mais corrosivo, é o efeito da remoção das inibições verbais sobre a força vital, sobre o centro e o mistério da linguagem. Dizer tudo, e dizer com as mesmas palavras de feira como todo mundo, significa imaginar, recriar pessoalmente menos. Deparamos aqui uma nova situação, obviamente difícil de analisar. Mas os tabus e zonas de fala reservada para ocasiões de especial intimidade e seriedade tinham uma função tanto vitalizadora quanto protetora.³⁴ As palavras que costumavam alojar-se no centro do silêncio convencional, que só eram consumidas em um ato de completa confiança e troca de eu — como os termos sexuais podiam ser falados em voz alta na última privacidade do amor — estão perto das fontes profundas da linguagem. Mantêm-na, em certo grau, mágica. A reticência verbal é a única coisa que relaciona nossa sensibilidade exposta, exibicionista com as antigas energias e fontes da admiração. Houve um tempo em que a palavra era *Logos*, em que um homem não daria prontamente seu nome para ser guardado por outro homem, em que o nome ou os títulos sagrados da divindade não eram ditos. Afastando toda reserva de nossos modos de falar, tornando sonoros e públicos os escuros lugares do sentimento, podemos estar arrancando por suas raízes (raízes, é de se suspeitar, estreitamente relacionadas) as forças indispensáveis tanto da poesia quanto de eros. Exibindo-se tão abertamente, sendo tão devastadoramente partilhadas, nossas vidas, e a linguagem em que as experimentamos, tornam-se mais nuas.

Uma mudança mais geral pode estar implicada nessas desvalorizações. Há dez anos, chamei-a de “repúdio da palavra”. Provavelmente, a comunicação verbal desempenhará um papel menor, menos criativo do que antes na vida da consciência. Hoje, códigos não-verbais como os da matemática já mapeiam e controlam boa

(33) Cf. Robert Escarpit, *La révolution du livre*, 1965.

(34) Para uma apreciação superficial mas bem informada, ver W. Simon e J. Gagnon, “Sex talk — public and private”, in *Etc.*, XXV, 1968.

parte da realidade; em breve, com uma mudança na sociologia e nos critérios de instrução, podem vir a comunicar essa realidade a um número cada vez maior de seres humanos. A introdução aos binômios, à gramática de cálculo e a teoria dos conjuntos podem vir a ser tão comuns como o mais tradicional “primeiro livro de leitura”. Nenhum sinal verbal pode ir além do símile infantil ao tentar nos dizer que uma mesa ou uma cadeira é um sistema de elétrons, em movimento estatisticamente descritível, separados por distâncias e complexidades de força comparável, em sua escala, à da galáxia. A matemática pode dizer isto de modo preciso e pode tornar sua exposição estimulantemente sugestiva para quem conhece sua sintaxe.

Em muitos pontos de nossa cultura imediata, as formas de linguagem parecem cansadas ou importunas, como atores de uma casa de espetáculos condenada. A arte abstrata desdenha a paráfrase verbal. Ela exige que aprendamos a ler seu próprio idioma independente. Uma pintura de um homem com um capacete dourado ou de uma tigela azul com maçãs vermelhas será, através de sua concentração de meios visuais e táteis, “intraduzível” para qualquer outro meio; mas, na medida em que *representa*, como admite pelo título, a tela de Rembrandt ou Chardin é uma proposição intencionalmente “declarada”, sintaticamente organizada. *Preto sobre preto* ou *Composição 91* não são. Um avanço comparável para o absoluto caracteriza o abandono de formas musicais clássicas. Uma sonata clássica ou uma sinfonia romântica, com exposição, desenvolvimento temático, recapitulação e conclusão, tinha uma acentuada analogia estrutural com a gramática da língua. A música de Stockhausen e Cage, especialmente quando solicita uma livre escolha de seqüência, uma aleatorização das unidades executadas, rompe com a arquitetura da linguagem. (É precisamente uma dependência de seqüência ordenada, uma impossibilidade de inversão voluntária ou colocação ao acaso, que, como a gramática gerativa nos lembra, constitui a linguagem.) Hoje, as palavras parecem abranger menos realidade e nos dizer menos do que precisamos saber.

Isto é bem evidente. O que se segue só pode ser conjectura.

Pergunto se a primazia da linguagem tal como a conhecemos na civilização humana, assim como muitos dos aspectos sintáticos dominantes da linguagem não são a corporificação de uma concepção particular da identidade e morte do homem. O conjunto ternário, passado-presente-futuro, a função sujeito-objeto, a metafísica e a psicologia do pronome de primeira pessoa, as convenções de repetibilidade e variação lingüística em que apoiamos nossas técnicas de

recordação e, assim, nossa cultura — tudo isto codifica uma imagem da pessoa humana que agora está sob ataque. Um *happening*, uma peça musical aleatória, um artefato feito apenas para ser destruído são negações estratégicas do futuro verbal, tal como a ridicularização do precedente, a retratação da história ou uma indiferença menosprezadora em relação a ela são uma recusa do passado. Na gramática do drogado e do demolidor, é sempre hoje. A idéia, tão crucial para nossa civilização, de que as coisas ditas e criadas agora podem, graças a sua impertinência ao presente, ter um poder de existência, uma força para ser maior, escandalosamente mais duradouro do que o nosso próprio, é vista como ilusão ou hipocrisia burguesa. Para os novos vigilantes e utopistas do imediato, há algo escandaloso na possibilidade de que a maioria das vidas pessoais seja insignificante e destinada ao esquecimento, e de que o presente se torne futuro apenas através da música, da matemática, da poesia e do pensamento de um número bem pequeno. Até agora, um arrogante e talvez irracional *dur désir de durer* tem sido o impulso vital da história. Ele pode não ser mais um ideal aceitável. As jovens milícias estão certas quando rugem; os agitadores estão mostrando profunda percepção quando abolem qualquer discussão dizendo: “Vão se foder”. Não compartilham mais a língua de seus inimigos. Não querem nada com ela. Eles se livrariam da linguagem como de suas próprias sombras. Têm de fechar os ouvidos para todas as vozes cerimoniosas e irônicas do passado que estão em livros que irão sobreviver a eles e que falam de morte.³⁵

Há também uma outra orientação a partir da qual o “eu” individual, o conceito de pessoa humana como mistério irreduzível, está sob pressão. A política totalitária, a longa erosão do medo, tende a coletivizar homens e mulheres, a reduzir tanto quanto possível seu refúgio de identidade privada. O mesmo se dá com as condições de desejo estandardizado, de nível de ruído, de eficácia programada em uma “sociedade livre”. (As divergências lingüísticas entre a língua da Alemanha Ocidental e a da Alemanha Oriental constitui um exemplo instrutivo de deformação similar sob ênfase diferente.³⁶) Hoje é cada vez mais difícil ser “você mesmo”, esculpir

(35) É sua compreensão da natureza revolucionária de um grito e de uma palavra sem sentido que faz de Jarry e Artaud os verdadeiros profetas das insurreições de hoje.

(36) Cf. a discussão sobre esse importante aspecto em Hans H. Reich, *Sprache und Politik*, in *Münchener Germanistische Beiträge*, I, 1968.

um terreno não típico para o próprio idioma, estilo físico e hábitos de sensibilidade. Sob o impacto dos *mass media*, da publicidade explícita e subliminar, até nossos sonhos se tornaram mais uniformes. Como nosso pão, boa parte de nossa maneira de ser vem pré-emballada. É apenas em segredo que celebramos o insolente prodígio do ego, que inalamos — oh, mistério da sensualidade — o cheiro de nossa própria imundície.

Com o desenvolvimento dos transplantes cirúrgicos, a própria definição de existência pessoal, de um eu mortal, *intraduzível*, torna-se desconcertante. “Qual parte do meu corpo era eu, qual será você?” O *Je est un autre* de Rimbaud, essa senha profética para o arrebatamento e a violência da nova liberdade, está assumindo significado médico. Mas é um significado exterior a todas as coordenadas conhecidas de sintaxe. Sendo um fato o transplante cardíaco e sendo as transferências cirúrgicas do cérebro definitivamente concebíveis, a disjunção *eu/você* pela qual o animal lingüístico entrou na história não é mais evidente por si.

Estamos em um processo de profunda mudança. Acredito que a situação instável e de transição do tempo e da identidade pessoal, do ego e da morte fisiológica, afetará a autoridade e âmbito da linguagem. Se esses “universais históricos” se alterarem, se esses fundamentos sintáticos da percepção se modificarem, as estruturas de comunicação também se modificarão. Visto nesse nível de transformação, o discutidíssimo papel da mídia eletrônica é apenas um sintoma e precursor.

Seria tolice especular mais. Mas sejamos claros quanto ao que está envolvido. Muito do melhor que conhecemos do homem, muito do que relaciona o humano com o humanístico — e nosso futuro gira em torno dessa equação — esteve imediatamente relacionado com o milagre da fala. A humanidade e esse milagre são, ou foram até aqui, indivisíveis. Se a linguagem perder uma apreciável parcela de seu dinamismo, o homem, de um modo radical, será menos homem, menos ele mesmo. A história recente e o colapso da comunicação efetiva entre inimigos e gerações, tal como nos assola agora, mostra com que se parece essa diminuição de humanidade. Antes do homem havia um ruidoso mundo orgânico e animal, um mundo cheio de mensagens não-humanas. Pode haver um mundo como esse depois dele. Wallace Stevens ouviu seus sinais premonitórios em um dia de inverno:

The leaves cry. It is not a cry of divine attention,

Nor the smoke-drift of puffed-out heroes, nor human cry.
It is the cry of leaves that do not transcend themselves,

In the absence of fantasia, without meaning more
Than they are in the final finding of the air, in the thing
Itself, until, at last, the cry concerns no one at all.*

(1969)

(*) "As folhas gritam. Não é grito de atenção divina,/ Nem fumaça de herói que se apagou, nem grito humano./ É grito de folhas que não se transcendem.// Na ausência da fantasia, que só quer dizer/ Que estão na descoberta última do ouvido, coisa em si,/ Até que o grito, enfim, não diz nada a ninguém." (Tradução de Paulo Henriques Britto, in *Poemas*, de Wallace Stevens, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.) (N. T.)

LÍNGUAS DOS HOMENS

I

Para o público em geral, o professor Noam Chomsky, do MIT, é um dos mais eloqüentes e incansáveis críticos da Guerra do Vietnã e do papel do complexo militar-industrial na vida americana. Ele participou de passeatas no Pentágono; apoiou as táticas mais extremas de dissensão pacifista e conscienciosa; trabalhou para livrar sua própria universidade e a comunidade acadêmica americana do que ele julga ser seus envolvimento corrosivos com a tecnologia militar e a expansão imperialista; correu riscos profissionais drásticos em nome de suas convicções e suas previsões de catástrofe. Sua voz foi das primeiras a expor ao ridículo a injustiça e a insensatez da operação do Vietnã e foi uma das mais influentes na alteração do estado de espírito dos americanos cultos e no desencadeamento da pressão pela desmobilização.

Há um segundo Noam Chomsky. Para lógicos, para psicólogos comportamentais, para teóricos do desenvolvimento e educação de crianças, para lingüistas, Chomsky é um dos mais interessantes trabalhadores hoje em atuação e uma fonte de acalorado debate. Suas contribuições para o estudo da linguagem e dos processos mentais são altamente técnicas e de considerável dificuldade intelectual. Mas, como a antropologia de Lévi-Strauss, com que mostra afinidades, a gramática gerativa e transformacional chomskiana é uma dessas conjeturas especializadas que, por absoluto fascínio intelectual e amplitude de implicação, chega ao mundo do leigo. O próprio Chomsky, além do mais, é um fluente expositor e um bem-disposto divulgador de sua obra técnica; em seus melhores momentos, é um

“explicador” na tradição de J. S. Mill e T. H. Huxley. Assim, uma boa parcela de seu trabalho profissional é acessível, pelo menos em parte, para o leigo. Vale a pena o esforço de compreensão, pois, se Chomsky está certo, nosso senso geral de habitação do homem na realidade, dos modos como a mente e o mundo interagem, será modificado ou, mais precisamente, se aliará a modos de percepção que não têm tido muita influência ou peso científico desde o século XVII e início do século XVIII.

A “revolução chomskiana” antecede Chomsky. Em um grau maior do que discípulos recentes estão sempre prontos a reconhecer, a base foi estabelecida por um professor de Chomsky, Zelig Harris, da Universidade da Pensilvânia. Harris é um lingüista de grande reputação, e foi em seu *Methods in structural linguistics*, publicado em 1951, que certas noções-chave de profundidade e transformação gramaticais foram expostas pela primeira vez.¹ As “Syntactic structures” de Chomsky, que para muitos é a exposição clássica e mais persuasiva de suas hipóteses, surgiram seis anos depois. A seguir, em 1958, apareceu um importante artigo, “A transformational approach to syntax”, lido no Terceiro Congresso do Texas sobre

(1) As notas de rodapé deste ensaio baseiam-se em generosos comentários que Noam Chomsky me fez pessoalmente, em novembro de 1969.

Chomsky observa: “O livro de Harris foi extremamente importante, tanto para o setor quanto para mim pessoalmente (aprendi lingüística estrutural com ele quando estudante ao corrigir suas provas tipográficas em 1947). No entanto, nada contém sobre ‘profundidade gramatical’ ou ‘transformação’. Sua sintaxe limita-se à análise de estrutura de frase de estruturas de superfície. Harris começou a trabalhar em uma noção de transformação em torno de 1950, dentro do contexto de seu trabalho sobre análise do discurso, publicado em dois artigos, em *Language*, em 1951. Seu primeiro artigo de fato sobre transformações apareceu em *Language*, em 1957. [...] Harris encara, essencialmente, as transformações como uma relação definida em frases que foram plenamente analisadas em termos de métodos como os de seu livro de 1951 — isto é, como um tipo de extensão da lingüística descritiva. Minha concepção era diferente desde o início. Meu primeiro trabalho sobre gramática gerativa foi uma tese de estudante, uma gramática gerativa descritiva do hebraico moderno, em 1949. Contém a maioria das idéias sobre gramática gerativa que mais tarde desenvolvi, com exceção do papel das transformações em sintaxe. Onde eu diferia de Harris era na concepção sobre onde as transformações se encaixam no conjunto do quatro. Para mim, eram parte integrante do sistema para gerar frases, para dar um quadro analítico ou descritivo em primeiro lugar”.

Tudo o que eu gostaria de acrescentar a esse valioso relato é minha permanente convicção de que a obra de Zelig Harris foi vital para a formulação dos principais objetivos da nova lingüística. É em Harris que encontramos o forte impulso para uma formalização completa e rigorosa dos processos sintáticos. Esta é também a visão do professor J. Lyons em sua recente monografia sobre Chomsky (1970).

Problemas de Análise Lingüística em Inglês, e “Some methodological remarks on generative grammar”, publicado em 1961, no periódico *Word*. Em 1963, Chomsky colaborou com um capítulo extremamente técnico e abrangente sobre “Formal properties of grammars” para o volume II do *Handbook of mathematical psychology*. Um ano depois foi publicado *Current issues in linguistic theory*, marcando o alto prestígio e a ampla influência de toda a abordagem chomskiana. Seguiu-se, em 1965, um livro-chave, *Aspects of a theory of syntax. Cartesian linguistics* (1966), embora em certos aspectos deliberadamente voltada para o antigo, é uma interessante saudação aos gramáticos e filósofos que Chomsky considera seus verdadeiros precursores. *Language and mind* teve sua primeira exposição dentro das Beckman Lectures em Berkeley, em janeiro de 1967, tendo sido publicado um ano depois. Representa tanto um sumário da lingüística gerativa quanto um programa do trabalho futuro. Em torno desse núcleo de textos especializados, há entrevistas expositivas ou polêmicas — em especial com o filósofo inglês Stuart Hampshire, republicada em *The Listener*, da BBC, de 30 de maio de 1968 — e várias conferências feitas em salas lotadas em Oxford, Londres e Cambridge.

O melhor ponto para começar é a investida de Chomsky contra o professor B. F. Skinner, de Harvard. Chomsky nos conta que deu pouca atenção às doutrinas de Skinner até que ele próprio foi para o MIT em 1955 e se viu compelido a tomar uma firme posição com respeito às afirmações do behaviorismo. *Verbal behavior*, de Skinner, saiu em 1957. O ataque de Chomsky, uma longa resenha em *Language*, surgiu dois anos depois, mas já vinha circulando em manuscrito. O que Skinner buscara fazer fora aplicar seu famoso trabalho sobre comportamento de estímulo e resposta nos animais ao comportamento lingüístico humano. Ele parecia sustentar que os seres humanos adquiriam a linguagem e faziam uso dela de um modo muito mais sofisticado, mas não essencialmente diferente, do que o modo como ratos podiam ser ensinados a atravessar um labirinto. Uma compreensão precisa e uma teoria preditiva da fala humana envolveriam, portanto, pouco mais do que um refinamento dessas técnicas de estímulo, estímulo reforçado e resposta condicionada que nos permitem ensinar a um rato pressionar uma determinada mola a fim de conseguir comida como recompensa. Do mesmo modo, a criança aprenderia as práticas de linguagem (o que Chomsky denominaria “competência”) por algum processo de estímulo e resposta dentro de um modelo pavloviano inteiramente com-

parável ao que se mostrara eficaz, ou de qualquer modo parcialmente eficaz, no “ensinamento” de organismos inferiores. A ressalva é necessária porque ultimamente há alguma dúvida sobre o que os ratos de Skinner de fato “aprenderam”.

Chomsky considerou as proposições de Skinner escandalosas — pelas restrições que pareciam impor à complexidade e à liberdade da consciência humana, bem como por sua ingenuidade metodológica. A suposta abordagem científica de Skinner, disse Chomsky, era uma mera regressão à desacreditada psicologia mentalística. Não podia fazer uma verdadeira exposição de como os seres humanos, *que diferem nesse aspecto primordial de todas as outras formas de vida conhecidas*, podem adquirir e usar o infinitamente complexo, inovador e em todos os níveis criativo instrumento da fala. Chomsky viu — e esta foi, penso eu, sua percepção mais aguda — que um modelo válido de comportamento lingüístico deve dar conta do extraordinário fato de que todos nós perpetuamente e sem esforço usamos séries e combinações de palavras que nunca ouvimos antes, que nunca nos foram especificamente ensinadas e que obviamente não surgem em resposta condicionada a qualquer estímulo identificável em nosso ambiente. Quase desde os primeiros estágios de sua vida lingüística, uma criança será capaz de construir e compreender um número fantástico de enunciados que são absolutamente novos para ela, que ela de algum modo sabe que são frases aceitáveis em sua língua. Ao contrário, ela rapidamente demonstrará rejeição (isto é, sua incapacidade de apreender) a ordens de palavras e arranjos sintáticos que são inaceitáveis, embora possa ser que nenhum lhe tenha sido especificamente apontado. Em cada estágio, a partir dos primeiros anos, o uso humano da linguagem vai bem além de todo precedente “ensinado” ou formal e bem além do conjunto de experiência individualmente adquirida e armazenada. “Essas aptidões indicam que deve haver processos fundamentais em atuação de modo inteiramente independente da ‘retroalimentação’ do meio.” A dinâmica da comunicação humana surge de dentro.

Esses processos, observa Chomsky, têm probabilidades de ser muito intrincados. Eles podem ser localizados na zona intermediária entre “mental” e “físico”, entre “psíquico” e “neuroquímico”, que nosso vocabulário obsoleto, com suas grosseiras mas profundamente arraigadas distinções mente-corpo, está insuficientemente preparado para abordar. A criança formula hipóteses e processa informação

em uma variedade de modos muito especiais e aparentemente muito complexos que ainda não podemos descrever ou começar a compreender e que podem ser em larga medida inatos, ou que podem desenvolver-se por meio de alguma espécie de aprendizagem ou por meio da maturação do sistema nervoso.

O cérebro produz, “por uma ‘indução’ de complexidade e subitaneidade aparentemente fantásticas”, as regras da gramática pertinente. Assim, reconhecemos um novo item, por exemplo uma frase, em nossa língua não porque se amolda a algum item familiar, previamente ensinado de algum modo simples, “mas porque é gerado pela gramática que cada indivíduo internalizou de alguma forma”. A linguagem humana, como Chomsky reafirmaria em 1967, é um fenômeno singular, “sem análogo significativo no mundo animal”. É sem sentido, contrário ao que numerosos biolinguistas e etnólogos perceberam, teorizar sobre sua possível evolução a partir de modos de comunicação mais primitivos, externamente condicionados, como os sinais aparentemente transmitidos por chamados de pássaros. O uso espontâneo e inovador da linguagem de certo modo define o homem. Parece que as pessoas são seres “especialmente planejados” para gerar regras de imediata compreensão e construção lingüísticas, como se possuíssem “habilidade de manipulação de dados ou de ‘formulação de hipóteses’ de caráter e complexidade desconhecidos”.

O vocabulário do primeiro Chomsky merece um exame atento, particularmente porque seu impulso subjacente será reforçado mais tarde. “Planejamento especial”, “manipulação de dados”, suas referências posteriores à fundamental “pré-composição” do cérebro, tudo aponta para a imagem de um computador. Chomsky negaria isto, mas é forte a evidência de que a noção, talvez parcialmente inconsciente, de um computador muito poderoso nas profundezas da trama da consciência humana é pertinente a boa parte de sua argumentação.² Na história da filosofia e das ciências naturais, essas

(2) Chomsky: “Eu não negaria que a imagem de um computador é uma intuição viva para mim, se pela imagem de um computador você se refere à teoria abstrata de computação — a teoria da máquina de Turing, a teoria da função recursiva, a teoria dos autômatos finitos etc. Isto sempre foi um modelo muito consciente para mim e, como você talvez saiba, trabalhei bastante sobre certos aspectos da teoria matemática dos autômatos, muito do que está sumariado em meu *Handbook of mathematical psychology* a que você se refere. Mas, se por ‘imagem de um computador’ você quer dizer a coisa real, física, isto não é um modelo para mim nem consciente nem inconsciente. De fato, nunca sequer vi um computador e praticamente não tenho

esquecidas descrições ou metáforas desempenham um grande papel. É duvidoso que o mais recente avanço da biologia molecular tivesse ocorrido quando o código morse era a imagem dominante da comunicação rápida. Os usos de *código*, *retroalimentação*, *armazenamento* e *informação* pela genética atual indicam a presença implícita da tecnologia do computador e do processamento eletrônico de dados. O mesmo parece verdade para a lingüística chomskiana, e isto pode mostrar-se importante quando se tenta determinar se são, ou não, de fato, válidos.

A interpretação que Chomsky faz dessas capacidades de “caráter e complexidade desconhecidos” desenvolve-se em dois níveis. Um, altamente técnico, consiste em uma tentativa de conceber e descrever um conjunto de regras que produzirá, ou “gerará”, frases gramaticais em inglês, ou em qualquer outra língua, e que não produzirá frases não-gramaticais. O outro nível pode com mais justeza ser denominado filosófico ou epistemológico. As concepções de Chomsky sobre gramáticas gerativa e transformacional levam a certas deduções sobre a natureza da mente humana e sobre as relações entre ser e percepção. Exceto para propósitos de estudo e formulação especializada, esses dois planos de discussão não podem realmente ser mantidos em separado. Nem deviam ser. A dificuldade é que Chomsky às vezes argumenta como se pudessem, e então, em outros pontos, com freqüência decisivos, ele reforça suas hipóteses formais com deduções que são filosóficas e introspectivas no sentido antigo, vago. A lógica matemática tende a imbricar-se com trechos que ocasionalmente são bastante nebulosos.

Em torno da virada do século, tanto a matemática quanto a lógica passaram por uma fase de rigoroso auto-exame. Ambas buscaram estabelecer formalmente fundamentos coerentes e independentes para os processos de raciocínio e cálculo que se desenvolve-

interesse por computadores. Senti, desde o início, que o principal efeito da disponibilidade de computadores para a lingüística (como para as humanidades) seria trivializar a pesquisa e levar a orientações absurdas, e o passar do tempo apenas fortaleceu essa suposição inicial”.

A negação de Chomsky naturalmente se mantém. Cabe ao leitor de suas obras julgar-nos. Em minha opinião, não é apenas a teoria dos autômatos, mas a imagem idealizada de um computador real que subjaz a boa parte de seu vocabulário e de suas imagens do processo gerativo. Embora a questão seja altamente técnica, pode ser que a atual atitude negativa de Chomsky em relação à lingüística computacional reflita o fracasso de alguns de seus colegas e discípulos na produção de algoritmos que possam ser testados e retomados.

ram com tremenda força nos séculos anteriores, mas em base um tanto *ad hoc*. Extraordinários buracos e trechos mal-articulados foram deixados nos fundamentos da prova e análise lógica e matemática. Os resultados dessa arrumação da casa, com a qual associamos pensadores como Russell, Carnap, Tarski e Gödel, incluem lógica combinatória, teoria dos conjuntos e notações simbólicas de grande refinamento. Esses instrumentos foram aplicados a proposições matemáticas e a estruturas formais de argumentação lógica. Noam Chomsky dispôs-se a aplicá-los ao material muito mais recalcitrante e variado que é a fala humana efetiva. (Se ele de fato fez isto é um dos difíceis problemas de toda a realização chomskiana.) Apenas a análise da fala comum, insistia ele, podia levar a uma genuína compreensão de como a linguagem é formada.

Chomsky argumentava que todas as frases gramaticais possíveis em inglês (ou em qualquer outra língua) podiam ser derivadas, ou “geradas”, a partir de um pequeno número de frases básicas, ou “nucleares”, mais um conjunto de regras de operação e transformação.³ Podemos considerar essas regras de algum modo comparáveis às surpreendentemente poucas convenções de soma, subtração, substituição e equivalência a partir das quais podemos erguer a estrutura, extremamente múltipla e complexa, da aritmética e álgebra. Dadas as regras de manipulação certas, são necessárias poucas peças de construção. As regras da gramática chomskiana “transformam” certas configurações primárias, tais como símbolo nominal seguido por símbolo verbal, em configurações relacionadas, tal como as equações algébricas produzirão outras equações se forem observadas as regras apropriadas de substituição. Assim, “João ama Maria” é girado, por uma regra transformacional que não é apenas específica, mas também, supostamente, de grande força abrangente

(3) “Nunca usei *nuclear* nesse sentido. Ao contrário, as frases nucleares foram (são) definidas como frases a que foram aplicadas apenas transformações obrigatórias. Nenhuma transformação se aplica às frases nucleares, mas apenas às estruturas abstratas que subjazem a estas e a todas as outras frases. [...] Uma formulação mais correta seria a de que as regras básicas da gramática geram estruturas subjacentes abstratas (profundas) e de que transformações atuam sobre elas, convertendo-as, etapa por etapa, por fim nas estruturas de superfície que recebem uma interpretação direta em termos fonéticos. As frases nucleares, então, são as frases a que se aplicou uma seqüência ‘mínima’ de transformações.”

Aprecio o esclarecimento de Chomsky aqui, mas diria que pelo menos três usos diferentes do termo *nuclear* podem ser encontrados em seu texto. Cf. a discussão dessas diferenças em J. Lyons: *Noam Chomsky*.

e generalizadora, em “Maria é amada por João”. Essa transformação particular, de ativo em passivo, permite que um falante humano reconheça e manipule corretamente o número literalmente inumerável de proposições similarmente organizadas e relacionadas com que ele deparará durante sua vida. O fato de as regras para transformação estarem “corretas” assegura que não é gerada nenhuma frase irreconhecível, falsa ou aleatoriamente ordenada. Se nenhum mecanismo desse tipo funcionasse, cada nova situação verbal — isto é, “Eu corto este pão”, “este pão é cortado por mim” — ofereceria dilemas intratáveis e exigiria um novo e específico ato de aprendizagem. Este, insiste Chomsky, simplesmente não é o caso.

Uma frase gerada desse modo tem dois níveis distintos e é em virtude dessa dualidade que Chomsky se considera relacionado a certos gramáticos e lógicos em atuação na França na década de 1660 e a seguir. “João ama Maria” é a *estrutura superficial* da frase. Constitui a espécie de “sinal físico”, ou articulação fonética, a que podemos perfeitamente aplicar a sintaxe tradicional que aprendemos na escola: sujeito, verbo, objeto, e assim por diante. Mas essa estrutura de superfície nos diz pouco e obviamente difere em cada língua. “Muito abaixo”, por assim dizer, fica a *estrutura profunda*, a partir da qual nossa expressão fonética foi gerada e da qual a frase falada, audível, é em certos aspectos uma projeção ou mapeamento.

Com que se parece essa dita estrutura profunda? Neste ponto, crucial como é para toda sua teoria da linguagem, Chomsky é evasivo e de modo algum coerente. Poderia ter sido melhor, embora de modo algum satisfatório, que ele tivesse dito que não podemos descrever adequadamente com palavras um sistema psíquico que de algum modo funciona antes ou muito abaixo da linguagem. No sentido kantiano, deve haver uma “pele final” de consciência e eu, que não podemos descrever porque não podemos sair dela. Chomsky, ao contrário, oferece sugestões que com frequência são obscuras e tangenciais. A estrutura profunda “pode ser altamente abstrata”. Pode ter ou não uma estreita “correlação ponto a ponto com a realização fonética”. Ou seja, os contornos visíveis da paisagem podem ou não simular ou acompanhar os estratos geológicos profundos e a dinâmica a partir dos quais ela foi formada e exposta. O que é pior, o terreno visível pode ser completamente enganador. As estruturas de superfície — as frases que de fato falamos e ouvimos — não são “como” as seqüências a partir das quais são geradas por regras transformacionais. As estruturas profundas das quais, segundo Chomsky, derivam nossa compreensão e uso de todas as línguas en-

volem propriedades de generalidade, abstração e força formal até agora incompreensíveis. Obviamente não consideramos esses conjuntos ou unidades lingüísticas primais como verbais ou sintáticas em qualquer sentido corrente. Trata-se, se acompanho corretamente as indicações de Chomsky, de *relações* que estão envolvidas — “pré-composições” extremamente simplificadas ainda que funcionais, que relacionam sujeito com objeto, pessoa com verbo. Mais uma vez, imagino, a imagem de um computador, com sua capacidade de transcrever regras de computador em uma cópia em inglês ou qualquer outro idioma, está envolvida em algum estágio vital, embora talvez não reconhecido, da argumentação de Chomsky.

De qualquer modo, o que foi mostrado é o seguinte: a ilimitada variedade de frases que os seres humanos podem apreender e utilizar em todas as ocasiões de suas vidas pode provir de um conjunto limitado de peças formais e de um corpo de regras, também supostamente limitado, para a manipulação e rearranjo dessas peças. Ter mostrado isto — e penso que Chomsky o fez — é em si um feito de grande força e precisão lógica. Substantiva assim como historicamente, a sugestão exemplar proveio da matemática e da lógica matemática. No sistema binário de notação, por exemplo, dois símbolos, 0 e 1, juntamente com um corpo de regras sobre como são reunidos e “lidos”, são suficientes para anotar e operar qualquer número ou grupo de números do universo. A lógica luta por uma economia e rigor comparáveis em sua base. A esperança de Chomsky de que a linguagem humana possa ser similarmente esquematiza é compreensível e intelectualmente estimulante. Mas há nela mais do que isto. Chomsky não defende um modelo matemático, uma *hipótese* — como os cientistas da Renascença chamavam qualquer das propostas formais às quais não vinculavam necessariamente verdade material. Chomsky dirige-se ao fato humano. Ele sustenta que somente algum esquema de geração e transformação a partir de estruturas profundas pode explicar o modo como o *Homo sapiens* na realidade adquire linguagem e se comunica. Resumiu essa ligação em sua primeira Locke Lecture, em Oxford:

Uma pessoa que conhece uma língua dominou um conjunto de regras e princípios que determinam um conjunto infinito e discreto de frases, cada uma das quais tem uma forma fixa e um significado fixo ou potencial de significado. Mesmo nos níveis mais baixos de inteligência, o uso característico desse conhecimento é livre e criativo [...] pois se pode instantaneamente interpretar um espectro indefinidamente

amplo de enunciados, sem sentimento de infamiliaridade ou estranheza.

O postulado de que a linguagem é exclusiva do homem (com o que concordo inteiramente) e a noção correlata de uma *estrutura profunda* acarreta enormes conseqüências filosóficas. Mais recentemente, Chomsky tem se mostrado mais disposto do que antes para examinar estas e sair dos limites da análise lingüística formal. A questão-chave é a da natureza e localização dessas estruturas profundas e do processo pelo qual os seres humanos adquiriram sua singular capacidade de articular significados e expressar conceitos imaginários. Em seu ataque a Skinner, Chomsky enfatizou o caráter "completamente desconhecido" de toda a questão e admitiu que poderia resultar de alguma forma de aprendizagem e de uma maturação gradual do sistema nervoso. À medida, porém, que suas hipóteses ganharam confiança e prestígio, Chomsky passou a adotar o que ele próprio denomina uma posição cartesiana, mas que poderia mais exatamente ser considerada um desenvolvimento das teorias kantianas de percepção.

São idéias inatas ou programas inatos para qualquer experiência potencial que Chomsky está inferindo. A existência de uma "estrutura mental inata" parece-lhe indispensável para a geração da linguagem. O "esquema da gramática universal", pela qual todos os homens podem operar em sua própria língua e razoavelmente adquirir outra, deve ser atribuído "à mente como um caráter inato". O conhecimento da língua só pode ser obtido "por um organismo que é pré-composto". Apenas o homem está inatamente equipado ou programado desse modo imensamente específico, ainda que criativo. Estando assim todos os homens organizados, existe entre eles o vínculo da gramática universal e a possibilidade concomitante de tradução de qualquer língua para todas as outras línguas.⁴ Segue-se também que nenhuma espécie orgânica inferior será capaz de domi-

(4) "A existência de gramática universal, no meu ponto de vista", diz Chomsky, "não acarreta nenhuma 'possibilidade concomitante de tradução de qualquer língua para todas as outras línguas'. Esse fato e suas razões são discutidos especificamente em *Aspects of the theory of syntax* (1965) — por exemplo, na página 30, onde digo que 'a existência de universais formais profundamente situados [...] não [...] implica que deve haver algum procedimento razoável para tradução entre línguas'. É importante a distinção entre universais formais e substantivos, discutida aí com certa amplitude."

Aqui, nossas diferenças são fundamentais. As passagens pertinentes em *Aspects* (e em especial as longas notas de rodapé nas páginas 201-2) parecem-me cons-

nar mesmo formas rudimentares de língua (o que é bem diferente de dizer que certos animais não podem ser ensinados a imitar sons da fala humana). Como Chomsky observa, recentes estudos da visão animal sugerem que várias espécies vêem ângulo, movimento e outras complexas propriedades do mundo físico de acordo com os modos especiais como seus sistemas nervosos são modelados ou "ligados". Esses modelos são inatos e inalteráveis a não ser por lesão artificial. Precisamente do mesmo modo, o homem comunica a realidade para ele e para os outros em formas lingüísticas porque ele foi singularmente gravado com a capacidade e a necessidade de assim fazer.

Estamos de volta a Kant e às estruturas ou categorias mentais *a priori* de espaço, tempo e identidade pelas quais o homem interage com o mundo "de fora" e que governam tanto a liberdade quanto os limites conceituais dessa interação. Estamos de volta também às doutrinas dos grandes gramáticos de Port-Royal, na segunda metade do século XVII, relativas à gramática universal a partir da qual todas as línguas humanas em última instância derivam suas formas locais.

Até que ponto podemos penetrar nessas estruturas profundas e "composições" de consciência? Que tipo de evidência buscamos? Mais uma vez, Chomsky é evasivo e se volta para modestas renúncias:

De fato, os processos pelos quais a mente humana alcançou seu presente estágio de complexidade e sua forma particular de organização inata são um mistério total, tanto quanto as questões análogas sobre as organizações física ou mental de qualquer outro organismo complexo.

Visto que Chomsky recorreu exatamente — e de modo sagaz — aos resultados positivos alcançados no estudo da percepção animal, essa

tituir um *non sequitur* e uma das falhas decisivas na argumentação "universalista" de Chomsky. Como Leibniz viu claramente, um postulado de universalidade lingüística profundamente estruturada *deve* acarretar um procedimento razoável de tradução entre diferentes línguas. De fato, deve acarretar um procedimento formal, mesmo que este permaneça um ideal inatingido. A distinção feita por Chomsky entre universais "formais" e "substantivos" não auxilia. Se eles são "tão formais", o que podem dizer-nos da língua verdadeira e do problema profundamente importante e difícil da multiplicidade lingüística? No momento estou empenhado em um longo estudo desse problema e da luz que ele pode lançar sobre uma teoria da linguagem.

cláusula adicional à frase é estranha.⁵ Em outras partes, além do mais, ele é menos ponderado. Os universais lingüísticos, diz Chomsky a Stuart Hampshire, devem “ser uma propriedade biológica da mente humana”. Acrescenta, em um movimento que lembra notavelmente os feitos por Freud quando esperava confirmação neurofisiológica de seu modelo do subconsciente (confirmação que nunca veio), que “algum dia haverá definitivamente uma explicação fisiológica para os processos mentais que agora estamos descobrindo”.

Essa confiante asserção significa que a lingüística gerativa está

(5) “Três questões inteiramente distintas estão em jogo”, objeta Chomsky. “Primeiro, estrutura profunda. Em segundo lugar, estruturas inatas da mente (‘composições de consciência’). Em terceiro lugar, a questão da ‘evolução’ das estruturas inatas da mente. Quanto à primeira, podemos investigar de modo bastante amplo as estruturas profundas, e eu e outros fizemos isto em nosso trabalho descritivo de gramática gerativa transformacional. Você pergunta ‘que tipo de evidência estamos buscando’. Em ligação com as estruturas profundas, a resposta é em princípio simples, embora haja sérios problemas empíricos. Uma GT contém regras básicas e regras transformacionais; as estruturas profundas são as geradas pelas básicas e convertidas a estruturas de superfície por transformação; a evidência que estamos buscando é evidência empírica quanto à correção de uma ou outra hipótese sobre a escolha e a inter-relação de regras básicas e transformacionais; a evidência em última instância envolve o som e o significado das frases, intuições relativas a desvio, junção de som e significado, e assim por diante. [...]”

“A segunda questão, estruturas inatas, é diferente em conteúdo, mas as mesmas observações gerais se aplicam. O aspecto empírico é simples. Dado que a competência é descrita corretamente por uma gramática GT (uma suposição empírica, naturalmente), enfrentamos a questão empírica de projetar um ‘mecanismo de aquisição de linguagem’ abstrato com a seguinte propriedade: entregues os dados variados disponíveis para o aprendiz da língua, ele constrói a gramática gerativa descritivamente adequada (verdadeira). A estrutura interna desse mecanismo (chamo-lo de MAL) é o sistema de princípios e estruturas inatas que atribuímos à mente humana, como hipótese empírica. O MAL deve encontrar dois tipos de condições: deve ser rico o suficiente em estrutura de modo a produzir a gramática gerativa correta com base nos dados reais disponíveis; deve ser livre o suficiente em estrutura para permitir a diversidade real de línguas conhecidas e humanamente possíveis. Em princípio, a questão é simples; as dificuldades e os problemas são, mais uma vez, empíricos e tem havido bastante progresso. Observe-se, de passagem, que não há ligação lógica entre estruturas profundas e estruturas inatas. [...]”

“A terceira questão tem a ver com os ‘processos pelos quais a mente humana alcançou seu estágio presente’. [...] Aqui penso que nada sabemos. Minha ‘indefinição’ e ‘modestas renúncias’ têm a ver com essa questão, a questão da evolução e emergência e os princípios físicos que governam esses processos. A ‘cláusula adicional’ que você cita não é, como você diz, ‘estranha’, mas um simples reconhecimento do fato de que a biologia molecular, a etologia, a teoria da evolução e assim por diante, não têm absolutamente nada a dizer sobre esse assunto, além das obser-

comprometida com o materialismo, com uma concepção da consciência como sendo pura e simplesmente neuroquímica? Alguns de seus adeptos parecem acreditar nisso. A formulação de Chomsky é mais sutil. Ele com justeza afirma que os limites entre “mental” e “físico” estão continuamente em deslocamento. Numerosos fenômenos que já foram encarados como completamente espirituais e fora do alcance do estudo empírico tornaram-se agora compreensíveis em um sentido fisiológico e experimental. Começa a haver uma química da esquizofrenia e uma bioquímica dos sonhos, tal como houve uma

vações mais triviais. E sobre essa questão — embora não sobre as duas primeiras questões que estão misturadas com ela — a lingüística também nada tem a dizer.”

Um exame minucioso desses dois aspectos exigiria por si um longo e abrangente ensaio. Mas as áreas de discordância são claras. Os problemas que Chomsky caracteriza como “simples” e “empíricos” parecem-me fundamentais e filosóficos. Mesmo que seja tomado como uma idealização abstrata, o plano de uma exposição formalizada total da gramática é redutor ao extremo e provavelmente mal concebido. A natureza aberta, dinâmica, ontologicamente temporal da experiência humana da língua milita contra essa ordem de descrição total e normativa. Determinantes primários de “correção”, para citar apenas um exemplo óbvio, estão sujeitos apenas a reconhecimento intuitivo ou parcial. Para uma abordagem mais minuciosa desse aspecto, cf. Willard Van Orman Quine: *Word and object*, 1960, capítulos II-IV, e I. A. Richards: *So much nearer*, 1968, capítulo IV.

Fico igualmente perturbado com as ligações ou falta de ligações “lógicas” entre estruturas profundas e inatas. Qual é a relação desse modelo “paralelo” com a reivindicação fundamental de universalidade? Quando Chomsky cita a obra que publicou com Morris Halle, em 1968, sobre *Sound pattern of english* como contendo os “resultados mais animadores sobre gramática universal” até então produzidos, aponta para o que muitos lingüistas encaram como a parte mais fraca do argumento gerativo transformacional. Como os foneticistas indicaram, os exemplos oferecidos por Chomsky e Halle em muitos casos não se aplicavam sequer ao inglês “inglês” enquanto distinto do inglês “americano”. É aqui, onde se conjugam as questões de “profundidade”, “inatidade” e “universalidade” — questões que são tão evidentemente filosóficas e psicológicas — que o quadro chomskiano da mente parece menos convincente.

Como mostro em outros textos desta coletânea, discordo da posição de rejeição por parte de Chomsky das relações entre lingüística e certos aspectos da teoria biológica e evolutiva. Observações já feitas, em pontos em que essas disciplinas ou modos de discussão se encontram, parecem longe do trivial. Além do mais, mesmo que o pessimismo de Chomsky se revelasse justificado, mesmo que o estudo da linguagem e da evolução humana não chegasse a uma interação, esse fracasso não seria uma questão menor ou óbvia. Uma teoria da inatidade e geração da linguagem no homem que não tem consideração substantiva pelos aspectos biológicos, evolutivos e sociais do fenômeno permanecerá necessariamente arbitrária e incompleta. Pode ter suprema força formal e acuidade lógica (como boa parte da melhor obra inicial de Chomsky). Mas corre o sério risco da banalidade. Acredito que aqui nossa discordância é fundamental.

fisiologia da digestão ou da procriação. É ao manter nossas categorias descritivas abertas e negociáveis que podemos ampliar o conhecimento.

O que está em questão [diz Chomsky] é apenas se os processos fisiológicos e os processos físicos que agora compreendemos já são suficientemente ricos em princípio — e talvez de fato — para envolver os fenômenos mentais que estão começando a emergir.

(Mais uma vez, a formulação poderia ser de Freud.) O trabalho feito nos últimos quinze anos sobre código genético e sobre neuroquímica do impulso nervoso vão longe na sugestão de como são fantásticamente complicadas e criativas as energias em atuação nos processos moleculares orgânicos. O desenvolvimento desse trabalho pode — embora Chomsky diga que também não pode — levar a alguma compreensão da “anatomia” das estruturas profundas inatas e da geração lingüística.

II

De uma forma simplificada e obviamente abreviada, estas são as teorias que o professor Chomsky apresentou ao longo dos últimos doze anos. Ninguém, desde o grande lingüista franco-suíço Saussure, na primeira parte do século, e I. A. Richards, na década de 30, exerceu maior impacto no estudo da linguagem ou fez mais para sugerir que a lingüística é de fato uma disciplina central na compreensão da mente e do comportamento. Mas isto não significa que as concepções de Chomsky tenham sido universalmente aceitas. Têm sido vivamente questionadas por outros lingüistas, e há alguns sinais de que a onda chomskiana esteja recuando. Que esse recuo ocorresse num momento em que as idéias de Chomsky têm sua repercussão pública e “jornalística” mais ampla seria uma coincidência comum na história da ciência e das idéias.

Uma boa parte da controvérsia no meio especializado é de natureza extremamente técnica. Envolve diferenças de abordagem no tocante a lógica combinatória, psicologia matemática e semântica, as quais dificilmente são acessíveis ao leigo. No entanto, várias dúvidas salientes podem ser percebidas. Elas são expostas com grande perspicácia pelo professor Charles F. Hockett, de Cornell, em *The state of the art* (1968). Hockett rejeita todo o modelo chomskiano da geração de frases gramaticais a partir de conjuntos e regras

finitos e ocultos. O quadro que Chomsky faz da linguagem, diz Hockett, é absurdamente superabstrato; é uma ficção modelada não na fala humana real mas nas proposições artificiais e tautologias da lógica formal. O modo de Hockett apresentar essa questão decisiva é árduo mas inequívoco: uma lingüística matemática em termos chomskianos é um absurdo porque a fala humana não é um “subconjunto bem definido do conjunto de todas as seqüências finitas em um alfabeto bem definido”. Em termos mais simples: quando lidamos com a fala humana, não estamos lidando com um sistema, rigorosamente definido e fechado, cujas variantes podem ser todas derivadas de um único conjunto ou agrupamento de elementos imutáveis. Não estamos vendo uma tábua de elementos químicos cujas estruturas e pesos atômicos podem ser reduzidos a combinações de certas unidades primeiras estritamente definidas. A gramática transformacional de Chomsky não consegue dar conta da capacidade vital e fascinante dos falantes humanos não apenas para saber como enfileirar palavras e formar uma frase, mas para saber quando e como *parar*. Este é um desses pontos aparentemente óbvios mas profundos de que pode depender a irrefutabilidade de uma teoria da linguagem. Tentarei explicar isto do modo mais simples que puder. “Um mais um igual a dois” é uma frase completamente aceitável. “Um mais um mais um igual a três” já é um tanto canhestra e quase implica um contexto didático ou especial. “Um mais um mais um mais um igual a quatro” é intolerável, e o mesmo se dará com todas as outras frases construídas segundo o mesmo padrão. No entanto, formalmente, todas essas frases são transformações da primeira, graças, supostamente, à “regra de adição” de algum modo estabelecida na passagem da estrutura profunda para a estrutura de superfície. Nada está *gramaticalmente* errado em uma sucessão de *uns* ligados por *e* e *mais*. Todavia, sabemos, e sabemos em um ponto inicial e preciso, que não estamos mais falando um inglês aceitável, que estamos, no melhor dos casos, macaqueando uma linguagem de computador. O que nos dá esse conhecimento definido, mas extraordinariamente sutil, talvez “musical”?⁶

(6) Chomsky rejeita inteiramente esse aspecto: “Nosso conhecimento da língua determina uma forma fonética e uma representação semântica precisas para frases em número indefinido que, por várias razões, nunca diríamos. Este é o fato (um dos fatos) de que uma descrição lingüística deve dar conta. [...] Realmente penso que você não avaliou adequadamente esta questão. Você está bastante certo ao dizer que uma gramática não gera ‘inglês aceitável’. Esta não é sua intenção. Como discutido

Não há evidência autêntica, sustenta Hockett, para nada como as estruturas profundas que Chomsky postula. Há, ao contrário, muita evidência de que diferentes línguas lidam com o mundo de modos muito diferentes e que todas as línguas têm nelas "fontes de abertura" que Chomsky ignora. Seu equívoco fundamental, insiste Hockett, é a convicção de que um estudo de semântica sempre pode ser separado de um estudo da gramática e do léxico reais da língua ou família de línguas em questão. Por meio da paciente comparação de línguas tal como são de fato faladas e por cuidadosa indução, podemos chegar a descobrir "generalizações interlingüísticas". *Universals of language*, de J. Greenberg, publicado em 1963, e análises comparativas de línguas indígenas do sudoeste americano, atualmente em curso, constituem passos na direção apropriada. Os traços comuns ou hábitos de linguagem empiricamente localizados que emergem desse tipo de estudo etnolingüístico podem nada ter a ver com estruturas profundas universais. Uma gramática universal, no sentido de Chomsky, é, segundo Hockett, um sonho irreal. Não são frases nucleares universais e regras transformacionais, mas um múltiplo contexto de história política e sensibilidade social específicas que faz um homem "stand" for (candidatar-se a) um emprego em inglês inglês e "run" for em americano.⁷

em detalhe em *Aspects*, há uma diferença conceitual fundamental entre o que chamo aí de 'aceitabilidade' e 'gramaticabilidade'".

Aceito a correção de Chomsky quanto ao pleno valor do argumento de Hockett. Mas a questão é novamente complexa. A distinção formal tal como feita em *Aspects* é clara. Mas quando aplicadas à língua real, especialmente pelos discípulos de Chomsky, "aceitabilidade" e "gramaticalidade" constantemente se sobrepõem, sendo uma usada para determinar a outra. Em minha própria concepção, *ambas* são categorias relativas, em grande parte intuitivas e sujeitas a alteração histórica e social. Em toda essa questão, a lingüística transformacional gerativa parece estar usando evidência de um modo circular.

(7) Chomsky afirma com veemência que quase todas as análises comparativas de estruturas lingüísticas feitas até agora são "superficiais" e "irremediavelmente elementares". O que é necessário é "trabalho comparativo sério que tente atuar do único modo logicamente adequado, isto é, elaborando gramáticas descritivas adequadas de várias línguas e a seguir determinando que princípios universais as sujeita, que princípios universais podem servir para explicar a forma particular que têm. É o que penso da gramática de Hugh Matthews do hidatsa, a mais detalhada gramática de qualquer língua indígena americana, do trabalho de Paul Postal sobre o mohawk, dos belos estudos de Ken Hale sobre as línguas papago e walbiri e outras línguas indígenas do sudoeste e australianas, do trabalho de Stanley sobre o navajo, e muito mais. [...] Penso que, se você olhar cuidadosamente para o que está sendo feito na área agora, você descobrirá que uma boa parte do trabalho comparativo, e a parte que

A acusação de Hockett de que Chomsky exclui a índole espon-tânea e modificadora da língua verdadeira toca em uma dissensão filosófica mais ampla. Isto é bem exposto pelo doutor Yorick Wilks em uma recente recensão de *Language and mind*. Wilks sugere que, a despeito de toda sua severidade e convicção, a disputa de Chomsky com Skinner é um tanto quanto espúria. A disputa não é entre um modelo mecanicista e uma visão livre ou idealista da produção da fala humana, mas "entre duas teorias mecanicistas alternativas: a simples de Skinner e a mais complicada de Chomsky". Nos termos que vim empregando, a discórdia seria entre um modelo baseado em uma antiquada máquina de somar e um fundamentado em um supercomputador. Wilks argumenta a seguir que o tipo de plano mecanicista projetado pelos behavioristas, se suficientemente refinado, produziria os tipos de frases e transformações básicas postulados pela gramática chomskiana. Isto quer dizer — e esta é uma observação aguda — que o quadro da linguagem postulado por Chomsky não depende necessariamente ou exclusivamente da teoria da geração a partir de estruturas profundas. O que se chamava de regras de "estado finito" e "estrutura da frase" da gramática também podiam cumprir a tarefa: "Se alguém chegasse e visse as duas

penetra mais profundamente na estrutura de línguas específicas, está sendo feita dentro do modelo GT, e com o objetivo consciente de explorar propriedades de gramática universal".

Nenhuma discordância no que diz respeito ao trabalho citado. Eu apenas acrescentaria que a "elaboração de gramáticas descritivamente adequadas de várias línguas" é uma tarefa muito mais difícil — filosoficamente difícil — do que o programa de Chomsky sugere. Se uma tal gramática existe para o latim, quanto mais para o inglês, é um ponto discutível. Além do mais, tal elaboração, penso, implicará precisamente essas áreas de intuição e "não-formalismo" histórico e recreativo que o modelo GT exclui.

Mas a preocupação é mais profunda. Na medida de meu conhecimento, Chomsky até agora ofereceu apenas um exemplo de universal formal autêntico (*Aspects*, p. 180). Diz respeito às regras que governam as operações e legitimidade de supressão na estrutura subjacente de frases do tipo "Conheço vários advogados mais bem sucedidos que Bill". Essas "transformações de apagamento" podem ser propostas para "consideração como um universal lingüístico, confessadamente a partir de uma evidência insuficiente". Nem mesmo estou certo de que todos os chomskianos subscreveriam esse exemplo. Em *Universals in linguistic theory* (1968), E. Bach insiste no estudo de "estruturas mais profundas e mais abstratas", de "tipos abstratos de pró-verbos que recebem apenas representação fonológica indireta". Como um estudante "de fora" ou um informante "de dentro" de uma língua descobrirá e comparará "princípios universais" dessa ordem? O programa chomskiano, fascinante e atraente como é, pode estar decidido a explorar o que já postulou. A cautelosa con-

máquinas em funcionamento, nunca poderia dizer que haviam sido programadas com regras absolutamente diferentes”.

Como podemos esperar ver “dentro da máquina” (uma imagem tão cartesiana quanto chomskiana)? As “estruturas inatas” de Chomsky, diz o doutor Wilks, podem representar um “afastamento dos fatos”, uma recusa em submeter seu projeto formal a qualquer possibilidade de investigação experimental. Como podemos esperar descobrir o que é inato na mente? “Não podemos ver; o comportamento externo não é de modo algum guia e, naturalmente, não ajuda a perguntar o que as pessoas pensam.” Em vista dessa impenetrabilidade das “pré-composições” inatas, é uma providência muito estranha, sugere Wilks, passar de categorias de descrição gramatical que podem ser “naturais” e “profundas” nas línguas ocidentais para a asserção de que há padrões mentais universais subjacentes a todas as línguas. Como podemos atribuir a línguas profundamente diferentes das nossas propriedades gramaticais inatas obviamente moldadas em nossos próprios hábitos de sintaxe? Chomsky pode, quase inadvertidamente, estar tendendo para sua própria doutrina mecanicista, tanto mais perturbadora na medida em que seria cultural e formalmente determinista. Embora Wilks não trate desse aspecto, o humanismo radical da política de Chomsky tornaria tal posição profundamente irônica.⁸

A questão do doutor Wilks se relaciona diretamente com muitas principais dificuldades no tocante à teoria da linguagem de Chomsky. Cerca de 4 mil línguas estão em uso corrente em nosso superpovoado planeta. Há numerosos territórios na África, na Ásia e na América Latina (para não mencionar os cantões da Suíça) que são estilizados por línguas distintas e mutuamente incompreensíveis, embora esses territórios sejam uniformes em termos de clima,

clusão de Robert A. Hall parece mais próxima dos fatos: “As estruturas lingüísticas diferem, de fato muito amplamente, entre todas as línguas comprovadas da terra e o mesmo se dá com as relações semânticas que estão associadas com as estruturas lingüísticas. [...] É ainda prematuro esperar que possamos fazer mais do que observações elementares sobre universais lingüísticos e esperar que sejam prematuramente válidas. Nosso conhecimento de 2/3 ou mais das línguas do mundo ainda é muito deficiente (ou, em muitos casos, inexistente)”.

(8) A refutação por Chomsky desse aspecto parece-me inteiramente certa. Eu o interpretei mal: “um humanismo radical deveria desenvolver-se dentro de uma teoria da ‘essência humana’ que envolve estruturas inatas da mente. Assim me parece. Penso, de passagem, que Bakunin (para mim) estava muito equivocado nesse aspecto e que muito da moderna ideologia também está enormemente confusa, em sua irrefletida associação de reação com nativismo, ideologia progressista com empirismo”.

modo de vida e necessidades econômicas. Essas 4 mil línguas, além do mais, são quase certamente as remanescentes de um número ainda maior. Línguas ditas raras desaparecem a cada ano do uso ativo e da lembrança de informantes idosos ou isolados. Essa proliferação do idioma humano é um fato extremamente instigante mas também escandaloso. Poucos lingüistas desde Wilhelm von Humboldt, nas primeiras décadas do século XIX, pensaram a fundo sobre suas implicações enigmáticas. Hoje, as divisões profissionais entre lingüística formal, matemática (se tal realmente existe), de um lado, e o estudo comparativo e antropológico de línguas reais, de outro, embaçaram ainda mais a questão. Sou incapaz de considerar satisfatório ou adequado à verdade qualquer modelo ou fórmula de comportamento verbal humano que não dê conta, de algum modo, dessa fantástica multiplicidade. Por que 4 mil ou mais línguas? Por que, multiplicando por mil, mais línguas do que, digamos, raças humanas ou tipos sangüíneos? Nenhuma analogia darwiniana de variação através de seleção e adaptação natural funcionará. A grande variedade da fauna e da flora representa uma abundância de ajustamento específico a condições locais e a exigências de sobrevivência competitiva. O contrário é verdade no que se refere à proliferação de línguas vizinhas. Essa proliferação tem sido uma das barreiras mais evidentes e refratárias à colaboração humana e ao progresso econômico. Ela deixou importantes áreas de povoação humana internamente fendidas e muito isoladas da história. Muitas culturas que chegaram à estagnação e à ruína podem ter sido fracassos lingüísticos — o que não quer dizer que temos qualquer prova sólida de que uma língua é mais adequada que outra para a apreensão da realização individual ou social. Não conhecemos povo que não tenha em sua mitologia alguma variante da história da torre de Babel. Isto é prova eloqüente da perplexidade dos homens diante da multiplicidade de línguas que pôs entre elas constantes muros de aparente algaravia e silêncio. A tradução não é uma vitória, mas uma necessidade permanente e com frequência frustrante.

Para mim, hoje a principal tarefa da lingüística, ao trabalhar com antropologia e etnografia, é focalizar de modo claro nossa atual condição lingüística. (Ainda não temos sequer um atlas lingüístico verdadeiramente exaustivo.) Precisamos aprender a fazer as perguntas certas sobre o fenômeno profundamente confuso da diversidade lingüística.

A questão fundamental da proliferação lingüística praticamente não aparece desse modo na teoria da gramática gerativa e

transformacional. Uma observação críptica ocorre perto do fim de *Language and mind*:

O estudo empírico dos universais lingüísticos levou à formulação de hipóteses altamente restritivas e, acredito, bastante plausíveis quanto à possível variedade de línguas humanas.

Em primeiro lugar, é discutível se isto se dá assim. A investigação preliminar do que certos lingüistas provisoriamente supõem ser universais sintáticos esteve até agora limitada a apenas poucas línguas, e os resultados obtidos têm ficado em um nível quase intangível de generalidade (isto é, “em todas as línguas conhecidas há verbos ou partes do discurso que indicam ação”). Mas suponhamos que o tipo de estudo empírico que os lingüistas gerativos transformacionais e outros estão desenvolvendo produza de fato “generalizações interlingüísticas”. Estas não apoiariam necessariamente a teoria da gramática universal e das estruturas profundas inatas de Chomsky. A questão é capital e deve ser tratada com cuidado.

Chomsky postula “pré-composições inatas” profundamente implantadas ou gravadas na mente humana. Elas “devem ser simplesmente uma propriedade biológica”. Essas composições *podiam* levar, por meio de regras transformacionais, à produção de milhares de línguas humanas. Podiam, mas não há absolutamente razão óbvia para que tal se dê. Pelo contrário; dado um plano de estruturas básicas e regras funcionais, complexas, mas certamente finitas, esperaríamos a geração de um número muito restrito, claramente inter-relacionado, de línguas humanas. O que *deveríamos* encontrar, se a teoria chomskiana dos universais biológicos inatos fosse verdadeira, era a ordem de diversidade mostrada pela pigmentação e pela estrutura óssea humana. O grau de variedade aqui é totalmente diferente, tanto qualitativa quanto quantitativamente, da que encontramos na linguagem. Prossigamos: a lingüística de Noam Chomsky *poderia* dar conta, e poderia dar conta com notável economia e profundidade, de um mundo em que os homens falassem todos *uma* língua, diversificada quando muito por um moderado número de dialetos. O fato de que a gramática gerativa e transformacional estaria em harmonioso acordo com esse resultado, de que esse resultado é de algum modo tanto natural quanto óbvio para os postulados de Chomsky, parece-me lançar sérias dúvidas sobre todo o modelo. Como os grandes místicos da linguagem, de Nicolau de Cusa a Jacob Boehme, Chomsky com freqüência parece evocar a radiante ficção dessa língua única falada por Adão e seus filhos, mas para sempre perdida e pulverizada em Babel. Em suma, os aspectos

capitais da revolução chomskiana da linguagem parecem ir contra a natureza da situação lingüística em que a raça humana na verdade se encontra e na qual existiu desde o ponto a que a história e a conjectura podem retroceder.⁹

As controvérsias iniciadas pelas próprias polêmicas de Chomsky contra o behaviorismo estão apenas em sua fase inicial. Pode ser que os argumentos invocados contra a gramática universal sejam refutados e que a noção de estruturas profundas adquira melhor sustentação filosófica ou fisiológica. Recentemente, foram feitas asserções segundo as quais as crianças entre dezoito meses e dois anos de idade formulam frases de um modo que revela estruturas profundas ainda não encobertas por qualquer língua particular. Em especial, afirmou-se que há análogos chomskianos no modo como as crianças russas e japonesas adquirem suas respectivas línguas. Aqui de fato estaria o tipo de evidência concreta que está sendo amplamente esperada. O tempo e a investigação poderão falar. Uma coisa é clara: Chomsky é um pensador estimulante, possuído, tal como Spinoza antes dele, por um apaixonado apetite pela unidade, pela lógica e explicação completas. Há um elo comum de monismo no desejo de Chomsky de ir à raiz das coisas, sejam elas políticas ou lingüísticas. Mas poderia ser, para expor um lugar-comum de advertência, que nem a política nem a linguagem sejam absolutamente assim. A irracionalidade e a desordem obstinada do fato localizado podem mostrar-se resistentes às exigências da justiça política ou da lógica formal. Faz parte da envergadura da obra de Chomsky que sejam básicos os pontos de discordância levantados por ela. Para mim, o homem parece um animal mais estranho e mais diverso do que Chomsky o desejaria. E a torre de Nimrod ainda permanece destruída.

(1969)

(9) Chomsky a esta altura qualifica minhas observações de “irresponsáveis”. Afirma que “o que esperaríamos, dada a teoria dos universais formais e substantivos, é uma tremenda diversidade de línguas mutuamente ininteligíveis, todas satisfazendo o mesmo conjunto fixo de princípios invariantes, altamente restritivos. E a evidência indica que é isto exatamente que encontramos”.

Discordamos — muito, como se verá — quanto ao volume e à qualidade de “evidência” disponível. Para mim, a questão da “tremenda diversidade” e “mútua ininteligibilidade” é básica para qualquer teoria da linguagem humana e de como essa linguagem pode ter evoluído. Suspeito que Chomsky consideraria como apenas “de superfície” questões que parecem ser primárias e ontológicas. Este é precisamente o ponto de partida para trabalhar no sentido de uma teoria da tradução.

LINGÜÍSTICA E POÉTICA

I

O truísmo nu de que “toda literatura é linguagem” afirma tanto a auto-evidência quanto a grande dificuldade do argumento. *Toda* literatura — oral ou escrita, lírica ou prosaica, arcaica ou moderna — é linguagem em uma condição de uso especial. Cada forma literária — o encantamento de um bosquímano ou um *nouveau roman*, os versos estropiados na parede do banheiro ou as “Canções da alma em êxtase ao ter chegado ao cume da perfeição, que é a união com Deus, pela via da negação espiritual”, de são João da Cruz, *Rei Lear* ou *A ratoeira* — é nem mais nem menos que um ato lingüístico, uma combinação de unidades sintáticas. É possível haver linguagem sem literatura (linguagens artificiais ou de computador podem satisfazer essa condição negativa): não pode haver literatura sem linguagem. A afirmativa de Mallarmé de que os poemas são feitos não de idéias mas de *palavras* é de profunda perspicácia.

A literatura é “linguagem em condição de uso especial”. Aqui começam nossas dificuldades. Qual é essa condição? Todo discurso articulado, quase se pode dizer, todo ato fonético ou inscrição é suscetível de comunicar emoção e, em um contexto sistemático, de transmitir uma sensação de forma governada. Todos os sinais que emitimos são potencialmente ressoantes de valores e intensidades além daqueles da simples informação. Zola fez arte grosseira mas memorável com um inventário de queijos; Joyce podia, imagino, produzir música a partir de uma página ao acaso do catálogo telefônico. Em suma: não podemos, *a priori*, apontar qualquer ato ou elemento lingüístico e dizer: “isto está excluído de todo emprego

literário". De fato, no preciso sentido figurado na alegoria de Borges da biblioteca de Babel, essa "biblioteca que outros chamam de Universo", toda literatura — Êsquilo e Dante, Shakespeare e Tolstoi, bem como os mestres ainda não nascidos — é existente, é vida latente, no mero agregado mecânico da linguagem. É não mais do que uma certa combinação de palavras, potencialmente disponível como são todas as combinações, no vocabulário total e nos conjuntos gramaticais de uma dada língua.

No entanto, em alguma medida vital, essa combinação é realizada segundo critérios diferentes dos critérios da fala imediata ou pelo menos não inteiramente correspondentes a esses critérios (temos de ter muito cuidado aqui porque são precisamente os critérios da fala imediata, não-selecionada, que certos gêneros literários do naturalismo ou verismo parecem simular). O poeta, o "fazedor de literatura", escolhe seu material lingüístico entre a totalidade de meios expressivos disponíveis. Assim, naturalmente, faz quem formula uma frase ou mesmo um protesto monossilábico. Mas a seleção do poeta ocorre em um nível especial de deliberação. Provém de uma intensidade especial de foco consciente. Muitos — de fato, a maioria — dos indicadores pertinentes são comuns ao poeta e a quem quer que em sua sociedade falasse com clareza, força, ênfase pessoal e uma elegância mínima. Toda boa fala tem nela energias que são poéticas. Em poesia, exceto nos limites extremos do verso esotérico ou absurdo, as forças principais são as da expressividade comum. O intento literário, porém, em sua raiz obscura mas primária, é diferente. A literatura é linguagem libertada de uma responsabilidade suprema de informação ("suprema" é necessário porque boa parte da grande literatura, de *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo, a *O primeiro círculo*, de Soljenitsyn, destina-se a informar de modos inteiramente comparáveis aos de um tratado de agronomia ou de um artigo jornalístico). As responsabilidades supremas da literatura, sua ontologia ou *raison d'être*, estão fora da utilidade e/ou verificabilidade imediatas. Note-se, porém, como as dificuldades surgem: a imensa "utilidade" moral e psicológica da literatura é um lugar-comum — embora eu pense que ele precisa ser reexaminado —, e as "verdades" descobertas e comunicadas pela grande arte estão entre as melhores de que dispomos. Refiro-me a algo mais banal: o poema ou o romance podem mostrar-se de utilização extraordinária para a comunidade; as proposições que expus sobre a vida podem ser autênticas e de mais profunda validade. Mas esses benefícios serão, por assim dizer, ancilares. Não nos voltamos para a

forma literária como a primeira necessidade bruta de comunicação; sempre há um meio mais simples de dizer as coisas do que o do poeta. Talvez aqui a velocidade seja pertinente: a literatura é mais pródiga em tempo do que o discurso não-premeditado. Como a música, desloca-se em coordenadas temporais que são — de um modo tangível mas difícil de definir — próprias dela. Tanto as prolixidades quanto as concisões da linguagem literária têm marcações metronômicas que diferem daquelas dos fluxos rotineiros e amplamente indiscriminados do intercâmbio verbal comum.

Daí, acredito, o profundo e obsessivo esforço do poeta pela sobrevivência: a literatura é linguagem, em certo grau, fora do tempo comum; sobreviverá ao tempo melhor, segundo Ovídio, do que o mármore ou o bronze. E as verdades que ela expõe, embora não sendo menos rigorosas, menos importantes, menos radicais do que as expostas por um documento histórico ou um teorema matemático, não estão sujeitas aos mesmos modos de comprovação. Quando a literatura é mais ela própria, a soma de verdade e informação que lhe é inerente não pode ser abstraída, não pode — ou só pode muito imperfeitamente — ser parafraseada. A verdade e a informação particulares são indivisíveis da combinação exata de mecanismos expressivos formais, da singular "forma de execução" (termo de R. P. Blackmur) ou de apresentação de determinada ode, soneto, peça ou ficção. Na língua comum, uma importante proporção de material lingüístico é contingente, supérflua, meramente convencional; elementos vizinhos ou grosseiramente análogos podem ser substituídos e pouco se perderá. Idealmente — e há muito desse grau do ideal em Dante, em Keats, em um parágrafo de Proust — uma única alteração transformará ou destruirá o texto literário. Modificará a vida do significado. Uma forma poética *encerra* seu significado e é tão inseparável dos movimentos formais completos dessa ação quanto, na famosa indagação de Yeats, quem dança é inseparável da dança.

Voltemos ao início. A literatura é linguagem, mas a linguagem em uma condição de uso especial: sendo essa condição de total significação e de uma significação que é — para todo poema ou prosa literária verdadeiros — singular. Nenhuma substituição de qualquer elemento semântico, por menor que seja (considere-se o papel da tipografia em Mallarmé, em e. e. cummings), funcionará. Esses dois critérios parecem permitir uma avaliação aproximada e prática da distância entre literatura e o mundo da linguagem ou contexto léxico e sintático a partir do qual é extraída.

Mas, mesmo na medida em que a literatura é a todo instante e por definição extraída da história e do curso da língua correspondente, nossa compreensão da literatura é essencialmente lingüística.

Para a Antiguidade clássica isto era um truismo. Na medida em que a Antiguidade de algum modo tinha idéia de "literatura" (e continua discutível se e quando isso ocorreu), via o *métier* do poeta ou do trágico como sendo de especial aplicação: língua aplicada, de um modo perfeitamente deliberado e analisável, ao trabalho ou persuasão, instrução, ornamentação ou dissimulação, conforme fosse o caso. A poética ficou subordinada à retórica; ambas eram de modo patente do domínio do gramático e dos professores de discurso eloqüente. Nas sociedades políticas em que as artes do governo e da administração pública eram em grande medida as da formulação persuasiva, o poeta era exemplar supremo da fala eficiente. Em Homero, um homem podia encontrar citações para organizar para si, tomando emprestado termos únicos para economia e memorabilidade musical, quase qualquer postura de experiência cívica, militar de doméstica. A partir de trechos de Eurípides sobre a ira, sobre eros, sobre a vinda de uma tempestade, o falante da cidade aprenderia como alinhar de modo mais efetivo os recursos tonais, plásticos e gramaticais de uso diário. O gramático ao analisar a *Iliada* para gerações de estudantes, o escoliasta de Sófocles eram, no sentido mais pleno, lingüistas aplicados, "indicadores" dos encaixes e chafurduras com que os mestres carpinteiros da língua formaram notáveis artefatos lingüísticos. Que pudesse haver, como Platão expôs em *Íon*, fontes misteriosas, demoníacas, de impulso em atuação no arrebatamento criador do poeta de qualquer modo não diminuía a anatomia essencialmente retórica, racionalmente demonstrável de seu produto. Em um único ponto importante a concepção clássica da poesia e do teatro tocava em questões genuinamente fundamentais quanto à natureza da linguagem. Isto se deu no conflito entre a teoria platônica da *mimesis* e o modelo aristotélico de *katharsis*. A noção platônica da capacidade da linguagem, particularmente quando unida à música, para evocar a ação imitativa, sua percepção da possibilidade de que as ficções verbais enfraqueçam ou corrompam nossa apreensão do que Freud chamaria de "princípio de realidade", sua tentativa de distinguir negativamente entre verdades verificáveis e poéticas — tudo isto levantava questões lingüísticas de importância decisiva. A resposta de Aristóteles baseia-se em um senso muito menos agudo da linguagem e se inclina para uma apresada identificação de forma com conteúdo explícito. Todavia, na

Poética, não menos do que em *Íon* e na *República*, são colocadas, ou pelo menos sugeridas, questões referentes às operações de linguagem que até agora não foram resolvidas. Quanto ao resto, as poéticas da Antiguidade são, decididamente, um ramo do estudo da gramática e do discurso público. Via Cícero e Quintiliano, essa classificação prevalece em todo o estudo medieval e escolástico da palavra escrita.

Um conhecido exemplo é o *Didascalicon*, de Hugues de Saint-Victor, com seu significativo subtítulo *De studio legendi* ("uma arte de leitura"), e que data da primeira metade do século XII. A rubrica dominante é a da *lógica*. o estudo tanto analítico quanto heurístico das leis adequadas e das convenções eficazes da fala humana, quando essa fala é purificada da casualidade e da anarquia do uso vulgar. A análise da gramática leva à da argumentação (*logica dissertativa vel rationalis*), sendo demonstração, dialética e invenção os objetivos naturais das estruturas lingüísticas completamente dominadas e organizadas. A *rhetorica* é uma subespécie dessa divisão triplíce, como a literatura e a eloqüência secular são casos especiais da dialética persuasiva e ornamentada.

Essas taxonomias neo-aristotélicas ou pós-helenísticas podem nos parecer arbitrárias ou não-perceptivas. Mas trouxeram com elas um escrúpulo e uma força da prática lingüística verdadeira que constituem uma das glórias reais e quase extintas da tradição inquisitiva ocidental. Os exegetas do século XII até Scaliger possuíam um conhecimento de formas prosódicas, um tato para as fibras vivas e técnicas da gramática, uma familiaridade com as fontes sintáticas de *pathos*, violência e sublimidade, que dificilmente podemos pretender igualar. Podem ter trabalhado na superfície da linguagem, mas era uma superfície intrincadamente mapeada — e muito mais literatura do que a teoria romântica nos teria feito supor é superfície, convencionalmente impelida e publicamente construída. Os gramáticos escolásticos e renascentistas sabiam que, independentemente de qualquer coisa, o grande escritor é um técnico, um artesão que demonstra habilidades profundas, mas em última instância públicas e compreensíveis. Os gramáticos de Port-Royal, no século XVII, que são tão invocados no debate atual sobre gramáticas transformacionais, eram os herdeiros diretos dessa tradição da retórica escolástica.

Por que o século XVIII teria sido tão indiferente às estruturas lingüísticas subjacentes à literatura é um problema que, até onde sei, foi pouco examinado. As razões provavelmente são importantes.

O ideal do século XVIII era, fundamentalmente, o da paráfrase lúcida: o gênero lírico ou dramático era uma elevação, um embelezamento de um conteúdo que podia, por sua vez, ser extraído do poema e formulado em prosa do dia-a-dia. Esses critérios de inteligibilidade, resistente clareza e ordenada seqüência que provêm o melhor da literatura clássica e neoclássica com sua peculiar força urbana, eram, no melhor sentido, prosaicos. Além do mais, essa civilidade universal pela qual o século XVIII lutou — a noção de que quase toda a vida sentida e pensada podia ser expressa em francês elegante, comedido — militou contra qualquer concepção mais cuidada, mais penetrante dos limites ou profundezas locais da linguagem. A esses fatores devemos acrescentar uma tendência característica, que se tornará ainda mais ampla durante os períodos vitoriano e moderno, de moralização horaciano-cristã. O trabalho literário seria julgado não como artefato lingüístico, definindo seus próprios padrões estilizados, extraterritoriais, de verdade e pertinência: seria visto por seu conteúdo ético explícito e assim julgado. A observação do doutor Leavis sobre a crítica de Samuel Johnson a Shakespeare pode representar um traço essencial em toda a época neoclássica:

Sem realmente apreciar a poesia, ele não pode apreciar a organização dramática; de modo mais geral, não pode apreciar os modos como não apenas o teatro de Shakespeare, mas todas as obras de arte *representam* seus julgamentos morais. Para Johnson uma coisa é expressa ou não existe.

Ora, em outros termos: o século XVIII valoriza a grande literatura a despeito, em vez de por causa, da língua em que realiza o que para nós é sua vida única, determinante.

Mas foi precisamente no final do século XVIII, com o famoso trabalho de Sir William Jones sobre o sânscrito e suas relações com o grego e o latim, de 1786, que a lingüística comparada no sentido moderno teve início. Na década de 1820, haviam sido claramente colocados muitos dos problemas que hoje reconhecemos como essenciais no estudo da linguagem.

Que August Wilhelm von Schlegel fosse, ao mesmo tempo, crítico literário de grande importância, cuja ênfase na natureza orgânica de uma obra de arte exerceu grande influência em todo o movimento romântico, e professor de sânscrito em Bonn ilustra adequadamente o novo estado de espírito. É a partir do início do século XIX que a lingüística técnica, a filosofia da linguagem e o es-

tudo da literatura se empenharão em um empreendimento de colaboração conjunta — embora com freqüência interrompido e mutuamente desconfiado. E assim farão com consciência das complexidades e senso de discriminações entre possíveis disciplinas muito diferentes das confiantes classificações de literatura e retórica feitas por gramáticos antigos e medievais.

Em Coleridge quase todos os aspectos da nota moderna são tocados ao mesmo tempo e com uma ressonância que alcança nossa época. Tenho em mente os capítulos XV a XXII da *Biographia litteraria*, textos em que uma sensibilidade poética e lingüística se conjugam a uma acuidade perceptiva, amplitude de exata inferência e consciência das ordens de dificuldade envolvidas que eu ainda considero insuperadas. A noção dominante de Coleridge é simples: “Pois a linguagem é o arsenal da mente humana; e ao mesmo tempo contém os troféus de seu passado e as armas de suas futuras conquistas”. Crucialmente, há por trás dessa afirmação uma convicção, possivelmente proveniente de Kant e Schelling, de que a linguagem é menos um espelho passivo que um feixe de luz intensamente energizado, conformando, situando e organizando a experiência humana. “Falamos o mundo”, e o poeta faz o mesmo com excepcional alcance e segurança de foco. Dessa convicção provêm as sutilezas e precisões recriativas da crítica prática de Coleridge sobre Shakespeare e Wordsworth. Considere-se esta passagem sobre os efeitos do metro (capítulo XVIII):

Na medida em que o metro atua em si e por si, tende a aumentar a vivacidade e suscetibilidade tanto dos sentimentos gerais quanto da atenção. Produz esse efeito pela continuada provocação da surpresa e pelas rápidas retribuições da curiosidade sempre gratificada e sempre novamente provocada, que são muito leves de fato para serem em qualquer momento objetos de distinta consciência, embora se tornem consideráveis em sua influência conjunta. Como atmosfera desinfetada, ou como vinho durante animada conversa, atuam poderosamente, embora sem serem notados. Onde, portanto, correspondente alimentação e apropriada matéria não são fornecidos à atenção e aos sentimentos assim despertados, aí as necessidades têm de ser um desapontamento sentido; como o de saltar no escuro a partir do último degrau de uma escada, quando preparamos nossos músculos para um salto de três ou quatro.

Não é apenas a complexa agudeza da passagem que pede comentário e reflexão: é a discreta mas inegável antecipação das orientações de pensamento que, hoje, são designadas como semântica, o estudo

contrastivo da ênfase, psicolinguística e mesmo biolinguística. Ou tomemos a definição — não menos rigorosa por se valer de imagem — da especial excelência das representações da natureza feitas por Wordsworth: “Como um campo verde refletido em um lago calmo e perfeitamente transparente, a imagem se distingue da realidade apenas por sua maior suavidade e brilho”. Note-se, por fim, o controle do que o próprio Coleridge denominou “instrumentos especulativos”, a firmeza do vocabulário crítico que informa a observação severa de que há em parte da poesia de Wordsworth “uma aproximação do que poderia ser chamado de bombástico *mental*, em oposição ao verbal”.

Que os caminhos abertos pela “poética linguística” de Coleridge não tenham sido seguidos durante o século XIX — sendo exceção alguns dos textos críticos de Baudelaire, embora uma exceção dirigida de modo mais incisivo para a arte do que para a literatura — é, em parte, um acidente da disponibilidade ou ausência de índole pessoal. Há aspectos em que Coleridge não teve sucessor imediato além de Newman. Mais enfaticamente, as duas grandes energias do estudo literário do século XIX foram moralistas e históricas. A tradição moral leva do doutor Johnson a Matthew Arnold e por fim a Leavis. A tradição histórica é a de Sainte-Beuve e Taine, cujo herdeiro moderno seria Edmund Wilson. A linguística comparada, com seus acentuados sucessos no estabelecimento da genética e morfologia das línguas indo-européias, desenvolveu-se paralelamente à compreensão da literatura. Os contatos mútuos foram poucos e superficiais.

Mas é a presença de Coleridge que se mantém mais vívida e premonitória quando a moderna “revolução da linguagem” tem início na virada de nosso século.

II

Como procurei mostrar em outra parte deste conjunto de ensaios, essa revolução teve muitas fontes concordantes. O reexame dos fundamentos da lógica matemática que associamos com Hilbert, Frege e a obra inicial de Russell levou tanto ao desenvolvimento da moderna lógica simbólica quanto ao reconhecimento capital de que essa lógica, não menos do que a própria matemática, era um código, uma estrutura de informação, com dilemas e potencialidades relativos à compreensão da linguagem. O trabalho de Cassirer sobre a

natureza essencialmente simbólica da expressão humana (trabalho enraizado em Vico e Coleridge) tocava em mais de um ponto no trabalho dos lógicos simbólicos e matemáticos. Embora inicialmente sem ciência do fato, e até mesmo resistente a ele, o movimento psicanalítico foi, fundamentalmente, uma exploração dos hábitos de linguagem, dos gestos verbais da consciência; a matéria-prima do processo psicanalítico é inevitavelmente linguística. As percepções psicanalíticas da neurofisiologia da vida mental permanecem conjecturais; suas revelações no reino do uso e tabu linguísticos, da ambivalência e patologia semânticas estão firmemente estabelecidas. Correlativamente a esse movimento podemos citar o estudo metódico da evolução da fala nas crianças tal como se vê em Piaget.

Essas várias correntes de pensamento eram claramente paralelas às presentes em filosofia: por trás da proposição de Wittgenstein de que a filosofia é essencialmente “terapia da fala”, por trás da insistência de suas *Investigações* em que a tarefa natural e primordial do filósofo é a elucidação dos usos da sintaxe pelos homens, encontra-se uma importante mudança de atitude. A filosofia linguística, que desde Carnap, Wittgenstein e Austin tem sido tão dominante em nossa própria compreensão do empreendimento filosófico, representa uma reação contra as arquiteturas confiantes de significado total, de história total ou metafísica que marcam Hegel, Comte e o século XIX. Mas representa também a convicção de que qualquer exame do significado é, de início e talvez também na análise final, um exame da gramática correspondente, das instrumentalidades da língua pelas quais e através das quais o homem sustenta e experimenta possíveis modelos de realidade. Essa convicção e sua atuação em filosofia, literatura e arte são, penso eu, diretamente concordes com uma profunda crise de confiança na linguagem acarretada pela ruína dos valores humanistas clássicos depois de 1914. As investigações do silêncio, dos limites da linguagem em face da extrema necessidade humana que caracterizam o trabalho de Wittgenstein, de Kafka, de Rilke, do movimento dadaísta, que persistiram até a música quase silenciosa de Webern e os vazios de quietude em Beckett — são todos da mesma espécie. Tendo ficado indecisos quanto aos poderes e valores humanos da linguagem, lógicos, escritores e artistas retornaram à linguagem com uma consciência cautelosa.

É precisamente a partir desse período que podemos datar essa interação de colaboração entre linguística e poética prenunciada na retórica medieval e em Coleridge.

Os principais fatos são bem conhecidos. Em 1915, um grupo de estudantes da Universidade de Moscou fundou o Círculo Lingüístico de Moscou. Um ano depois, alguns jovens filólogos e historiadores da literatura deram início à Sociedade de Petersburgo para o Estudo da Linguagem Poética. Desde o início, essas associações se caracterizavam por uma colaboração excepcionalmente estreita de poetas, lingüistas técnicos e historiadores da língua e literatura russas. Na famosa ocasião em que Roman Jakobson leu seu trabalho "A linguagem poética de Khlebnikov" — trabalho que prenunciava quase todo o desenvolvimento da atual análise lingüística da literatura —, Maiakovski estava presente. Poetas como Gumilev e Akhmatova estavam em contato próximo com as análises lingüísticas da sintaxe poética empreendidas em Petersburgo por Viktor Sklovski e Boris Eichenbaum. Com a publicação, em 1916, de um volume coletivo, *Estudos sobre a teoria da linguagem poética*, estava plenamente iniciado o movimento moderno. Bastam os títulos de trabalhos como "A acumulação de líquidas idênticas na fala prática e poética", de L. Jakubinski, ou "Como é feito o 'Capote' de Gogol", de Eichenbaum (com seu inovador estudo de cadência, fraseados e grupos de imagens em um texto de prosa narrativa), para definir um projeto de trabalho que só agora está sendo plenamente avaliado. Por meio de seu conhecimento de filologia eslava, de poética e das novas teorias da linguagem em desenvolvimento por Saussure, Jakobson uniu em seu próprio trabalho as principais energias da abordagem formalista ou lingüístico-poética. Seu tratado *Sobre o verso tcheco*, publicado em 1923, pode ser considerado como o primeiro exemplo de uma aplicação metódica de critérios semânticos modernos (ou, como são mais tecnicamente denominados, semasiológicos) a uma análise comparativa da estrutura e dos efeitos dos padrões métricos. A escolha da língua não era acidental. Com os crescentes ataques marxistas ao formalismo e com a saída de Jakobson da União Soviética, o foco da lingüística poética se deslocara para Praga.

Certos estudiosos tchecos considerariam que os primórdios da escola lingüística de Praga remontam a 1911; o que é certo é que o Círculo Lingüístico de Praga realizou sua primeira reunião em outubro de 1926 e que ele rapidamente se tornou um influente centro de exame da literatura à luz da lingüística. A contribuição para a atual sensibilidade lingüística feita por Jakobson, por N. S. Trubetskoi, por J. Mukarovski dificilmente seria superestimada. Foi aí que aqueles conceitos do estruturalismo e da semiologia, hoje tão em

moda, foram expostos pela primeira vez, e expostos com sensibilidade à índole da poesia e às exigências da filologia exata, que atuais imitações, em especial na França, via de regra não conseguem igualar. Foi no manifesto de Praga que conceitos que hoje são banais tiveram sua primeira formulação: a linguagem é "um todo coerente em que todas as partes interagem umas com as outras"; "apenas a poesia permite-nos experimentar o ato da fala em sua totalidade e nos revela a linguagem não como um sistema estático pronto, mas como energia criativa"; "tudo na obra de arte e em sua relação com o mundo externo [...] pode ser discutido em termos de signo e significado; nesse sentido, a estética pode ser considerada como parte da moderna ciência dos signos, a semasiologia". Ora, para colocar a questão de modo simples: o estudo de um poema é uma tentativa de registrar exhaustivamente os elementos semânticos ou a estrutura de sinais de que esse poema é feito e através da qual apenas ele alcança nossa consciência.

O Congresso sobre Estilo realizado na Universidade de Indiana, em 1958 (como o congresso sobre lingüística e antropologia realizado no mesmo local seis anos antes), foi planejado para sumarizar quarenta anos de trabalho já realizado e delinear futuro progresso em colaboração. Foi aí que Roman Jakobson recapitulou os principais efeitos da revolução da linguagem em nossa compreensão da literatura. Primeiro, uma admoestação:

Os recursos poéticos ocultos na estrutura morfológica e sintática da língua, em suma a poesia da gramática, e seu produto literário, a gramática da poesia, raramente foram de conhecimento dos críticos e na maioria das vezes foram desconsiderados por lingüistas, mas destramente dominados por escritores criativos.

E então a colocação programática:

Todos nós aqui, no entanto, percebemos que um lingüista surdo à função poética da linguagem e um estudioso de literatura indiferente aos problemas lingüísticos e sem conhecimento dos métodos lingüísticos são anacronismos igualmente flagrantemente.

Em que medida esses objetivos e reconhecimentos, expostos pela primeira vez em Petersburgo e Praga há meio século, foram realizados?

Qualquer tentativa de resposta abrangente se tornaria, necessariamente, uma bibliografia. Teria de incluir uma análise do ramo especial da crítica prática lingüística e poética representado pelas instigações de C. K. Ogden e pelos textos de I. A. Richards e Wil-

liam Empson. Examinaria a crítica “hermenêutica” fragmentária mas formidavelmente sugestiva de Walter Benjamin, com seu empenho de combinar uma metodologia lingüística com uma sociológica na leitura do drama barroco e de Baudelaire. Ver-se-ia inclinada a falar bastante (embora, no que me diz respeito, com cautela adversa) da “semiótica”, “semiologia” e “gramatologia estrutural” atualmente florescentes na França. Pediria especial atenção para vários textos capitais: “More semantic of poetry” (1940), de Josephine Miles; “Wanted: an ontological critic” (1941), de John Crowe Ransom; *A grammar of metaphor* (1958), de Christine Brooke-Rose; “Poetic process and literary analysis”, de I. A. Richards, e “Linguistics and poetics”, de Jakobson (ambos de 1960); “Poetry and grammaticality” (1964), de Samuel R. Levin. Os estudos do professor Stephen Ullmann sobre a sintaxe do romance francês seriam altamente pertinentes, assim como os dois incisivos livros de Donald Davie sobre energia e estrutura no verso inglês. Gostaríamos de examinar as sugestivas análises de codificação, padrões de informação e estrutura narrativa nas canções folclóricas primitivas ou arcaicas e na recitação oral feitas por T. A. Sebeok e Tzvetan Todorov. O terreno já é muito amplo e impossível de alinhar segundo qualquer critério único de intenção ou sucesso.

Todavia, não pode ser ignorada a acusação de que todo esse desdobramento de recursos lingüísticos, de inteligência filosófica, de sensibilidade formada para a vida poética da linguagem não contribuiu efetivamente tanto para nossa leitura de um poema. Repetidamente se dirá que a aplicação de categorias semânticas sofisticadas, o desmembramento quase matemático de um texto literário, a elaboração léxica e sintática de sua armadura produzem conclusões que são inconvincentemente esotéricas ou corriqueiras. Certamente não temos necessidade de Jakobson ou Saussure para nos dizerem que a justaposição de palavras anglo-saxônicas e palavras de origem latina em um verso shakespeariano favorece o contraste dramático, ou que a nítida sucessão de vogais fechadas em um poema de Mallarmé — a letra *i*, por exemplo — favorece efeitos nítidos de frágil brancura e frio. E, acima de tudo, com que a lingüística, a semiologia e a psicolingüística contribuíram para o problema fundamental da invenção, para nossa compreensão do processo pelo qual certos seres humanos encontram palavras que são profundamente novas, embora de certa forma ocasionem no leitor do poema um mistério de reconhecimento imediato?

Declarar a enorme dificuldade de toda a questão não é fuga.

Verifica-se que uma análise formal completa mesmo dos mais rudimentares atos de fala coloca problemas quase intratáveis de método e definição. Mesmo a existência ou a rigorosa designação de morfemas como “os menores elementos isoladamente significativos nos enunciados de uma língua” não são universalmente aceitas, e tem havido tentativas recentes de definir as partes atômicas da língua em termos ainda mais restritivos ou mais gramaticalmente ativos (ou seja, o uso da noção de “sememas”). Uma olhada em qualquer obra atual sobre gramática transformacional gerativa mostra que operações intrincadas e pressuposições filosófica ou psicologicamente conjecturais estão envolvidas na descrição normativa das mais simples frases de três ou quatro palavras e das unidades das frases. A advertência do doutor Leavis, embora eu a considere em última instância equivocada ou excessivamente simplificada, de que “a linguagem, no sentido pleno, na realidade concreta plena [...] elide o conhecimento de qualquer forma de ciência lingüística” merece ser registrada. De fato, é muito discutível se há, por ora, uma autêntica “ciência lingüística”, distinta de um corpo de hipóteses preliminares e *données* empíricas parciais.

Transponham-se essas dificuldades para o que é, inquestionavelmente, o mais complexo de todos os fenômenos semânticos, um poema, um importante texto literário, e a fantástica complicação da tarefa se torna óbvia. Cada um dos elementos do ato de comunicação que a lingüística procura definir e formalizar assume, na literatura, uma força e complexidade exponenciais. Ao decodificar ou analisar formalmente mensagens simples, a lingüística e a semiologia deparam com obstinados problemas de contexto. Até onde o computador ou o receptor humano devem voltar na leitura a fim de estar certos do sentido correto de determinada expressão ou mesmo de uma única palavra? Em um poema, talvez até mesmo em uma obra da dimensão de um romance de Flaubert, o contexto pertinente é total. Cada bloco de construção verbal e sintática relaciona-se com o significado de quaisquer passagens determinadas. Entre essa passagem ou verso e o conjunto da obra, estão em atuação qualificações, iluminações recíprocas, subcorrentes irônicas ou comproban-tes. Nosso entendimento da expressão determinada ou do parágrafo altera a configuração viva do livro e, por sua vez, é transmutada por ela. A natureza orgânica, auto-informante de um texto literário torna extremamente vulnerável a análise formal de unidades semânticas ou momentos isolados. O mesmo é verdadeiro no tocante a noções como “tom”, “ênfase”, “valorização”, “registro”, cada uma

das quais é decisiva para a significação de qualquer elemento do poema.

Todavia, são precisamente essas noções, mesmo quando ocorrem na mais convencional das formas lingüísticas cotidianas, que até agora desafiaram uma classificação lingüística acurada. Que a linguagem é polissêmica — ou seja, que a mesma palavra pode significar coisas muito diferentes e articular essa diversidade simultaneamente — é sabido desde o dia em que Ulisses usou um trocadilho lingüístico para desbaratar os ciclopes. Em poesia, e em muito da prosa literária, é constante a polissemia, com todos os seus artifícios de jogo de palavras, *double entendre*, ambigüidade e *ecc fonético*. Um grande poeta é aquele em torno de cujo uso de qualquer palavra isolada se reúne um conjunto magnético de ressonância, de implicações e sugestões. Quando o Fantasma diz a Hamlet que os segredos do purgatório fariam seu cabelo ficar em pé “como os espinhos de um encrespado porco-espinho”, a expressão sugere fortemente um timbre heráldico. Essa sugestão foi preparada, em surdina, pela anterior descrição que Horácio faz do Fantasma como “armado de prontidão, dos pés à cabeça”. Agora a insinuação e a família de imagens associadas se desenvolvem: o Fantasma adverte Hamlet de que as terríveis verdades do purgatório não devem ser *blazoned forth* [tornadas públicas]. Originalmente, *blazon* significava “um escudo pintado”; por derivação, passou a significar “o ato de revelar”, “de identificação”, que é objeto da heráldica. Mas o simples som da palavra, sendo o eco aqui mais simples e mais profundo que o de um trocadilho, faz-nos apreender *the blaze* [a labareda], o fogo purificador em que o Fantasma está condenado, por algum tempo, a viver. Shakespeare podia não “saber” que a moderna filologia atribuiu uma origem remota comum às duas palavras. Mas esse conhecimento estava ativo e implícito em seu uso total de todas as avaliações e tonalidades da língua. Tome-se a profecia do Bufão em *Lear* de que seu senhor deverá ser tratado *kindly* [benevolentemente] por Regan. Terríveis dúvidas e ironias encontram-se nessa pequena palavra. Há *kindness* [benevolência] em nosso *kind* [gênero] humano? E se cada homem procede segundo sua *kind* [natureza]? E Shakespeare, com sua máxima sensibilidade às múltiplas indicações da língua, supôs o tronco etimológico comum que faz de *Kind* a palavra alemã para *criança*?

Como poderá a lingüística estar à altura, trabalhando com a análise da “estrutura profunda” de pronunciamentos como “João ama Maria”?

Todavia, muito se alcançou, especialmente no tocante à atitude psicológica e no tocante a uma consciência das ordens de dificuldades que estão envolvidas. Leitores sérios de literatura lêem de modo diferente desde, digamos, Jakobson e I. A. Richards. Foi aguçada a percepção dos modos como um poema define sua própria esfera semântica, como os critérios de significação são internalizados. Lidamos de modo muito mais prudente que o doutor Johnson ou Matthew Arnold com a questão da verdade poética; agimos de acordo com a suposição de que a linguagem metafórica tem verificações e coerências que são internas e cuja justificação tem uma lógica, ou melhor, uma *lógica simbólica* própria. Nossas percepções dos meios de deslocamento sintático usados em poesia, das determinações específicas geradas para a audição por certas seqüências fonéticas e fonológicas, são muito mais sensíveis que as disponíveis para a crítica do século XIX e a crítica impressionista. Uma compreensão da natureza combinatória da prosódia, da maneira como o plano gráfico de um verso de poesia pode ou concordar ou conflitar com padrões fonêmicos, já produziu resultados sólidos no estudo do verso do século XVI e do verso moderno. É mais do que engenhosidade uma análise estatística mostrando que efeitos sonoros segmentais em Pope provavelmente correspondem a significados léxicos, ao passo que em Donne, provavelmente de modo intencional, os efeitos sonoros raramente coincidem com unidades sintáticas e semânticas: implica percepções fundamentais sobre as diferenças no uso do sentimento e dos meios expressivos como entre a poética metafísica e neoclássica. As portas abertas em 1921 pelo famoso ensaio de Sklovski sobre *Tristram Shandy* enquanto forma paródica de narração, analisável pelos instrumentos precisos da lingüística, cedo não se fecharão.

Acima de tudo, está nossa consciência da complexidade que se aprofundou. Sabemos, como não sabíamos antes, que, se a literatura, de algum tipo, é um fenômeno universal, se a criação de um mundo lingüístico, relacionado mas também profundamente distinto do mundo do fato sensorial, é geral e provavelmente espontânea no homem, o produto é especial e ferozmente difícil de interpretar plenamente. Sabemos um pouco mais do que culturas anteriores sobre os antimundos ou contramundos do poeta e sobre a liberdade intensamente circunscrita dentro da qual atuam. Estamos nos aproximando, embora a passos pequenos, da apreensão do escandaloso prodígio pelo qual um conjunto de sinais orais ou escritos pode criar personagens mais “reais” e certamente mais duradouros do que nossas próprias vidas e as vidas de seus criadores. Que enig-

ma das vitalidades autônomas da linguagem se encontra no amargo protesto de Flaubert de que ele morria, enquanto que *Mme. Bovary*, a insignificante criatura de seus trabalhos verbais, perduraria? Em suma: nossos conceitos de literatura se tornam mais ricos e mais provisórios. A famosa frase de T. S. Eliot sobre algo que “ocorreu com a mente da Inglaterra” entre a época de Donne e a de Tennyson não apenas impressiona hoje como sendo portentosamente inverificável: corporifica o estilo de julgamento daquele que pode muito bem ter sido o último crítico literário importante, quase inteiramente destituído de formação ou interesse pela lingüística moderna.

Mas, em vez de esboçar um balanço, eu gostaria de enumerar os principais problemas e possibilidades que estão diante da poética lingüística.

III

Esse estudo da natureza lingüística especial da poesia, iniciado com as discussões sobre *epitheta ornantia* no Círculo Lingüístico de Moscou, há cinqüenta anos, deve prosseguir. Queremos saber mais sobre as suspensões de causalidade convencional e seqüência lógica no discurso poético. Queremos conhecimento mais exato (a questão já havia sido colocada por Platão) da atuação “cinética” de diferentes metros e padrões estróficos, sobre os modos como ênfase, acentuação, rima, repetição, assonância, *enjambement* afetam nossos receptores nervosos e desencadeiam emoções em geral concordantes com o conteúdo manifesto do poema, mas às vezes diretamente subversivas dele. Na década de 30, I. A. Richards confiava em que essa “retórica de efeitos” estava dentro do âmbito analítico; isto na verdade se mostrou enganoso. Precisamos conhecer bem mais do que conhecemos sobre as táticas epistemológicas pelas quais um poema (“Anecdote of the jar” [Anedota do jarro], de Wallace Stevens, é um grande exemplo desse tema) separa-se da realidade, embora, se a autoridade do poeta se mostra suficiente, vá infundir na realidade novas possibilidades de ordem e relação:

The wilderness rose up to it,
And sprawled around, no longer wild.
The jar was round upon the ground
And tall and of a port in air.

It took dominion everywhere.
The jar was gray and bare.

It did not give of bird or bush,
Like nothing else in Tennessee.*

Como se verifica, uma análise formal, sintática, dos dois últimos versos encontrará dificuldades que levam diretamente à natureza secreta do poema.

Consistindo em grandes unidades e sendo, aparentemente, de estrutura tão difusa, a prosa tem se mostrado fortemente resistente à análise minuciosa. A história de Saintsbury dos ritmos da prosa inglesa hoje impressiona por ser excessivamente simplificada e com freqüência doutrinária. Mas está se tornando claro que os elementos lingüísticos que entram na criação de um grande estilo de prosa — digamos, o de Tácito, de Swift, de Stendhal — não são menos acidentais e nem menos passíveis de investigação formal que os do verso. A zona fronteira, tão explorada desde a década de 1880, em que se encontram a poesia em prosa e a prosa poética é, de um ponto de vista lingüístico, particularmente reveladora. Uma grande prosa — *Neveu de Rameau*, de Diderot, *Metamorfose*, de Kafka — tem sua música própria, e uma música para a qual não temos até agora notação adequada.

A tipologia dos gêneros literários e das convenções de estilo ainda está em um estágio rudimentar. Os hábitos de memória, de desdobramento narrativo, de descrição formular em uma epopéia heróica refletem um conjunto de fatores sociais, econômicos, psicológicos e lingüísticos. A história do soneto, de Petrarca a John Berryman, é a história de um delineamento de asserção muito especial, embora perenemente formativo; um soneto organiza o mundo de um modo que numerosos poetas consideraram indispensável, mas cujo fundamento profundo ainda não foi completamente compreendido. A carreira da ode é a de uma certa expressão de sentimento enfático, público. Há inter-relações fundamentais mais obscuras entre a ascensão do romance e as mudanças ocasionadas na experiência humana do tempo pelo desenvolvimento da tecnologia científica e industrial. A linguagem antecipa e encena a pulsação cambiante da vida material. De que modo o *accelerando* da comunicação moderna — o laconismo-relâmpago do telefone e do telégrafo — militou

(*) O mato foi até o jarro, / E virou grama, e o circundou. / O jarro era redondo e alto / E algo de um portal no ar. // Por toda parte imperou / O jarro liso e sem cor. / Nele nem pássaro nem planta, / Só nele, em todo Tennessee.” (Tradução de Paulo Henriques Britto, in *Poemas*, de Wallace Stevens, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.) (N. T.)

contra os hábitos de elaboração, de riqueza de adjetivos, de formalidade verbal que subjazem ao teatro em verso? Quais correlações podem ser mostradas entre mudanças na vida sexual e mudanças tanto nos tabus verbais reais quanto na cadência da prosa contemporânea? Em que aspecto as mudanças que hoje ocorrem em nossos hábitos lingüísticos levam a que se antecipem os novos e diferentes gêneros que se seguirão ao declínio do romance?

Mal possuímos os rudimentos de uma teoria da tradução, de um modelo de como a mente atua quando passa de uma língua para outra. Falando da tentativa de transferir para o inglês um conceito filosófico chinês, I. A. Richards observou: "Temos aqui de fato o que muito provavelmente pode ser o tipo mais complexo de acontecimento até agora produzido na evolução do cosmo". Mas que tipo de acontecimento é este? Estamos lidando, como expõe a hipótese de Sapir-Whorf, com uma situação em que cada uma das talvez 4 mil línguas hoje em uso na terra exprime uma segmentação da realidade específica e em última instância irreduzível? Línguas diferentes são modos radicalmente diversos de estruturação e experimentação da realidade? Nesse caso, mesmo a melhor das traduções é uma espécie de aproximação mimética ou transferência ilusória. Ou os fundamentos de todas as línguas são um conjunto finito de universais inatos — sendo esta a concepção de Zelig Harris, Chomsky e da gramática transformacional? Se assim é, há a possibilidade de autêntica tradução, e os análogos de estrutura profunda das línguas humanas se mostrarão mais importantes que as disparidades de superfície. Nesse campo, a revolução da linguagem tem importância crucial. Sendo uma busca de padrões subjacentes de significação essencial, o problema da tradução tem afinidades com a lógica simbólica e com o estudo da linguagem enquanto código combinatório.

Consideráveis trabalho e gasto se dirigem para a questão da tradução mecânica. Esta, por sua vez, é um ramo especial dos usos de computadores para análise lingüística. Digo desde já que sou cético. Suspeito que mesmo os mais sofisticados computadores forneçam modelos de frases que são muito elementares, muito esquemáticos para lançar verdadeira luz na competência e no desempenho lingüísticos humanos. Particularmente no tocante a determinações de significado e implicação, juízos que se baseiam em uma apreensão de todo o contexto pertinente, as células e sinapses eletroquímicas do cérebro humano, num número que chega a dez à 14ª potência, atuam em uma velocidade e em um nível de refinamento seletivo que, suponho, estão além do alcance da computação mecânica.

ca. Sou cético também no tocante às potencialidades da tradução mecânica. Há aqui difundida confusão. A construção de glossários especiais gigantes é em definitivo possível. Tais glossários podem de fato acelerar enormemente o trabalhoso processo da tradução de documentos científicos e tecnológicos. Mas esses glossários eletrônicos, por mais refinados que sejam, não são mais que superdicionários; são auxílios para a tradução humana. Em sentido próprio, não traduzem um corpo de matéria lingüística normal para um corpo paralelo em outra língua. O sumário apresentado pelo doutor Yngve em *Proceedings of the American Philosophical Society*, de 1964, parece incontestável:

O trabalho de tradução mecânica depara com uma barreira semântica. (...) Vimo-nos diante da compreensão de que só teremos tradução mecânica adequada quando a máquina puder "compreender" o que estiver traduzindo e esta será de fato uma tarefa muito difícil.

E até agora não surgiu nenhuma evidência para contradizer a conclusão do chamado relatório ALPAC publicado em Washington, em 1966; "Não há perspectiva imediata ou previsível de tradução mecânica útil". Todavia, as linhas de investigação que levaram a essas conclusões negativas são do maior interesse lingüístico. Através delas estamos aprendendo muito sobre a natureza e os limites da linguagem, sobre os conceitos — até então bastante impressionistas — do que se quer dizer com a possibilidade ou impossibilidade de tradução literal e poética. Em certas áreas estritamente definidas, além do mais, tal como a determinação estatística das relações entre o vocabulário literário e o comum em dado período da história, tal como a descrição acurada dos índices de mútua interpenetração de absorção de línguas diferentes ou no mapeamento analítico de hábitos lexicais e gramaticais em um determinado autor ou corpo de obra anônima (as epístolas paulinas, as cartas de "Junius"), os computadores têm um papel útil. De fato, é exatamente no ponto em que falham que podem nos dizer mais sobre a natureza singular da linguagem e sobre o "animal com linguagem".

Além de todas essas questões, imensamente difíceis, encontram-se indagações e possibilidades de estudo ainda mais amplas e mais intrincadas. Certas línguas são mais aptas que outras para a literatura? Todas as sociedades de que temos conhecimento concebem e executam música. De modo algum todas têm uma literatura, exceto no sentido mais rudimentar e vagamente ampliado do termo. Os fatores básicos são sociais, econômicos, geográficos? Ou

há na própria estrutura de certas línguas uma latência de invenção poética? Foi isto que na gramática do antigo hebraico e grego gerou, ou, pelo menos, facilitou, formas duradouras de expressão simbólica, enquanto culturas vizinhas — do Egito, por exemplo — produziram textos rituais mas não peça de ficção livre, não-utilitária? O homem é um primata que pode mentir, que pode fazer declarações “impossíveis” e contrafactuais. Que característica do material de certas línguas transmudou essa estranha capacidade em literatura? Certas línguas estão mais ancoradas nas verdades materiais da realidade que outras? O que dizer da poética e metafísica do futuro verbal, esse estranho recurso pelo qual a mente humana se apropria antecipadamente de um amanhã que o falante vivo não experimentará e cuja própria existência é uma inferência sintática? A poesia, em algum sentido fundamental, é sempre em parte rememoração e em parte profecia — sendo a própria realidade do passado e do futuro inteiramente uma convenção da língua? Certas línguas ditas primitivas, cujos sistemas de conjugação e declinação são muito mais ramificados que os do grego, do francês ou do inglês, inibem o desenvolvimento da literatura justamente porque afixaram à realidade um conjunto de rótulos excessivo quanto ao número e à precisão divisória?

Há a questão profundamente perturbadora da entropia lingüística. Grandes línguas “se esgotam”, perdem sua velocidade e agudeza de reflexo criativo? Fecham as janelas em sua comunidade em vez de abri-las? Há nas línguas — sendo o hebraico e o chinês as únicas exceções indiscutíveis — um ciclo vital de crescimento prodigo, maturidade confiante e declínio gradual? São econômicos, políticos, sociais ou lingüísticos os elementos críticos que estão por trás do fato de a literatura inglesa do século XX, com exceção de D. H. Lawrence, ser em tão ampla medida produto de poetas, romancistas, dramaturgos e ensaístas americanos e irlandeses? Se, como parece provável, todos esses elementos estão presentes, como se interpenetram? A presença de um Shakespeare (ou, de modo análogo, de um Dante, Cervantes ou Goethe) em uma língua inibe o desenvolvimento de recursos posteriores? Para um observador, é quase uma conclusão inevitável que o inglês tal como falado e escrito hoje na Inglaterra é uma versão debilitada, exaurida, da língua, se comparada com a voracidade e o ânimo quase elisabetanos do inglês americano e da intensa literatura que está mandando para o mundo. O que é causa, o que é efeito? Em algum lugar adiante de nós encontra-se uma disciplina, a sociolingüística, que é um estudo em

colaboração de críticos literários, lingüistas, sociólogos e psicólogos sobre o que até agora só temos premonições indistintas. Mas a questão em si é da maior importância: pode ser que culturas e sociedades morram quando seu uso da língua se atrofia.

Problemáticos e, de muitas formas, dificilmente definidos como são tantos desses assuntos, acredito confiantemente que o estudo sério da literatura terá de absorvê-los. Isto significa que a separação entre estudos literários e lingüísticos ainda prevalecente em tantas universidades deve ser revista. É um arrogante absurdo considerar-se qualificado no estudo da literatura, embora sendo totalmente ignorante das mudanças que a lógica e a lingüística modernas trouxeram para nossa compreensão da linguagem. É um jogo acadêmico em grande parte privado escrever ainda outro tratado impressionista ou polemicamente motivado sobre as virtudes da prosa de Henry James ou o espírito de Donne, sem enfrentar os fatos lingüísticos da questão. Todavia, meio século depois das investigações de Moscou e Praga sobre linguagem e poética, esta ainda é a prática comum entre profissionais da literatura. Não é preciso ir longe para encontrar as razões. A lingüística moderna exige um certo investimento de esforço mental. Exige algum grau modesto de conhecimento da lógica formal. Pede àqueles que pensam seriamente sobre linguagem que reconheçam a vizinhança pertinente desse outro grande idioma da conjectura humana que é a matemática (reconhecimento que deu magia peculiar a escritores do século XX como Valéry, Broch, Borges e Raymond Queneau). Os professores de literatura, deparando com classes compostas cada vez mais de moças, nem sempre estão inclinados a reformar seu decrescente estoque de percepções obsoletas. Mas, se os estudos literários devem ter um futuro que não seja apenas modismo, se estiverem destinados a emergir de um ambiente de trivialidade e recriminação pessoal tal como se obtinha em teologia no final do século passado, tem de ocorrer uma colaboração crítica porém sincera com a lingüística. Não aceito a asserção de Jakobson de que é “direito e dever da lingüística dirigir a investigação da arte verbal em todo seu âmbito e extensão” — *dirigir* é termo exagerado, sendo a literatura um fenômeno por demais complexo para o controle exaustivo de qualquer lingüística até agora concebível. Mas subscrevo plenamente a convicção de que o estudioso de poética e o estudioso de lingüística devem trabalhar em estreito contato para termos maior percepção do mais decisivo e complexo dos atos humanos — que é a fala, o uso e a transmissão do *logos*.

Essa percepção é própria do poeta, e é em poemas que fazem da linguagem seu tema que nos aproximamos mais do centro. Citarei então dois textos: em um a linguagem é experimentada como arauto da morte, em outro há uma expressão do mistério de sua inextinguível vida.

Não é certo que uma declamação privada de um poema de quatorze versos sobre Stalin tenha causado a prisão de Osip Mandelstam em 30 de maio de 1934 e, a seguir, tenha levado a sua deportação e morte. O que está fora de dúvida é o concentrado terror da obra. Eis a adaptação bastante livre de Robert Lowell:

Vivemos. Não estamos certos se nossa terra está sob nós.
Dez pés adiante, ninguém nos ouve.

Mas em qualquer lugar em que haja mesmo uma meia conversa,
Lembramos o montanhês do Kremlin.

Seus dedos grossos são gordos como vermes,
Suas palavras confiáveis como pesos de dez libras.

Suas botas brilham,
Seu bigode de barata está rindo.

Em torno dele, o grande, seus conselheiros de pescoço fino e idiotas.
Ele brinca com eles. Está feliz com homens pela metade em torno dele.

Eles fazem sons animais comoventes e engraçados.
Só ele fala russo.

Uma após outra, suas frases batem como ferraduras: ele
As golpeia. Ele sempre acerta o cravo, os testículos.

Depois de cada morte, ele é como um membro de tribo georgiana,
Pondo uma framboesa na boca.

Seria inútil tentar uma leitura exaustiva desse poema, em particular na medida em que sou incapaz de fazê-lo em russo. Aqui a língua age em seu nível máximo de concentração, amplitude de alusão e musicalidade. Tudo tem importância: cada som, cada pausa, a extensão desigual dos versos (o texto russo é tão compacto que a versão de Lowell, econômica como é, chega a dois versos a mais). Tudo aquilo para que quero chamar a atenção é o modo como o poema de Mandelstam, ou, se quiserem, seu epigrama prolongado — pois há traços que se parecem com a arte de Marcial — figura e representa uma noção de língua como sendo ela própria assassina.

Tais são os silêncios impostos pelo terror stalinista que ninguém ouve a 10 pés um grito de socorro de um homem ou sugestão de amor. Só meia conversa é possível, o cinzento sussurro dos danados e dos que em breve serão sombras. Com um forte conceito, o poema define lingüisticamente a onipotência insensata de Stalin: *só ele fala russo*, o resto do vasto país é silêncio ou “faz sons animais engraçados”. Na ditadura final, apenas um homem pode usar os instrumentos da linguagem. Faz assim para castrar e matar, cada palavra um peso de 10 libras. E, depois de a linguagem matar, Stalin deixa aparecer em sua boca a carne vermelho-sangue e almiscarada da framboesa. Este é um poema sobre os limites da linguagem, sobre o declínio dos homens na animalidade abjeta, cômica, quando a linguagem lhes é negada. Mas, sendo de modo tão evidente um ato de linguagem, a fábula de Mandelstam define o privilégio suicida e a tarefa necessária do escritor nas comunidades do desumano.

Porque tem de atacar o que no homem é mais humano — isto é, o dom da linguagem —, a barbárie com freqüência buscou o poeta. O 11º livro das *Metamorfoses*, de Ovídio (e Mandelstam, como Ovídio, escreveu um *Tristia*), fala-nos da morte e do esarteamento de Orfeu. A versão de 1565-67 de Arthur Golding é, naturalmente, a que Shakespeare conhecia. Relata o quão “precipitadamente o tumulto lançou a razão fora de controle/ E a violência insana reinou”. Como as bacantes enlouquecidas

voltaram-se contra o profeta que entre elas permanece cantando.
Agruparam-se em torno dele como quando pássaros encontram
Uma coruja perdida na luz do dia: e o encurralam
Como quando de manhã o cervo é presa dos cães,
Que o cercam e o derrubam. [...]
E (iníquas criaturas) elas o matam, ele que até então nunca
Pronunciara palavras em vão, nem cantara sem poder efetivo.
E através dessa boca (ó senhor) a que mesmo as pedras davam ouvidos
E que mesmo os animais selvagens podiam compreender,
Seu suspiro derradeiro exalou-se e dissipou-se nos ares. [...]

Toda a natureza lamenta a morte do cantor que fez a floresta ficar em silêncio. As ninfas descem os rios pesarosos “em barcos com velas de luto”. Mas *mirum!* — prodígio:

dum labitur amne,

flebile nescio quid queritur lyra, flebile lingua
murmurat exanimis, respondent flebile ripae.

Sua cabeça e sua lira ambas vão
Para o Hebro e (coisa prodigiosa) enquanto se revolia no meio do rio
Sua harpa murmurava um lamento: sua língua sem vida produzia
Um som dorido como se ainda falasse,
E ambas as margens doridamente faziam-lhe eco.

Na morte, seu corpo lacerado, o poeta ainda canta.

Que isto sirva como metáfora — como a descida de Orfeu ao Hades — para o poder singular da linguagem de propiciar e superar a morte. No poema de Mandelstam, as palavras são as assassinas literais do poeta. Na narrativa de Ovídio sobre Orfeu, a linguagem resiste, como chama viva, na boca do cantor morto. É tarefa do estudioso de literatura e do lingüista examinar, explorar, na medida em que podemos, o exercício de criação que é a fala. Leitor, crítico, lingüista são *answerable** para o poeta — no sentido pleno dessa palavra, que contém tanto resposta quanto responsabilidade. Aí reside nosso vínculo comum, bem como o fascínio do trabalho que está pela frente.

(1970)

(*) "Respondível" ou "responsável". (N. T.)

EM UMA PÓS-CULTURA

I

Em *Mes pensées*, que provavelmente foram escritas nas décadas de 1730 e 1740, Montesquieu observou que os antigos haviam sido "livros vivos". Eles haviam *conhecido* a história, enquanto os modernos *possuíam* a história: "*C'est la découverte de l'imprimerie qui a changé cela: autrefois on estimait les hommes; à présent, les livres*". A famosa carta de Mallarmé para Verlaine, com sua visão do *Grand oeuvre*, do livro supremo, "*Le Livre... tenté à son insu par quiconque a écrit*", data de novembro de 1885. De modo aproximado, o século e meio entre as duas opiniões define a época clássica do livro, o período em que os livros, como fatos materiais, como conceitos morais,¹ marcam um foco principal das energias da civilização. Uma trama específica de circunstância econômica e social, um conjunto específico de convenções ideológicas e reflexos de percepção tornaram esse foco efetivo.

O ato clássico de leitura ocorre em um contexto de privacidade e lazer. Gravuras e pinturas do século XVIII do tema da *La liseuse* enfatizam a elegância, o isolamento privilegiado da atividade. A leitura exigia uma amplitude circundante, embora privada, tal como a música de câmara. Necessitava também de um grau de silêncio e, com o desenvolvimento da sociedade urbana e industrial, o silêncio é um luxo mensurável. Tanto a produção quanto o consumo de livros

(1) Este é um dos pontos em que a argumentação de McLuhan mais obviamente necessita de modificação. A autoridade central da "cultura impressa" desenvolveu-se muito depois de Gutenberg e teve uma breve história.

no sentido clássico pressupõem formas fiscais, domésticas e quase arquitetônicas que são características primeiro do Antigo Regime e depois das estruturas da alta burguesia do século XIX.²

Le Livre depende também de uma instrução referencial comum. As fontes dessa instrução eram, naturalmente, greco-latinas e helenístico-cristãs. São supostas e vitais nos meios literários, digamos, de Caxton a *Sweeney among the nightingales*. Tanto o texto quanto a reação do leitor são organizados por hábitos firmes de reconhecimento ensinado. Um pacto de percepção comum foi negociado, por assim dizer, antes do encontro entre livro e leitor. O autor tem à sua disposição uma indispensável taquigrafia de alusão: às Escrituras e aos clássicos, à literatura precedente, a um amplo mas bem definido idioma de inferência histórica e filosófica. Ele conta com um reflexo *consensual*, mais ou menos rigorosamente informado, mas, de qualquer modo, rápido, pelo qual seu leitor saberá dos rouxinóis, desse campeche em que eles cantam e do grito de Agamenon. Ele supõe também uma pronta apreensão dos meios comunicativos tradicionais, como analogia, metáfora, tropo, desvio retórico. Seu livro entra em um campo de eco preparado.

Esse efeito de ressonância é de novo um fenômeno com fundamentos sociais e econômicos particulares. O nível de vocabulário, de controle gramatical implícito no exercício clássico de leitura, é, quase por definição, uma aquisição da elite, inseparável de certos padrões privilegiados de educação e uso verbal. Mas o consenso de eco de que dependiam a autoridade e eficácia dos livros era mais profundo que a instrução. Um *corpus* de referência convencional é de fato um conjunto de valores filosóficos e sociais. A economia de expressão que torna possível um estilo literário e os reconhecíveis desafios feitos a esse estilo pelo escritor têm por base uma grande soma de suposições sociais e psicológicas não declaradas, mas previamente acordadas. Isto é especialmente assim no caso da alta instrução entre as épocas de Montesquieu e de Mallarmé. O tipo de público letrado que eles tinham em vista é diretamente expressivo de uma trama social convencional. Tanto os meios lingüísticos quanto o alcance do assunto dos livros — em suma, a totalidade

(2) É verdade que certas obras excepcionais, como *Pilgrim's progress*, eram lidas sob condições de "consumo de massa". Mas são raras, e sua força característica parece provir de fontes orais anteriores. O gênio peculiar de Dickens consistiu em arregimentar essas reações arcaicas, sendo ao mesmo tempo um mestre da cultura livresca da classe média.

semântica da autoria e leitura — corporificaram e ajudaram a perpetuar as relações hierárquicas de poder da sociedade ocidental.

Também corporificaram uma profunda confiança na linguagem, na capacidade da linguagem de informar — em ambos os sentidos fundamentais da palavra. Essa confiança se apoiava em uma longa e intrincada história. Ela levou à identificação helenística entre palavra e espírito e ao tropo, tão poderoso na retórica pós-cartesiana quanto fora no neoplatonismo da Renascença, que o discurso claro e eloqüente constituía a singularidade preeminente e a excelência do homem. A fala instruída e, forçosamente, a escrita eram os fiadores da civilização, o inventário dinâmico de sua riqueza cumulativa e capital disponível. Mas era mais que um repositório: o código instruído, em virtude de omissão claramente compreendida, servia para excluir, para relegar ao silêncio ou à zona da expressão tabu, grandes áreas de fato psicológico e social indecoroso ou abertamente ameaçador. Muito da realidade não existia ou tinha uma meia vida de testemunho convencional e obscurecedor simplesmente porque não havia linguagem aceitável em que a exprimir e experimentar.³ Um Molière ou um Swift podiam ridicularizar as fronteiras da expressão tolerável e até ampliá-las de modo a que incluíssem material sexual e social anteriormente inadmissíveis. Mas, porque era realizada dentro de formas expressivas clássicas, sua subversão era, para usar jargão atual, rapidamente "encapsulada". Quando ocorre dentro de linhas convencionadas de força social, o riso não precisa admitir nova realidade — pode desarmá-la.

A confiança na linguagem proveio — e também a tornou ativa — da grande convenção da *mimese*, a suposição de uma inter-relação representativa entre linguagem e os fatos do mundo. Não há dúvida de que essa representação estava sujeita a alteração e mesmo a crise. Era antiga doutrina ou, pelo menos, metáfora que a língua anterior à queda do homem fora contígua à verdade, que as línguas dos homens decaídos se relacionavam com a realidade como que tão-só através de um vidro escuro. Juristas do século XVI sabiam que as palavras haviam mudado seus significados, às vezes de maneira desconcertante. Todavia, a fala e a escrita de homens racionais eram profundamente adequadas ao feito das coisas. Registradas com suficiente cuidado e com atenção à lógica da sintaxe há muito defi-

(3) Precisamos uma séria investigação das coordenadas sociais e historicamente específicas da "cegueira verbal". As sociedades, assim como os indivíduos, podem desenvolver "bloqueios de leitura" como mecanismo defensivo ou supressivo.

nida, as palavras constituiriam um verdadeiro espelho do mundo e de sua história. A *Encyclopédie* é o principal monumento dessa confiança mimética. Mas estava manifesta também em todo “livro sério” e na convicção de que o ato de leitura era proveniente da realidade certificada — proveniência essa tornada possível pela estabilidade e valor acordado da moeda lingüística.⁴

Toda essa estrutura habilitadora está hoje muito erodida.

O declínio da privacidade, de suas coordenadas de casta e espaço, foi drástico. A solidão resguardada — resguardada tanto pelo serviço doméstico quanto simplesmente pelo piso ou pelo teto — que define a biblioteca particular tradicional é hoje rara. A densidade de silêncio em que o exercício clássico de leitura ocorria (considerem-se as mudanças nos níveis de ruído da cidade noturna) é hoje anômala. Além do mais, ideais contrários se adiantaram. São dominantes as imagens de “conjunção” coletiva, festiva, abertamente comunicativa. O ato de leitura em silêncio é, inquestionavelmente, solipsista. O homem que lê sem mover os lábios, desempenho registrado pela primeira vez por santo Agostinho, está excluindo os outros. Para a maioria das pessoas, seguramente para aquelas que não têm conhecimento suficiente para acompanhar uma partitura, ouvir música é uma ocupação simultaneamente mais passiva e mais social. Ela condiz, muito mais que a leitura silenciosa, com nossos ideais correntes de lazer participativo.

A educação de massa e o dogma liberal de acesso geral à cultura solaparam amplamente o consenso estabelecido pela instrução tradicional. Esse consenso pode, de fato, ter sido uma questão de cumplicidade de casta, mas, muito mais que até agora, estamos começando a aferir o grau em que uma alta civilização e seus valores são conspiradores em forma e preservação. Com a conspiração, por assim dizer, desmascarada, a velha trama de reconhecimentos acordados não é mais natural. Muito da literatura ocidental é “sobre”

(4) A questão das relações entre correntes fiscais e lingüísticas é das mais difíceis da teoria da cultura. A interpenetração de campos de referência sexual e monetária foi estabelecida pela psicanálise. Assim, numa extensão mais conjectural, tem sido a relação desses campos com a área mais ampla da semântica e da codificação simbólica. O que é necessário agora são estudos específicos e localizados dos correlatos possíveis entre atitudes em relação à língua e em relação ao dinheiro (categorias como acumulação, desperdício, escassez, desvalorização, consumo acentuado pareceriam aplicar-se a ambas as “moedas”). Há, por exemplo, analogias verificáveis e vínculos instrumentais entre o excesso de liquidez, a longa tendência a inflação na história econômica americana recente e o excesso e desvalorização contemporânea dos meios lingüísticos?

literatura anterior; muito dela é uma reiteração em expansão, por meio de alusão e variante, de um repertório estabelecido de motivos. Hoje o conhecimento necessário para reação não-forçada está rapidamente se tornando conhecimento especializado e acadêmico. O glossário e as notas de rodapé estendem-se pela página, desviando o texto do formato imediato, interpondo uma estranheza entre seu endereçamento direto e o leitor. O idioma de Shakespeare e Milton e, o que importa mais, os hábitos de reconhecida forma verbal e referência clássica de que esse idioma extrai muito de seu movimento central, estão ficando fora de alcance. Em breve mesmo a mais rudimentar das marcas taquigráficas — da mitologia clássica, da teologia, da história ou da filosofia — terá de ser explicada e assumirá um tom falso, erudito. Peça a um “leitor comum” para compreender sem ajuda *Lycidas*, de Milton, ou uma das odes de Keats. Mas o novo bucolismo, com suas distantes raízes no antiintelectualismo romântico, não é apenas indiferente à textura referencial de boa parte da literatura. Esse “impulso de um bosque primaveril” é contraposto à “aprendizagem livresca” como um todo, em uma dialética que substitui por um mito de experiência imediata um mito de reação supostamente indireta, derivada.⁵

Tecnocracias populistas e de massa caracterizam-se por um semi-analfabetismo. Por uma capacidade amplamente disseminada de ler textos simples e uma correspondente incapacidade de penetrar na sintaxe além do limite mais raso (recentes estimativas põem a alfabetização de mais da metade da população adulta dos Estados Unidos no nível dos doze anos de idade). Essa semi-alfabetização ou subalfabetização não está sendo erradicada pela instrução de massa: está sendo tornada política e psicologicamente aceitável. Na medida em que a cultura ocidental está envolvida, a subalfabetização é provavelmente a principal dificuldade. Mas não se deve esquecer o aumento profundamente perturbador do verda-

(5) O atual culto de “imediatez”, a exigência de que cada ser humano “faça a sua coisa” com completa expressão do ser pessoal é, de fato, um elitismo ao inverso. O número de indivíduos que têm uma “coisa a fazer” nova, intensificadora da vida é, em qualquer tempo e nível de sociedade, altamente restrito. Para a maioria das pessoas, o caráter derivativo da experiência em uma cultura clássica significava uma igual parcela de participação em riqueza de percepção decididamente maior do que as sensibilidades comuns podem descobrir para si próprias. A exigência (tão enfática em D. H. Lawrence e seus herdeiros libertários) de que toda experiência erótica seja orgásmica e criativa é uma chantagem rigorosamente paralela contra os recursos comuns.

deiro analfabetismo em escala mundial. A última estimativa da UNESCO estabelece em quase metade do total mundial o número de crianças da escola primária que a abandonam antes de atingir a alfabetização. Na América Latina, a proporção com frequência chega a 75%.

Simétrico à subalfabetização é o declínio da autoridade e abrangência da própria linguagem — tal como o termo *linguagem* é usado e compreendido em uma cultura formal. Encarar a preocupação com a atual condição e a futura vitalidade da linguagem como “modismo” é simplesmente não conseguir ver o que está envolvido. Com o estilhaçamento do conhecimento e a fantástica proliferação de sublinguagens especializadas, o alcance literal do discurso culto se reduziu. O uso dos meios de comunicação de massa por interesses político e mercantis — ambos igualmente totalitários em suas imposições contra a privacidade e a escolha individual — intensificou imensamente os processos de falsificação e desumanização que sempre fizeram parte das incômodas relações entre linguagem e estado. As investigações dessa crise foram iniciadas por Fritz Mauthner e Karl Kraus. O “fracasso da palavra” é um tema básico da literatura moderna, de Lichtenberg e Kafka a Paul Celan e Beckett. O conhecimento desse fenômeno complexo e difundido deveria ser lugar-comum. Tudo o que eu enfatizaria é a óbvia influência da crise da linguagem sobre a centralidade e estabilidade tradicional do livro.⁶

A última e talvez mais importante área da erosão é mais difícil de apreender. Tenho em mente uma transformação, amplamente perceptível, mas difícil de definir, da condição, do foco conceitual e da conseqüente mitologia da identidade pessoal e da morte. Este é um assunto vasto demais para um breve artigo. Mas tem relevância capital para a idéia de *le Livre*. Subjacente à maior parte da literatura séria, do final triunfante da Terceira Ode Pítica, de Píndaro, ao *dur désir de durer*, de Éluard, e subjacente a uma reação coerente a essa literatura, há um jogo com a transcendência. O escritor destina as palavras de seu poema, as *personae* imaginadas de sua peça ou romance, a suplantarem sua própria vida, a assumirem o mistério da existência autônoma. Na medida em que ele permite ao texto uma nova vida dentro de sua própria consciência, o leitor colabora com o intento. O tropo da “imortalidade” juntamente com o eco vital da leitura recriadora constitui uma cultura clássica. Mas não

(6) Tentei abordar essas questões, em detalhe, em *Language and silence*, 1967 (*Linguagem e silêncio*, Companhia das Letras, 1988).

invocamos mais a “imortalidade” nesse sentido ou, se o fazemos, é com um matiz de arcaísmo e solenidade irônica. A idéia, quase axiomática na arte e no pensamento clássicos, de sacrificar a existência ou o conteúdo presentes à possibilidade marginal de renome literário ou intelectual futuro parece irritar os nervos modernos. Para muitos jovens, pareceria sentimentalismo hipócrita e uma sutil perpetuação de ídolos elitistas.

Vemos algo dessa mutação na sociologia do *happening*, na música aleatória e na escultura de “rearranjo”, com sua ênfase correlata no que é único e no que é efêmero. Vemos isto na estética da obra coletiva e/ou anônima, na recusa em estampar um único “grande nome” em um ato de criação. A platéia/leitor não é apenas um eco leal ao gênio do artista, mas um criador conjunto em um conglomerado de energia imanente e de livre curso. Fora com os mestres.

Certos aspectos dessa suspeita de transcendência estão graficamente presentes no livro em brochura. A biblioteca particular, com suas lombadas de couro e sombras, é quase obsoleta; o volume de capa dura, a obra em mais de um volume, a *oeuvre* coligida em breve podem também ficar obsoletos. A revolução da brochura tem óbvias fontes econômicas e sociológicas, relacionadas com custos de impressão sempre crescentes e com a imagem de um novo público de massa (uma imagem que, penso eu, já precisa de nova verificação). Mas corresponde também a mudanças internas mais profundas na condição de alfabetização. A brochura é propositadamente efêmera; não favorece uma biblioteca no antigo sentido. O livro, como Montesquieu e Mallarmé o compreendiam, tinha uma estabilidade de formato a que a atual brochura não tem pretensão. A tríplice matriz da criação literária, da leitura e do tempo anulado ou transcendido encontrou sua roupagem expressiva na obra impressa encadernada, mantida particularmente, guardada com tranqüilidade. Hoje, o pacto com e contra o tempo, com e contra a autoridade do ego individual, atuante no ato clássico de escrever e ler, está totalmente sob revisão.

II

É com essas mudanças que se tem de acertar contas quando se indaga sobre novos gêneros. Elas são tão complexas e abrangentes que a maior parte do que se pode dizer será conjectura. A questão em si tem um tom obsoleto. O conceito e a terminologia dos gêneros

fazem parte, de modo bem claro, da estrutura clássica. Podem pertencer a formalidades e coesões precisamente do tipo que agora está em dúvida. No melhor dos casos, nossas notas relativas ao futuro estão destinadas a ser localizadas.

Se alguma poesia já teve grande público — exceto em breves e especiais circunstâncias — é uma questão sem sentido. É certamente pequeno o número de poemas sérios, excetuando o caso muito particular dos salmos, que tiveram muito significado para alguém além de uma minoria muito restrita. É quase universalmente aceita a colocação de que a poesia é, em certos aspectos, a mais alta das realizações humanas, a mais imitativa do enigma original da criação. Mas essa universalidade é convencional, trata-se mais de uma senha abstrata de cultura do que de algo que a maioria dos seres humanos tenha sentido na pele. Via citação, paráfrase e referência comum, os monumentos poéticos de uma alta cultura levam uma vida imensamente difusa, embora contínua. Mas, mais uma vez, essa vida é com frequência mais convencional e culturalmente codificada do que direta. Para quantos leitores comuns, nas comunidades das respectivas línguas, a *Commedia*, o *Paradise lost* ou o *Faust II* são uma experiência realizada em particular, de modo distinto de uma convencionalmente referencial? A questão teria surgido mesmo durante o período de casta disciplinada e alfabetização burguesa. Hoje, mal vale perguntar.

No momento, podem ser distinguidas duas correntes principais. Uma leva ao verso de crescente privacidade, experimentação e hermetismo. A dificuldade serve, desde Mallarmé, como incisiva defesa contra o filisteu. Afasta a vulgaridade e forma uma aristocracia eletiva de compreensão. Mas a tradição hermética ou *intimista* faz mais que “tornar mais puras as palavras da tribo”. Põe em questão toda a linguagem; esfolia e estiliza as formas comuns desgastadas a fim de descobrir se são fontes antigas e ocultas de visão inventiva sob a crosta congelada. Daí a curiosa violência, a histeria destruidora, dificilmente dissimulada, de boa parte da moderna poesia experimental, de Mallarmé e Stefan George a Dada e Celan. Nessa poesia há também um traço de autismo. A linguagem se volta para a linguagem, como em um círculo de espelhos, e por modulação o tema principal ou mito organizador do empreendimento poético é a própria poesia. Mais uma vez, a força usada pode ser violenta, mas permanece implosiva. Não está destinada a alcançar o exterior.

A segunda corrente principal, ao contrário, é pública, bas-

tante visível, e com frequência colaboradora. Tem inspiração óbvia em Whitman e Pound. É a voz do megafone e da declaração. Tanto na América quanto na Rússia o verso do vate, declamatório, está alcançando grande público. Em ambas as sociedades, há no momento uma ausência ou um declínio de formas culturais tradicionais e uma intensa fome pela política de promessa. Quando prevalece a mentira ou a censura, a poesia pode ser notícia no sentido literal. Acima de tudo, como tão claramente se vê na obra de Voznesenski, de Ievtuchenko, de Neruda, o poema é uma conspiração ao ar livre. Os contramundos da linguagem, a retórica da imaginação, são uma crítica — provavelmente a única crítica que pode ser feita em voz alta — da realidade política. Onde estão envolvidas com drogas, as formas público-histriônicas retornam ao privado. Às vezes, hoje, temos poesia que é simultaneamente oratória e hermética como nenhuma fora desde Rimbaud.⁷

Na medida em que a semi-alfabetização e a opressão política continuarão a caracterizar boa parte da sociedade organizada, persistirão as correntes esotérica e pública de poesia. Entre elas, presumivelmente, pode haver muitos tipos de experimentação e circo lírico: poesia “faça você mesmo”, possivelmente relacionada com o uso de computadores; poesia concreta e o uso de textos poéticos, talvez aleatorizada ou sujeita a constante reticulação, em grandes paredes e espaços públicos. Mas é difícil pensar nessas variantes gráficas e mecânicas como genuinamente radicais. Há pouco nos artificios correntes que esteja ausente da estética de Schwitters e Duchamp. O gênio radical de Dada e do surrealismo está longe da exaustão; a sua ainda é a tradição do novo. Tenho conhecimento de apenas uma forma poética que parece inteiramente original. Um ex-estudante do Royal College of Art de Londres escolheu um ponto preciso no espaço — o marcador no meio de um dique holandês — e um instante preciso no tempo — ou seja, 16h30 em uma determinada tarde. Tendo definido essas coordenadas únicas e não-retornáveis, providenciou para que outro ser humano, um amigo, o encontrasse na exata intersecção dada dessas setas de tempo e lugar. Ele denominou esse encontro de obra de arte, uma modificação totalmente controlada da realidade, envolvendo o planejador e o correspondente em uma criação em colaboração. Há algo ao mesmo tempo de obsedante e absurdo no projeto: uma percepção do poema

(7) O “cabalismo de anfiteatro” de Allen Ginsberg é um exemplo representativo.

como criação de um cenário total, como imposição momentânea de ordem arbitrária a uma possibilidade incoativa.

A situação do romance é um assunto batido. Noventa por cento da prosa de ficção são lidos tão casual e rapidamente quanto se tornam saldo. Hoje, um "grande romance" é uma forma cuja suposta força e lógica são quase deliberadamente arcaicas: veja-se *O primeiro círculo*, de Soljenitsyn. O romance corporifica as convenções lingüísticas, a psicologia, os hábitos de sensibilidade, o código de relações eróticas e de poder econômico, precisamente dessa civilização de classe média que está passando.⁸ O romance clássico é tanto uma realização suprema quanto um elemento normativo dessa civilização. Como muitas das instituições e presenças formais que articula, o romance terá considerável vida futura; uma animação nostálgica ou paródica pode continuar. Mas a vitalidade da necessidade expressiva em grande parte se esvaiu. Os inúmeros apelos que hoje são feitos ao gênio de George Eliot e Tolstoi, a inferência de que necessitamos apenas voltar a esses grandes exemplares para que as coisas se acertem, são exatamente análogos aos feitos ao longo do fim do século XVII, do século XVIII e do século XIX à linhagem épica de Homero, Virgílio e Milton. Foram necessários séculos para os poetas perceberem que o alto verso épico era uma forma tornada inerte, um gênero cujas pressuposições sociais, estilísticas, metafísicas não podiam ser artificialmente revividas.

O que vemos no momento é a forte diluição de técnicas ficcionais em não-ficção e semificção. A inventividade, a energia estilística, o olho para o cenário e o detalhe simbólico que abundam atualmente na biografia, história, registro político e textos sobre ciência são herdados diretamente do romance. Se tanta não-ficção é mais bem escrita que os atuais romances, se ela é muito mais adulta e cheia de vida sentida, a razão é que o período maior do romance veio antes. É sua aguda consciência dessas polaridades e seu virtuosismo na fase intermediária que fazem de Norman Mailer o exemplo representativo. Quando a ficção é mais pura, quando ela cristaliza o antigo impulso para a narrativa mítica, também é muito breve e extraterritorial a todos os acessórios da vida diária que constituem a força e substância específica do romance clássico. Tenho

(8) A profusão de "alta" pornografia, produzida e defendida por romancistas sérios, particularmente na França, durante as últimas duas décadas é sugestiva de uma retaguarda ou ação nostálgica. É como se o romance em prosa, consciente de seu rápido declínio, estivesse tentando "pôr-se em dia" em uma área de percepção e experiência narrativa que ele fora obrigado a deixar em seu período clássico.

em mente as *Ficções*, de Borges — que disse há pouco que o conto curto tem mais capacidade de resistência que o romance —, ou as parábolas de Beckett.

É difícil, e provavelmente ilegítimo, discriminar formalmente entre "teatro" e o grande espectro dos gêneros de representação vivos, que incluem rádio, televisão, cinema, *happening*, *be-in*. Há boas razões para supor que uma pós-cultura encontrará as formas indispensáveis para sua coerência imaginativa. Uma sociedade com poucas bibliotecas particulares e com uma leitura em acentuada diminuição (uma pesquisa realizada em 1969 conclui que o consumo *per capita* de livro na França é da ordem de um por ano) pode ser uma sociedade de numerosas telas, arenas e casas de espetáculo. Muita coisa está sendo dita sobre um retorno a formas orais. O conceito é obviamente sugestivo. Mas deve-se fazer uma distinção. As antigas técnicas oral-auditivas eram *explicitamente conservadoras*; eram lembranças e transmissão exatas. Os meios audiovisuais de *mass media* são calculados para impacto máximo e obsolescência imediata. A diferença é fundamental. Mesmo na medida em que podem ser vistos ou ouvidos mais de uma vez, a peça radiofônica, o filme, o programa de televisão constituem um ato estritamente imanente, essencialmente efêmero. Sua relação com o tempo e com o eco dinâmico de reiteração na consciência posterior é radicalmente diferente da relação do livro. Por que seria que mesmo o melhor dos filmes se torna intoleravelmente gasto e estático depois de visto pela terceira ou quarta vez é uma questão complexa. Há, afinal, uma compreensão de que o texto impresso de um grande poema ou romance está igualmente fixado e pode ser encarado como igualmente *déjà vu*. Mas, qualquer que seja a razão, o fato permanece.

O teatro parece estar incomodamente oscilando entre um ideal passado de estabilidade literária e as novas linhas de total liberdade e casualidade. Há aspectos em que as *Werke*, de Brecht, com seu aparato teórico, estão muito mais próximas das *Works*, de Ben Jonson, com sua aspiração à monumentalidade e durabilidade, do que das *Sprechstücke*, de Peter Handke, ou de *Act without words*, de Beckett. Na atual confusão de metaformas e em um ponto em que novos artifícios técnicos como o cassete audiovisual podem alterar toda a definição do que é espetáculo público e privado, do que pode ser guardado e do que é descartável, seria temerário fazer prognósticos. Dois aspectos merecem observação. Uma olhada no cinema de pós-guerra, no teatro para a televisão e no filme para televisão, na peça radiofônica, mostra um formidável investimento de talento

criativo. As reservas de imaginação em qualquer período determinado de uma sociedade são finitas. Anteriormente, uma grande proporção desse talento teria ido para a literatura e o teatro. A debilidade do romance podia relacionar-se diretamente com essa drenagem. Sem dúvida, o caráter do cinema e do melhor da televisão está moldando sua própria alfabetização. Mas a alocação de uma parte substancial das energias visionárias de uma sociedade na produção de efêmeros significativos é, pelo menos no Ocidente, um novo e problemático fenômeno.⁹ O outro aspecto prende-se ao conceito de “play”. * *Playing e the play, das Spiel e das Theaterspiel*, estão interagindo vividamente. Cena e ambiente estruturado, ou ambiente experimentado como cenário teatral, estão se aproximando. A política (notavelmente violência) como ritual acordado, ação nas ruas se modulando como atuação, a nova ou desprezada paisagem como deliberado pano de fundo — estas são noções que ocorrem prontamente quando se pensa no futuro das formas miméticas e participativas. Mas não sei como se misturarão e exatamente como o jogo [game] será uma peça [play].

É mais proveitoso chamar a atenção para alguns dos livros que são verdadeiramente exploratórios, em que as velhas formas podem ser vistas fragmentadas e as novas renunciadas. Há alguns anos, sugeri a denominação “gênero pitagórico”, querendo dizer simplesmente que tem havido desde 1900 vários livros em que as energias em movimento da música, a presença de simbolismo matemático e espacial, da linguagem como mágica haviam liberado ou tornado secretas formas tradicionais do discurso. A filosofia do tom lírico e dramático de Kierkegaard e Nietzsche — o mimo direto, a enunciação de argumento abstrato — tem exercido uma influência subterrânea mas cada vez mais forte em todo um espectro de formas lingüísticas. Será preciso tempo para que a estrutura revolucionária de *Das Prinzip Hoffnung*, que é em parte viagem épica, em parte memória imaginária, em parte tratado ontológico e no todo experiência de linguagem, seja apreendida, quanto mais para ser explorada. Kierkegaard pode, de novo, ser a raiz do uso do ensaio como

(9) Faço uma ressalva porque há em cultura não-ocidental uma longa história da produção de artefatos complexos e altamente inventivos em materiais destinados a consumo ou destruição quase imediatos. O tropo dominante da cultura letrada ocidental pede a criação de formas poéticas e plásticas “que sobrevivam ao bronze e quebrem o dente do tempo”.

(*) “Jogo”, “peça teatral”. (N. T.)

forma lírica e hermética. Alguns dos “ensaios” (a palavra é mais ou menos aproximativa) de Walter Benjamin ou *Ero e Priapo*, de Carlo Emilio Gadda, com seu virtuosismo de invocação, encantamento, invectiva, mascarada filosófica estão entre as formas mais inventivas da literatura moderna. Estamos vendo também um novo híbrido de visão privada, quase oculta, com um corpo de disciplina pública, pragmática: em *Tristes tropiques*, de Lévi-Strauss, no extraordinário *Silence*, de John Cage, com seus vínculos, talvez, com *Un coup de dés*, de Mallarmé. Há as combinações, tão sugestivas de outras ordenações potenciais, de poesia, folhetim, teatro em *Letzten Tage der Menschheit*, de Karl Kraus, em *Anathemata*, de David Jones. A rejeição por Péguy da lógica da expressão linear em *Victor-Marie*, *Comte Hugo* era profética. Todos estes são atos radicais, novos e contemporâneos de Blake.

Como a alta cultura, no sentido clássico, está se tornando obsoleta, emergem gêneros parodísticos de “erudição surrealista”, fantasias de conhecimento em que a cultura que já foi parte da sensibilidade instruída está assumindo um ar grotesco e distante. A tradução e comentário exegético em quatro volumes produzidos por Nabokov “por ocasião de” — não há rubrica exata disponível — *Eugene Onegin*, de Pushkin, é uma das obras-primas cômico-nostálgicas da época. Até o índice é paródico. Ou considerem-se os usos de bibliografia, de lógica formal, de filologia nas fábulas de Borges. Pode ser, como Thomas Mann parece ter sugerido no fim de *Felix Krull*, que seja apenas via fantasia irônica que a erudição tradicional e o novo mundo das ciências venham a entrar na circulação geral da linguagem e da metáfora. Esta talvez seja para mim a fronteira mais instigante: a “tradução” da imagem de mundo das ciências para a linguagem comum, para a percepção geral, por meio de projeção lírica, paródica, trágico-cômica. Raymond Queneau é uma figura central nesse aspecto: veja-se a matemática cômica de *Bords*. Já há permeações entre as ciências exatas e expressão profundamente imaginativa. Eu apresentaria, com toda seriedade, a proposição de que a obra agora em andamento que mais se aproxima do longo projeto recreativo de Proust, que está mais perto de rivalizar com Proust em sua “estruturação reexperimentada” de todo um passado e uma sociedade, é *Science and civilization in China*, de Joseph Needham. Proust sobre o foco modificador do campanário de Martinville e Needham sobre a percepção pelo homem, ao longo de séculos e culturas, do verdadeiro formato do cristal de neve são exercícios, exatamente comparáveis, de penetração imaginativa total.

Em cada um, há uma intensa poesia do pensamento, prontamente sentida mas extremamente difícil de parafrasear.

O que esses gêneros diferentes e formas radicais têm em comum é o ato de escrever, *l'écriture*. É *l'écriture* em si mesma, mais que os livros que ela produz, que hoje ocupa a discussão crítica, particularmente na França e na tradição hermenêutica que se desenvolve na Alemanha, Itália e Estados Unidos na trilha de Heidegger e Hans-Georg Gadamer.¹⁰ Quais são as relações do ato de escrever com outros tipos de ação, de que modos *l'écriture* limita ou falsifica a liberdade ontológica da linguagem, quais são as relações entre o escritor e a psique individual — a dele próprio, a do leitor — no conjunto social e semântico? De que modo a nova arte de ler, como Heidegger a teria, deve ser uma “audição do que não está nas linhas”? A vivacidade, a pura inteligência crítica com que essas questões estão sendo postas é sem dúvida um progresso. Muito da inércia do atual estado da crítica e do estudo literário ingleses pode ser avaliada a partir de sua indiferença para com esses centros de discussão. Mas essa vivacidade em certo sentido também é espúria. Indica um inequívoco bizantinismo e mal-estar. Tem havido uma aguda perda de energia em face das antigas e confiantes injustiças e exclusividade de uma alta cultura, em face da antiga confiança na verdade representativa da linguagem. O que sobreviverá (a pergunta arcaica) da presente, freqüentemente brilhante reunião de escrita sobre escrita? Há, em algum nível, oculto, uma explosão de barbárie, de profunda desilusão com a instrução, no jargão com que os atuais neo-escolistas desenvolvem sua investigação? No túmulo de Henry James, Auden pediu intercessão pela vaidade da vocação do escritor, pela traição de todos os escribas. Vaidade e traição havia; a imagem de Mallarmé do universo como *le Livre* é exemplo capital. Mas havia também a esperança de criar contra o tempo, de fazer a linguagem sobreviver à morte. Esta é a essência de uma instrução clássica. Não muitos, hoje, admitem a arrogância, a solidão obsessiva necessária a essa esperança.

(1970)

(10) Alguns dos textos capitais são *Unterwegs zur Sprache* (1959), de Heidegger; H.-G. Gadamer: *Wahrheit und Methode* (1960); Paul Ricoeur: *De l'interprétation* (1965). *Hermeneutics* (1969), de Richard E. Palmer, oferece uma boa introdução geral a esse amplo campo da filosofia lingüística e semântica.

LINHAS DA VIDA

I

Uma revolução científica é um ato de movimento. A mente deixa uma importante porta de percepção, uma elevada janela, e se volta para outra. A paisagem é vista em uma nova perspectiva, sob diferentes luzes e sombras, em novos contornos e esboços. Aspectos que eram destacados agora parecem ser secundários ou são reconhecidos como elementos de uma forma mais abrangente. Detalhes até então não observados ou agrupados casualmente assumem um foco dominante. A grade do mundo se altera, tal como quando é vista de um avião que chega ao se inclinar sobre uma cidade iluminada. É raro que esse realinhamento seja ocasionado por uma única descoberta ou por uma única disciplina, embora se possa afirmar que foi exatamente isto que aconteceu quando a mecânica celeste alterou a geografia da mente no século XVII. Geralmente, uma revolução científica ganha ímpeto em um amplo campo. Aproximadamente ao mesmo tempo, singularidades, obstinadas anomalias em diferentes ciências se tornam, por assim dizer, magnéticas. Estranhezas que foram classificadas experimentalmente ou envolvidas na ordenação confiante das linhas principais, começam a se deslocar para o centro. (Pequenas irregularidades na mecânica do movimento corpuscular e da propagação da luz instigaram a nova visão da física da relatividade.) A atenção é levada para o que fora marginal, talvez fenômenos suspeitos para especialistas. O investigador remenda o modelo aceito. Ele foi educado dentro desse modelo, que lhe deu uma estrutura para sua própria pesquisa. Sua ciência entra em uma fase de remendos; aqui uma rachadura é tapada, ali é consertada

uma escora. Durante esse estágio de carpintaria *ad hoc*, ainda pode ser realizado trabalho notável. Mesmo depois de Copérnico, o projeto ptolemaico, corrigido, modificado e estendido até regiões difíceis, continuou a produzir excepcional astronomia de observação. Mas chega uma época em que a tarefa de reparar se torna muito dispendiosa. Kepler tem de abandonar a antiga convicção, intuitivamente satisfatória, de que os planetas se deslocam em círculos regulares.¹

As obstinadas excentricidades do velho modelo agora parecem muito grandes. As rachaduras se ampliam e permitem visões a partir de uma perspectiva muito diferente. À maneira de limalhas de ferro quando o magneto se desloca, numerosos detalhes, percepções locais, conjecturas heréticas, teoremas encontrados casualmente mas descartados em momentos mais confiantes reúnem-se para formar novos padrões, novos campos de significado. Reconsiderado, o antigo detalhe anedótico — peregrinos medievais que encontram conchas e samambaias fósseis perto do topo de montanhas ou uma antiga brincadeira de salão como uma luz branca fraturada em um arco-íris por meio de um prisma — se torna um aspecto fundamental de uma nova maneira de ver a evolução da Terra ou as leis de óptica. De modo especialmente significativo, alteram-se as formas da própria ciência, as relações de inclusão e de método entre as ciências. Ramos especializados se tornam o tronco principal, áreas anteriormente no cerne do arranjo mostram-se inertes ou como braços menores. Depois de Descartes, a geometria — outrora a rainha das ciências exatas — se torna em ampla medida um tópico localizado da álgebra. Hoje pouca coisa da química clássica encontra-se em vigor: a química física, a biologia molecular, a investigação das partículas atômicas incluíram a matéria-prima da química, e as indagações que fazia, sob novos mapeamentos. A astronomia tal como era entendida nos séculos XVIII e XIX é um caso localizado de astrofísica. É preciso apenas olhar para as vidas de Fermi, Oppenheimer, Wolfgang Pauli para lembrar que a física atômica da década de 20 ainda era um campo estranho para que um jovem cientista o escolhesse e que vários dos físicos mais criativos o escolheram

(1) Cf. Thomas S. Kuhn: *The structure of scientific revolutions* (1962). Material mais detalhado e psicologicamente arguto, embora exposto de um ponto de vista algo diferente, pode ser encontrado em *La révolution astronomique* (1961); *Newtonian studies* (1965); *Études galiléennes* (1966); *Études d'histoire de la pensée scientifique* (1966), de Alexandre Koyré.

apenas porque era difícil entrar, em termos sociais e étnicos, nas ciências acadêmicas tradicionais, estabelecidas.

As revoluções científicas — não houve muitas na história ocidental — mostram certos sintomas característicos. A antiga estrutura não é jogada fora por inteiro. Apenas no tocante a Mercúrio foram feitas alterações substantivas nos traçados extremamente acurados do movimento planetário obtidos pelos astrônomos ptolemaicos. Os fundamentos da geometria euclidiana foram vistos, a partir de meados do século XIX, como um caso especial — um ponto de vista entre vários de igual validade e alcance formal. Mas continuamos a ordenar quase todas as nossas vidas e conhecimentos como se o espaço fosse de fato uma elaboração tridimensional da geometria plana. Idealmente, o novo horizonte incorpora o antigo. Isto nem sempre é possível. A moderna psicopatologia não pode confortavelmente abrigar a antiga teoria dos “humores”, e nossa atual compreensão dos gases e das ligações químicas não estará em acordo com a outrora poderosa noção de flogisto. Mas com frequência maior do que no caso contrário os principais dados e técnicas do modelo anterior adaptam-se à hierarquia dos novos. São considerados como tendo sido em certo sentido uma manifestação especial ou preliminar de uma síntese mais abrangente, mais dinamicamente flexível. O segundo traço distintivo de uma revolução em grande escala é o deslocamento para um novo centro. A balística da Renascença tinha muito a ver com a matemática do peso e vôo dirigido. Com Galileu e Newton, esse subtópico deslocou-se para o próprio cerne não apenas das ciências naturais mas da consciência humana do intelecto ordenado. O estudo da histeria e da afasia subsistira na “franja melodramática” do mentalismo clássico; depois de Charcot e Freud, tornou-se o eixo de uma nova imagem básica da pessoa humana.²

A outra marca identificadora de uma revolução científica de primeira ordem é a emergência — de fato, a proliferação — de disciplinas novas e intermediárias. A paisagem alterada mostra novas contigüidades, novas transversais entre territórios-chave, novas junções de rios e deltas. Uma unidade clássica se estilhaça — em física química, química física, biologia molecular, biogenética, biofísica. A radioastronomia, a astronomia de raio X, a astrofísica emergem do antigo nodo da cosmologia filosófica e da mecânica celeste. Já

(2) Cf., para os antecedentes dessa mudança, *Histoire de la folie à l'âge classique* (1961), de Michel Foucault.

existe uma "geologia da Lua", ou selenologia, e já há planos perfeitamente coerentes para uma paleontologia dos planetas. Um cristalografo moderno funciona em meio aos entulhos e conjunções de meia dúzia de disciplinas obsoletas ou reagrupadas.³

Finalmente, uma revolução nas ciências e das ciências crescerá para fora, de modo a ter um impacto na sensibilidade, no clima geral da civilização. O efeito pode ser mais ou menos rápido. A revolução copernicano-galileana demorou para entrar na consciência leiga; mesmo a famosa disputa entre a astronomia galileana e a ortodoxia aristotélica da Igreja foi uma questão especializada, esotérica. O impacto de Newton, por outro lado, parece ter sido rápido e de amplo alcance. Por meio de alta tagarelice e metáfora literária, o retrato do mundo de *Opticks* e *Principia* tornou-se moda. Podemos falar de um modo pós-newtoniano da prosa e poesia, da discussão social, do estilo geral da percepção das pessoas instruídas. Algo análogo se seguiu à confirmação das predições de Einstein a respeito da curvatura da luz ao passar através do campo gravitacional do Sol. Um vocabulário "relativístico" difundiu-se entre as artes, a filosofia e mesmo certas escolas de música. O verdadeiro conteúdo da nova ciência pode não ser acessível à compreensão comum (certamente não era no caso da física da relatividade). Na medida em que se estende ao mundo do leigo, a revolução particular na biologia ou na física tenderá a ser mais e mais nublada pela metáfora, pela analogia grosseira e pela simples incompreensão. Mesmo Voltaire simplificou ou compreendeu erradamente boa parte do que Newton estava de fato dizendo. No entanto, a grande transformação é sentida. Um campo da Nova Inglaterra coberto de seixos passou, a partir de Louis Agassiz, a parecer diferente; a cor dos olhos de nossos filhos tem novo significado — e a beleza é uma parte do significado — desde Gregor Mendel.

II

A revolução científica que emergiu no final da década de 50 e na qual estamos agora envolvidos parece ter todas as marcas da primeira magnitude. Pode levar às mais decisivas transformações de

(3) Compreendendo tantos e tão diversos aspectos de especulação — alquímica, matemática, mineralógica, molecular —, a história das ciências dos cristais e das estruturas cristalográficas é um compêndio privilegiado de sucessivos movimentos científicos e intelectuais. Há atualmente vários campos matemáticos e de observação

percepção e de visão de mundo desde os modelos galileano e cartesiano de realidade que em tão ampla medida criaram nosso mundo moderno. Os novos mapeamentos atualmente em andamento estão obviamente baseados nas grandes realizações da teoria eletromagnética, da física de onda e partícula, do darwinismo e da neurofisiologia tal como se desenvolveu a partir de Claude Bernard. Os formidáveis sucessos científicos do final do século XIX e início do século XX, com sua ênfase determinista e formas lineares, não estão sendo repudiados. Estão sendo reagrupados, iluminados de um ângulo diferente, conectados com novas linhas principais. Mas o centro *está* se deslocando. O atual estado da física de partícula e alta energia é um assunto complicado. Em certo sentido, a física teórica encontra-se mais uma vez em uma fase pré-copernicana. Múltiplas observações discretas estão sendo organizadas em vários planos conjecturais de imensa complexidade e alguma estranheza. Uma percepção unificadora da trama fundamental da questão parece torturantemente próxima. Mas até agora não foi alcançada, e há base — relacionada com problemas de geração de alta energia e com a escala fantásticamente pequena em que os fenômenos subatômicos ocorrem — para supor que as confiantes expectativas da década de 50 podem vir a ser desapontadas.⁴ Tratando do assunto com grande cautela, parece razoável dizer que a primazia da física matemática como ciência das ciências, como o núcleo exemplar do progresso científico geral, que ela tem sido desde o século XVII, atualmente está cessando.

O novo eixo é o das ciências da vida, das linhas de investigação que levam para fora da biologia, da química molecular, da bioquímica, da biogenética e da etologia em seu sentido mais amplo. Essas linhas agora parecem irradiar e espiralar-se para todas as dimensões do trabalho científico e filosófico, tal como ocorreu com a física algebrica de Descartes e Newton.

em que se encontra em primeiro plano a teoria das redes, derivada em última instância de um estudo de cristais.

(4) Todo o problema é de uma tal ordem de dificuldade técnica e teórica que o leito tem muito pouco acesso a ele. Mas a "recuperação" de fenômenos que ocorrem na escala de 10^{-17} cm, a necessidade de interpretar tais fenômenos via representações imensamente ampliadas, parecem criar graves obstáculos filosóficos e empíricos. Que tipo de "realidade" está sendo "observada"? Possivelmente, estamos numa fase de limites à observação tanto em escala macrocômica quanto em escala microcômica: galáxias cuja proximidade em relação à velocidade da luz coloca-as no limite do campo observável, e partículas muito pequenas, muito efêmeras, para serem estudadas em qualquer sentido confiante.

Outro traço de uma importante mudança também é evidente. Estão em proliferação disciplinas novas e “relacionais”. A própria bioquímica e a própria biofísica estão em curso de fissão. A virologia, a imunologia, os vários ramos da cristalografia, a química de enzimas estão sendo levadas para novas configurações e vizinhanças. Estão interagindo dentro da hierarquia mais ampla da genética e biologia molecular dos processos vitais. De modo especialmente significativo, esses reagrupamentos estão se aproximando de certos ramos da matemática e em certos pontos na verdade os estão desencadeando. A topologia, a teoria das medidas, a álgebra das redes estão encontrando e também dirigindo as novas e extremamente sofisticadas exigências das ciências biológicas. Uma das figuras-chave dessa mudança é o matemático francês René Thom, que está trabalhando com os “espaços” multidimensionais em que ocorrem os processos de codificação e transmissão genética. Em suma, a “revolução da ciência da vida” do século XX terá seu arsenal matemático característico, tal como a revolução da física mecânica de Galileu e Newton.⁵

Por fim, estamos experimentando exatamente agora uma difusão sintomática de novos conceitos científicos na educação geral. Na medida em que as ciências se tornam cada vez mais obscuras e matemáticas, essa difusão está destinada a ser principalmente metafórica e imagística. Todavia, é real. Não é apenas a dupla hélice do ADN que entrou no repertório da referência comum. Uma história do idioma e do símile ao longo dos últimos anos registraria como de forma acentuada conceitos como “informação”, “codificação”, “sistema vital” e “ambiente” infiltraram-se na linguagem cotidiana a partir do uso especializado, matematicamente formalizado. O fato de a física de Newton ter encontrado expressão na poesia de Pope, enquanto as atuais mudanças científicas estão ecoando imaginativamente sobretudo na ficção científica não significa que seu impacto seja menor. Indica apenas a condição vulnerável atual da literatura.

É difícil mesmo para os cientistas mais bem colocados definir uma revolução de tal escopo e complexidade no que pode ser apenas seus estágios iniciais. É quase impossível para o leigo. Tudo o que ele pode fazer é tentar apreender as formas de mudança, as alte-

(5) Nada é mais instrutivo no tocante às formas e mapeamentos mutáveis na cultura ocidental do que os modos como as abstrações matemáticas aumentam e diminuem a relação com as ciências aplicadas. Cf. a admirável abordagem do tema em *The role of mathematics in the rise of science* (1966), de S. Bochner.

rações na direção e na intensidade da luz à medida que ela alcança a cena. Inevitavelmente, ele tomará as coisas equivocadamente.⁶ Ele se atará ao episódio dramático e deixará escapar a tendência central. Mas dificuldades semelhantes prevalecem quando tentamos apreender — para organizar dentro de nosso próprio campo pessoal de referência — um movimento revolucionário nas artes, na música, no pensamento. E os cientistas estão dizendo que é com alguns desses mesmos movimentos que sua nova visão se relaciona.

São as notações críticas, as peças cruciais que estão mudando. A concepção galileana de ponto, linha e trajetória, as coordenadas em linha reta e as curvas representadas da álgebra e trigonometria cartesiana eram mais que instrumentos de expressão formal. Deram à ciência e à tecnologia modernas uma lógica gráfica, com uma estrutura causal, linear, de elasticidade até então sem rival e com força preditiva. Hoje são o “campo”, a “multiplicidade”, a “amplitude vibratória” dos fenômenos que estão sendo enfatizados. Os contornos da visão da física clássica e mesmo einsteiniana, por mais abstrusos e matematicamente “imaginários” que fossem, eram bem delineados. Hoje, nossa percepção dos processos dinâmicos está começando a focalizar a capa instável, a membrana cujas funções agora parecem ser uma questão de permeabilidade, de transmissão ativa e de metamorfose tanto quanto são de separação e identidade distintiva. Em parte, o novo módulo surge a partir dos conhecidos ajustes nos critérios estatísticos e preditivos da física de partícula que são chamados “princípio de incerteza” ou “indeterminação”. O “centro” não pode — não está destinado a — “reter”, e precisamos apenas ler a fascinante correspondência entre Einstein e Max Born para perceber até que ponto Einstein, que permaneceu um físico essencialmente clássico, temia as insinuações de Yeats, de que a “mera anarquia está solta pelo mundo”.

Mas há muito mais envolvido do que os limites observacionais da indeterminação. O próprio observador, o ato de cognição, estão cada vez mais misturados com o fato observado. Ficamos menos confiantes do que Newton ou Laplace de que “os fatos” têm uma eternidade estável “fora” do alcance contaminador de nossa psique modificadora, cultural e linguisticamente governada. Observar é alterar; definir e compreender, mesmo do modo mais neutro e abstrato, é incorporar a evidência dentro de uma matriz particular de

(6) Como naturalmente também o cientista. Exemplo famoso é o do juízo de Rutherford quanto ao futuro limitado, puramente acadêmico da energia atômica.

escolhas, imagens e reflexos simbólicos humanos. Desde o século XVI o pensamento científico e filosófico não tem sido tão consciente da textura do tecido da experiência, das inumeráveis meadas e entrelaçamentos de relações pelas quais a consciência humana, a linguagem e a fenomenologia do “mundo real” são estreitamente unidas. De um modo indefinível, por analogias inatas de que não se pode dar conta plenamente, mudanças evidentes na arte refletiram as da ciência. Mondrian é provavelmente o último dos grandes cartesianos. Os espaços cambiantes, múltiplos e provisórios de Klee, os campos dinâmicos e “mapas fluidos” de Pollock, a luz pulsante de Rothko não são apenas metáforas do que está acontecendo na lógica das ciências. Também levam o observador para dentro, para o lugar geométrico ativo e instável da energia. Em *Beyond appearance*, C. H. Waddington, eminente geneticista, examinou esses espelhamentos da arte moderna e da ciência.

A imagem do mundo científico da física pós-newtoniana, da termodinâmica, da biologia de antigo estilo caracterizava-se pelas suposições, geralmente muito batidas para serem inconscientes, de linearidade, de lógica causal uniforme, de determinação. Se um processo podia ser encarado “mecanicamente” — ou seja, à luz de um plano com uma firme base matemática —, tanto melhor. Foi a inadequação, para falar francamente, desse ideal mecanicista para dar conta das principais áreas de fato biológico e psicológico — numa época em que esse ideal estava sendo desafiado e modificado na própria física — que acarretou o grande deslocamento para as ciências da vida. Dito de outro modo, enquanto as ciências naturais, desde Galileu e Kepler, estiveram amplamente envolvidas com a transmissão de *força* (gravitacional, eletromagnética, térmica), parece que estamos nos deslocando para um modelo em que é a transmissão de *informação* que mais importa. É a percepção dos processos vitais como realizações do armazenamento, codificação, recuperação, transmissão de informação que hoje está na dianteira. Daí os marcantes encontros de vocabulário — mesmo concebendo que sejam aproximações metafóricas — entre lingüística e biogenética. Daí a convicção em ambos os domínios de que o prodígio radical da matéria viva não é a força mecânica mas o *significado*.

Mais uma vez, há ecos distantes da concepção integral da Renascença e do século XVI, da convicção órfica de que as gramáticas e os modos criativos da linguagem humana têm sua contrapartida em toda a natureza. Há uma modernidade obsedante ainda que ilu-

sória na noção, freqüentemente celebrada por poetas e pensadores barrocos, de que as artérias e os ramos das árvores, os flutuantes movimentos do microcosmo e a solene medida das esferas, as marcas no dorso da tartaruga e os desenhos de veios nas rochas são todos cifras.⁷ Para o simpósio de psicólogos, neuropsiquiatras, zoólogos e neurobiólogos realizado em Alpbach no verão de 1968, tal como para Francis Bacon e Giordano Bruno, a vida é linguagem, e os processos orgânicos são formas articuladas.

III

Alpbach é uma bela aldeia no Tirol. É também a casa de verão de Arthur Koestler, que desde a década de 50 tem se voltado para os aspectos filosóficos e sociais das ciências da vida. Sendo ele próprio um grande escritor com especiais interesses científicos, Koestler tem explorado o problema mente-corpo a partir de dois pontos de vista relacionados. Tem estudado o processo de criação, da gênese de novas formas na biologia, na arte e na história da descoberta científica. Ao mesmo tempo tem enfrentado a questão da natureza da liberdade humana e da responsabilidade moral dentro do contexto das teorias da mente químicas e neurofisiológicas aparentemente deterministas. No correr de seu trabalho, sentiu cada vez maior insatisfação com os instrumentos analíticos e as suposições mecanicistas que as ciências biológicas assumiram, mais ou menos sem contestação, a partir da física do século XIX. O simpósio de Alpbach e as atas, publicadas em *Beyond reductionism* (1970), são o resultado desse mal-estar. Editados por Koestler e pelo professor J. R. Smythies, da Universidade de Edimburgo, esses artigos e discussões informais favorecem uma manifestação controversa e profundamente interessante da nova visão.

O ensaio de Koestler é um bom ponto de partida. Destina-se a romper o círculo do reducionismo, com o que quer dizer o uso de definições “apenas”. A vida é *apenas* um conjunto de reações químicas. O comportamento é *apenas* um caso de reação a estímulo. O cérebro é *apenas* um computador, ou hológrafo, com uma grande

(7) A história dessas estruturas analógicas e, por dedução, de sua influência na atual sensibilidade pode ser encontrada em *The Orphic voice* (1960) e *The human metaphor* (1964), de Elizabeth Sewell, e em *Giordano Bruno and the hermetic tradition* (1964), *The art of memory* (1966) e *Theatre of the world* (1969), de Frances Yates.

capacidade de armazenamento. Esse modo de pensar, discorre Koestler, e a imagem "miscelânea" do mundo que ele acarreta viola a verdadeira natureza dos organismos. Uma forma viva é mais que a soma de suas partes — não em qualquer sentido místico, mas porque os arranjos estratificados e de múltiplos níveis ou hierarquias de partes dentro de partes constituem um todo dinâmico. Postos na mesa, os mecanismos do relógio não são um instrumento de trabalho e — o que é, intuitiva e intelectualmente, mais importante — não são um exato modelo ou imagem de um relógio em funcionamento.⁸ Mas o "todo dinâmico", diz Koestler, é apenas uma estenografia:

Todos e partes nesse sentido absoluto não existem em parte alguma, seja no domínio dos organismos vivos seja no das organizações sociais. O que encontramos são estruturas intermediárias em uma série de níveis em ordem ascendente de complexidade, cada uma das quais tem duas faces voltadas para direções opostas: a face voltada para os níveis inferiores é a de um todo autônomo, a voltada para cima a de uma parte dependente.

Cada um desses níveis terá suas próprias leis de organização e seus padrões intrínsecos. Lembrando a condição dinâmica desses "holons" — em determinado momento o nodo de que outros ramos nascem, em outro o galho que leva ao tronco principal —, o cientista superará a falácia atomística — a imagem errônea de unidades complexas como meros compósitos de partes pequenas, divisíveis. Compreenderá por que organismos complexos ou estruturas psicológicas e sociais não podem ser divididas e reunidas novamente, como na loja de um taxidermista.

Isto não significa — Koestler é enfático — que a aplicação de técnicas analíticas e detalhado exame de componentes devessem ser abandonados. É legítimo analisar fenômenos mentais, por exemplo, em termos de fisiologia cerebral e abordar a estrutura imensamente complexa do cérebro via seus constituintes celulares, moleculares e subatômicos. Mas, insiste Koestler, devemos ser claros sobre aquilo que estamos exatamente fazendo. Cada uma de nossas análises se aplicará apenas a um aspecto ou parâmetro fragmentário, específico do fenômeno. Ao isolá-lo para estudo, produzimos uma espécie de

(8) A crítica de Koestler é perspicaz, mas filosoficamente superficial. A congruência de qualquer modelo ou representação gráfica com qualquer objeto completo pode ser criticada. Todos os modelos são necessariamente estáticos ou redutores. Koestler confunde a função simplificadora, basicamente didática, de modelos com uma compreensão — que pode ser complexa e vital — do que eles representam?

ficção necessária. Cada submontagem extrai significado apenas de sua posição na hierarquia completa. São as linhas de comunicação entre níveis hierárquicos que constituem a vida. Ora, para usar outras palavras, um todo sistematicamente organizado não pode ser "reduzido" a suas partes elementares; só pode ser "dissecado" em seus ramos constituintes. E, por mais útil que seja, essa dissecação produzirá um resultado ambíguo: adquirimos informação parcial, talvez nova, mas perdemos algo do padrão vital organizador. As lentes de aumento mostrarão a fibra da tela; apenas quando nos afastamos uma boa distância o olho inteligente, por um processo de seleção intuitiva dificilmente compreendida, reconstituirá o quadro como um todo significativo.

O professor Paul Weiss, da Universidade Rockefeller, faz uma exposição eloqüente, em seu trabalho em *Beyond reductionism*, sobre a posição vitalista ou "integralista". Para ele, como para os neoplatônicos da Renascença, o universo apresenta-se "como um imenso contínuo coeso".⁹ A dissecação analítica "pode não fornecer explicação completa para o comportamento mesmo do mais elementar sistema vivo". Tal sistema incorpora uma irreduzível dualidade de organização predeterminada e de liberdade. As atividades componentes têm muitos graus de liberdade, de espontaneidade e inovação potenciais. Mas se submetem às restrições ordenadoras exercidas sobre elas pela atividade integral do todo. Há um constante processo de retroalimentação pelo qual "partes" e "todo" interagem. A hierarquia está aberta a energias ascendentes e descendentes. Em um sistema vivo, a estrutura do todo determina as operações das partes; em uma máquina, a operação das partes determina um resultado pré-sintonizado. Os organismos são sem dúvida constituídos de moléculas, mas "não são apenas montes de moléculas". No momento, diz Weiss, não está claro que possamos ir mais adiante. As conquistas da biologia molecular e da neurofisiologia são significativas.

Todavia, ainda não temos qualquer vaga idéia de como esses itens fragmentários de informação, obtidos analiticamente, podiam combinar-se em uma imagem fidedigna do comportamento unitário e or-

(9) Isto, precisamente, pode marcar a linha de divisão entre um mapa da realidade newtoniano e um pré-newtoniano ou pós-newtoniano. A física newtoniana chega a um acordo, embora constrangidamente, com o vazio e a interação em espaços vazios. A noção de um "contínuo coeso" e a tendência emocional que ela representa aponta de volta para as suposições da filosofia natural da Renascença e do século XVI.

denado de nosso sistema nervoso central, de que temos privadamente consciência, e cujas expressões podemos observar no comportamento público dos outros.

Tudo o que podemos supor é que a capacidade de as coisas vivas alterarem enquanto resguardam sua identidade parece depender de uma interação quase inconcebivelmente delicada entre indeterminação no nível do pequeno e determinação no nível do grande.

A dinâmica do "todo" não está, naturalmente, limitada a processos internos. Mais uma vez, de um modo que nenhuma análise esmiuçadora pode mostrar, a matéria viva é uma estrutura de interação constante entre fatores hereditários ou endógenos e influências ambientais. É virtualmente impossível traçar uma linha nítida de demarcação entre o inato e o adquirido — tanto mais em virtude da "presença entre os dois da zona extremamente importante de auto-regulamentações". É assim que o grande psicólogo experimental Jean Piaget e seu colega Bärbel Inhelder descrevem no simpósio o nível de auto-ajuste ou equilíbrio por meio do qual um organismo adapta seu potencial hereditário às exigências e oportunidades do ambiente. A capacidade para auto-regulamentar-se é inata, mas os modos específicos de ajuste não são. O que é imutável é a capacidade para mudança. Em um artigo de amplitude digna de nota, Piaget e Inhelder aplicam esse conceito à aquisição de percepções fundamentais lógicas, relacionais e espaciais por crianças muito novas. É deles uma contestação do behaviorismo. A ação da criança transforma a realidade ao mesmo tempo que a criança também é impulsionada ou transformada pela natureza. O organismo impõe um *esquema* ao mundo circundante. À medida que se desenvolve, que suas relações com o ambiente se tornam mais intrincadas e criativas, esse *esquema* se modifica. Daí a fascinante hipótese de que nosso código de memória, longe de ser fixo e essencialmente automático (como é o de um computador), está em constante processo de reestruturação. "Reembalamos" o passado para nossas novas necessidades à medida que seguimos viagem.

O cerne da argumentação anti-reducionista é o artigo do professor Waddington "A teoria da evolução hoje". O problema da evolução cristaliza as atitudes e métodos da atual revolução científica. Isto não ocorre apenas porque a evolução significa mudança significativa e transmissão de código vital fantásticamente complicado, mas porque corporifica, do modo mais evidente, a singular faculdade da matéria viva de replicar e ainda mudar em interação com o ambiente. Se podemos pensar em um foco gravitacional-algébrico

para a imagem de mundo de boa parte das ciências naturais de Newton a Maxwell, deveríamos pensar agora em um fulcro evolucionário. E ele se encontra exatamente na "interface" entre essa teoria darwiniano-mendeliana de mutação ao acaso mais seleção natural e as recentes descobertas de genética e bioquímica de que encontramos alguns dos argumentos mais característicos e especulativos na ciência atual.

A apresentação de Waddington prossegue inflexível. Aproxima-se de aspectos bastante difíceis da teoria da informação e do tipo de estatística e topologia que pode manipular um organismo, como o homem, que porta até 1 milhão de genes.

Se considerarmos cada gene como uma instrução e pensarmos no número de modos como essas instruções podem combinar-se umas com as outras e interagir com as circunvizinhanças, o número possível de combinações é verdadeiramente astronômico. Se quisermos fazer um diagrama da situação, não poderemos realmente fazê-lo em um quadro-negro de duas dimensões, mas os topólogos da atualidade nos acostumaram a pensar em termos de espaços com um número quase ou absolutamente infinito de dimensões.

A intuição, junto com certos modelos matemáticos muito complexos, sugere a Waddington que esse número imenso de combinações genéticas possíveis de fato favorece a "homeorrese". Isto é um neologismo, e poderemos ouvir falar muito sobre ele nos anos vindouros. Significa uma espécie de estabilidade dinâmica, um "curso estável de mudança", profundamente característico dos sistemas vivos. O primeiro problema é um que de forma mais rudimentar deixou perplexo Darwin: por que todo o sistema não chega a um equilíbrio, o que mantém a vida em evolução?¹⁰ A resposta poderia estar nessa zona de auto-regulamentação que mencionei anteriormente. Tão logo qualquer organismo evolui, modifica os ambientes de todos os outros organismos com que interage. A vida submete e altera o espaço que a circunda. Se o sistema vivo está destinado a explorar esses novos ambientes, tem de haver mecanismos para dispersar suficientemente organismos e mecanismos para produzir novas variações com um potencial hereditário. A pri-

(10) A distância histórica permite-nos supor que um bom número de exemplos da notória cautela de Darwin, de sua hesitação diante de rigorosas conseqüências lógicas, baseava-se em escrúpulos intelectuais profundos. Foram esses escrúpulos, e não o moralismo vitoriano, que influenciaram e atenuaram suas análises. O darwinismo peremptório é em ampla medida obra de T. H. Huxley, cuja *Darwiniana* de 1893 é um exemplo característico.

meira condição oferece pouca dificuldade. É a segunda que tem de ser posta em concordância com o trabalho recente sobre código genético e sobre a reiteração ou replicação dos genes que codificam o ARN.

As sugestões do professor Waddington não são fáceis de serem parafraseadas simplesmente. Ele expõe que é a função de mutação ao acaso não abandonar justamente o gene necessário para adaptação evolucionária, mas, ao contrário, reabastecer as reservas de variação já contida na população. Ele procura, de modo extremamente interessante, introduzir a idéia de uma “forma muito generalizada de aprendizagem” na mecânica fundamental da evolução.¹¹ Certos genes podem estar relacionados com a capacidade de reagir à pressão. Se determinada pressão sempre se apresenta, esses genes serão mantidos pela vantagem seletiva natural que conferem. Continuando ao longo de gerações, a concentração desses genes no organismo na verdade modificará o curso evolucionário, em outra situação estabilizado, e produzirá um fenótipo alterado (o que significa simplesmente um tipo determinado por características visíveis). Isto é, formas vivas criam seu ambiente e são por sua vez recriadas por ele — não no sentido lamarckiano de uma influência direta do ambiente na constituição genética, mas, ao contrário, por seleção prolongada de reações apropriadas. Não é a reação que é herdada, mas a capacidade de reagir às pressões ambientais de modo apropriado.

Assim a assimilação genética torna possível para a evolução explorar o que poderíamos chamar de talento das reações fisiológicas a situações de pressão.

O incômodo é o incentivo da vida.

Esse plano, que, como outros participantes do simpósio de Alpbach indicaram, tem algumas analogias provocativas com teorias atuais sobre a geração de linguagem, dificilmente responde a todas as indagações.¹² A noção de que o conjunto de genes está mudando enquanto a espécie permanece essencialmente a mesma en-

(11) Essa linha de exposição concorda com o trabalho experimental muito recente sobre “processos de aprendizagem” nos organismos monocelulares. A dificuldade surge quando se busca discriminar entre esses processos e meros tropismos.

(12) Indico essas analogias em outra parte deste livro. A questão é dificultada pelo fato de que há na teoria gerativo-transformacional da linguagem aspectos que são tanto inovadores quanto deterministas. Em sua ênfase na liberdade adaptativa, o modelo chomskiano é “vitalista”. Em seu postulado de universais inatos e estruturas de regras, é freqüentemente reducionista.

frenta dificuldades. O trabalho experimental parece mostrar enormes diferenças no ADN reiterado de organismos que em outros termos estão estreitamente próximos. Que tipo de processo de seleção pode possivelmente dar conta do drástico embaralhamento do material genético que ocorre em umas poucas gerações de células? Não sabemos. O que é digno de nota é a observação feita por Koestler:

É pura insensatez dizer que a evolução é “apenas” mutação ao acaso mais seleção natural. Isto significa confundir o simples gatilho com o mecanismo infinitamente complexo em que ele atua.

O nome de Lamarck aparece várias vezes na nova posição “vitalista” ou “organicista”. Como o próprio Koestler observa, a teoria de Waddington *parece* um processo lamarckiano, embora um processo efetuado por meios darwinianos. Waddington expõe, cautelosamente, o pensamento de que a estrutura de proteínas é em certa medida modificável e de que “a estrutura de ADN não é absolutamente tão inflexível como hoje pensamos”. De que outro modo se explica o caso notoriamente difícil da formação rápida e específica de anticorpos que resistem à introdução de novas substâncias no organismo? Nada disso significa lamarckianismo no antigo e primitivo sentido da herança imediata de caracteres adquiridos e de caracteres implantados pelo impacto direto do ambiente. O inconveniente fantasma de Lysenko ainda está em repouso. Mas significa que pensar sobre as interações de material hereditário e ambiente — certamente no nível da célula individual — é muito mais complexo e cauteloso do que era no apogeu da ortodoxia darwiniana.

IV

Para o professor da cátedra Sherard de botânica e professor régio de biologia em Oxford, essas interações são a matéria-prima da história. *A evolução do homem e da sociedade* (1970), do professor C. D. Darlington, é nada menos que uma história do mundo em termos de princípios biológicos. A história humana é um exemplo especial, embora sem dúvida o mais bem documentado, das interações de herança orgânica e ambiente mutável. Os registros militares, as crônicas institucionais, as biografias e os levantamentos sócio-econômicos de que quase todos os livros de história são feitos, constituem, por assim dizer, as estruturas de superfície do curso — subjacente e incomparavelmente mais importante e emocionante —

da evolução biológica e biossocial. C. D. Darlington é sem dúvida um dos mais destacados biólogos de plantas e citologistas do mundo. Seu interesse pela evolução e interatuação dos sistemas genéticos data do início da década de 30. *Genética e homem* (1964) estendeu a discussão às questões humanas. Como o pioneiro geneticista de plantas russo N. I. Vavilov, Darlington é um dos principais autores no campo da história social que lida com as relações de cultivo e cultura. Todo livro de Darlington merece atenção, além do mais porque o *Guardião dos Jardins Botânicos da Universidade* (outro de seus antigos títulos) escreve com estimulante clareza, com poder de organização e torneio da frase que envergonham muitos dos ditos escritores profissionais. O resultado é um volume de formidável categoria e encanto que desafia comparação com H. G. Wells. O registro panóptico de Darlington vai das origens do homem às mais recentes crises de renovação e fragmentação na África e na China. Embora quase toda a história do mundo seja examinada, há uma forte ênfase na linhagem clássica e ocidental. Na concepção de Darlington não há dúvida de que a civilização greco-romana e européia ocidental foi o campo escolhido para o espírito social e intelectual. Se “os últimos 3 mil anos produziram mais evolução do que os anteriores 20 milhões”, é na tradição da aventura mental que leva dos pré-socráticos e de Isaías ao mundo de Marx e de Einstein que esse extremo *accelerando* pode ser melhor rastreado. Nesse vasto discurso, a América e a China merecem apenas um capítulo cada, e a discussão de toda a história chinesa parece menor do que a erudita recensão da cultura do antigo Egito.

Os critérios de Darlington baseiam-se firmemente na genética mendeliana. Com a endogamia, a hereditariedade é completamente poderosa, e o grupo humano se torna uma casta invariável do tipo exemplificado por Esparta. A exogamia produz variabilidade imprezível e a possibilidade de inovação infundável. Toda espécie humana parece adaptada para preservar algum tipo de equilíbrio entre esses dois pólos. Fracassos de adaptação levam a crises históricas e ao desaparecimento de sociedades. O avanço evolucionário na inteligência humana varia entre raças e povos porque o equilíbrio do cruzamento consanguíneo se desvia em maior ou menor extensão do ideal. Raramente conseguimos na escala de toda uma nação ou comunidade o equilíbrio alcançado pela família Rothschild, por exemplo, em que metade dos 58 casamentos de descendentes do fundador foram entre primos em primeiro grau e metade entre casais não-aparentados.

O principal mecanismo criativo da história é a reunião de diferentes raças para formar sociedades estratificadas. As sociedades formadas de classes dirigentes e classes escravas sempre competirão favoravelmente com corpos não-estratificados. (A analogia com o atual pensamento sobre a hierarquia de sistemas orgânicos é óbvia e notável.) Sociedades estratificadas — Egito, Grécia, Roma, Europa feudal e do século XVIII —

eram mais competentes porque suas classes geneticamente diferentes cooperavam para ter um produto mais complexo, mais eficiente, do que as sociedades homogêneas primitivas. Também eram mais adaptáveis porque a hibridização entre classes podia liberar — e no caso de mudança social sempre liberava — nova variabilidade na sociedade estratificada.

As mais bem-sucedidas das elites governantes, sejam arianas, chinesas ou bantos, hibridizaram com seus súditos, mas, ao mesmo tempo, enquanto casta se mantiveram distantes deles. Mais uma vez, a fórmula é de equilíbrio refinadamente avaliado. Uma classe governante sozinha não pode exercer poder exclusivo sobre o comportamento de cruzamento, pois irá cruzar-se consanguíneamente e desintegrar-se. Há necessidade de um clero, talvez recrutado na casta dominante, mas também independente dela, para organizar uma religião cujas regras e mitos levam às práticas corretas de entrecruzamento. Darlington considera o código mosaico uma das mais duradouras soluções para esse difícil problema.¹³ A lição é simples: a hibridização inteligente é a condição necessária do progresso humano. A perda de qualquer comunidade, por mais primitiva que seja, reduz o potencial de encontro e diversidade genética. Este, se quisermos, é o aspecto “liberal” da exposição de Darlington. O outro aspecto não é menos claro: as melhores circunstâncias para hibridização são as que prevalecem nas sociedades fortemente estratificadas e nas sociedades em que o comportamento individual está sujeito a pressões da autoridade tradicional.

Seguindo essas diretrizes, Darlington relata a história do homem neolítico, da Suméria, do antigo Egito e Israel. Trata da fragmentação das cidades-estados gregas e do processo do império de

(13) A idéia de que códigos normativos de comportamento, baseados em autoridade religiosa e ética, são de fato sistemas disfarçados de regulamentação biológica não é, naturalmente, nova. Nesse ponto, a exposição de Darlington está próxima das de Freud e de Lévi-Strauss. O tabu do incesto é, em cada uma dessas teorias da história, o ponto focal em que se encontram as energias biológicas e culturais.

Alexandre a Augusto. Traça a “genealogia”, no verdadeiro sentido do termo, do cristianismo, do islamismo e do hinduísmo. Fala da singular fermentação de energia que levou a reforma e a revolução à Europa e fez com que as raças brancas dominassem parte tão considerável da terra e mandassem nela.¹⁴ Conclui com uma análise magistral das inter-relações do homem biológico e social.

Essa grande travessia do tempo e do mapa está cheia de informações notáveis e freqüentemente recônditas. Ficamos sabendo que Charles Darwin nunca percebeu que a fertilização se realizava por um único espermatozóide — deficiência que compartilhava com os chefes das tribos montanhesas indianas. A compreensão de palavras é antiga, mas não temos evidência de qualquer compreensão de números entre povos paleolíticos. Foi porque o papa Félix IV teve filhos que a Igreja teve Gregório, o Grande. Maomé cometeu dois graves erros de ciência natural: ao adotar um ano lunar, desorganizou as festas e arruinou para sempre as feiras de Meca; ao proibir aos homens de Medina que polinizassem suas tamareiras fêmeas, arruinou a colheita. Os kadars em Kerala são “talvez a única tribo humana que pode caçar pelo faro”. O equívoco fatal de Stalin reside em sua ignorância do fato biológico pelo qual uma revolução é bem-sucedida apenas quando é seguida pela hibridização com seus oponentes e não por sua extirpação. A extinção de dinastias como os Ptolomeus ocorreu não por causa de incesto — casamentos entre tio e sobrinha e uniões entre irmão e irmã eram igualmente frutíferas —, mas por causa da infeliz ocorrência de que a progênie legítima era assassinada com mais freqüência que a ilegítima. A família Barca, que produziu Aníbal, e o clã Buonaparte tinham ligações com Maiorca. E quem senão o professor Darlington afirmaria que a cristandade se afastou permanentemente das regiões muito povoadas do sul “devido a seu desprezo pela limpeza, a sua oposição à nudez e ao banho”?

Em suma: uma história do mundo extremamente estimulante e abrangente, muito bem escrita. Todavia, *em seus próprios termos*,

(14) A histeria e o masoquismo correntes no tocante ao papel da minoria caucasiana na criação e disseminação da civilização humana torna quase impossível estudar o fenômeno da “predominância branca”. As raízes dessa predominância são acidentais, sociológicas, climáticas, nutricionais (isto é, os diferentes níveis de consumo de proteína)? Os que anunciam a afronta de sua consciência radical com os “crimes cometidos pelo homem branco contra outras raças” mal param para notar que mesmo seu “remorso” — histriônico e oportunista como pode ser — é um fenômeno peculiar à sensibilidade ocidental. Todas as raças oprimiram. Quantas se apresentaram em penitência?

um sério desapontamento. Todo o seu uso de mapas de fluxos e genealogias dinásticas não faz do livro de Darlington uma verdadeira “história biológica”. Quando a onda de registros históricos comuns é interrompida por exposição genéticas, estas são de modo quase invariável extremamente generalizadas. Somos informados sobre a “divisão genética entre nações”, sobre o “fluxo de gene” entre conquistador e conquistado, sobre o princípio universal de que não pode haver fusão igual de “raças desiguais, de raças genética e ecologicamente opostas”. Análises precisas freqüentemente são ingênuas: Carlos I e Luís XVI foram ambos “virtuosamente casados com uma mulher estrangeira e privados do conselho de qualquer amante nativa”. Daí seus destinos infelizes. Em outros pontos — em geral fundamentais — as afirmações de Darlington são, no melhor dos casos, não-comprovadas.

Como ele sabe que entre os mongóis nem um gene sofreu mutação em 20 mil anos? Que prova possível tem ele de que os fenícios eram “indivíduos reais” que não respeitavam divisões de língua e de religião? O que se quer dizer exatamente com a afirmação de que os judeus que retornaram a Israel tinham uma continuidade genética “que armazenava seus erros em uma memória coletiva”? De que modo verificável a observação, em si fascinante, de que a estátua etrusca do leão em Vulci lembra um relevo hitita quase mil anos mais antigo autoriza a declaração de que “a continuidade genética se sobrepõe à descontinuidade cultural”?¹⁵ A observação, mais uma vez fascinante, de que os quatro avós de Lenin eram de quatro raças e religiões realmente contribui muito para nossa compreensão da revolução bolchevista? Pode ser demonstrado que os “líderes intelectuais dos cristãos de épocas posteriores” são de fato resultado da assimilação genética de judeus recém-convertidos à comunidade he-lenística? Tome-se ainda a questão da língua. A fórmula de Darlington chama a atenção: “É por intermédio da linguagem humana que a hereditariedade das raças se torna o ambiente do indivíduo”. E acredito que está certo quando enfatiza as profundas diferenças entre línguas e entre a evolução correlata de padrões de pensamento. Mas, quando diz que “cada povo tem um aparelho produtor de som geneticamente diferente de todos os outros”, Darlington está indo inteiramente além e provavelmente contra a evidência disponível. Com muita freqüência as provas oferecidas para afirmações-

(15) Não estou nem inclinado nem qualificado a dizer que o professor Darlington está equivocado nesses pontos. Mas ele é surpreendentemente indiferente à questão do que de fato constituiria prova verificável para suas proposições.

chave não são melhores que as dos discutidos *The history of man* (1954) e *The living races of man* (1965), de Carleton S. Coon.

Isto não é tanto uma crítica ao professor Darlington, cuja erudição e amplitude de paixões especializadas nos tornam tímidos quanto a seu empreendimento. Mesmo em uma comunidade da atualidade, sob rigorosas condições de observação, a determinação de fatos genéticos e possíveis correlatos sociais é extremamente precário. Quando tratamos do passado distante e de fenômenos em escala continental ou milenar, simplesmente não há documentação disponível. Examinadas mais de perto, bom número dos argumentos decisivos de Darlington são alcançadas depois do fato: um positivo e brilhante desenvolvimento histórico ou cultural é prova de hibridização bem-sucedida. O fracasso, por sua vez, revela crise genética. A demonstração pode ser invertida com perigosa facilidade.

A questão pode ser examinada de modo mais simples pela comparação de *A evolução do homem e da sociedade* com *História da peste bubônica nas ilhas britânicas* (1970). A monografia do professor J. F. D. Shrewsbury é quase tão longa quanto a *summa* de Darlington. Trata de um único, embora muito importante, ponto de interação entre biologia e sociedade. É primoroso em seu escrúpulo, em sua análise das agudas dificuldades de juízo que surgem mesmo quando a evidência é precisa e extensa. Ao ver como Shrewsbury enfrenta a questão de ser ou não possível determinar o impacto social e genético da Morte Negra em um único condado, espantamo-nos com o ímpeto assertivo das conclusões de Darlington.

Tanto o simpósio de Alpbach quanto a história de Darlington têm sido veementemente atacados. Um grande número, talvez a maioria, dos biólogos ortodoxos e experimentais viram nos "holons" de Koestler e nos "chreods" de Waddington fantasmas animistas não muito diferentes dos vapores oraculares de Teilhard de Chardin. A "panelinha de Koestler" tem sido atacada por abandonar os ideais de verificação empírica e determinismo analítico a que as ciências naturais devem seu prodigioso avanço. Progresso recente na reconstrução em laboratório das complexas cadeias moleculares de enzimas parece representar precisamente abordagem que os vitalistas de Alpbach estão rejeitando. C. D. Darlington, por sua vez, foi denunciado como racista. Essa acusação não pode, penso eu, ser sustentada. Mas críticas prejudiciais foram feitas tanto a suas generalidades spenglerianas quanto a detalhes específicos de sua exposição.

No entanto, no caso de ambos os livros, a intensidade da con-

trovêrsia indica inequivocamente a importância do que está sendo dito. Trabalhando a partir de questões altamente técnicas de genética, biologia, bioquímica, lingüística, Darlington e os cientista que se encontraram com Koestler apresentaram sugestões que tocam em quase todas as facetas da história humana e da conduta social. Deles é precisamente essa centralidade de preocupação que tão pouco da atual filosofia e literatura consegue comunicar. Não tenho dúvida de que teorias de "codificação" e de "campos" logo prevalecerão no estudo da arte, da música, das instituições sociais. As disciplinas biológicas, a lingüística e a antropologia já estão trabalhando em estreita consciência mútua e com um vocabulário freqüentemente compartilhado. Esta é uma revolução de perspectiva que diz respeito a todos nós. As investigações biogenéticas e biosociais atualmente em curso tocam diretamente na configuração de nossas vidas, nas crenças que professamos, nas expectativas que podemos ter quanto à sobrevivência de uma cultura doente. O anti-reducionismo de Alpbach pode ser não mais que um subterfúgio polêmico nos primeiros estágios de uma revolução científica. Darlington considera seu amplo tratado "meramente um esboço que levanta mais questões do que resolve". Todavia, uma vez levantadas, essas questões não des-cansarão.

Essas perspectivas são estimulantes, mas não deixam de ser ameaçadoras. Desde a Renascença, a civilização ocidental tem atuado na suposição confiante de que as necessidades do homem, de que as exigências de justiça social e consideração pessoal, se mostrariam estar em maior ou menor acordo natural com as descobertas da ciência. Poderia haver manchas incômodas, como as causadas pela excessiva difusão e pressão da tecnologia industrial. Mas, no todo, o homem e a verdade eram companheiros. Certas tendências das ciências da vida hoje lançam dúvida sobre essa suposição. É como se os fatos e as potencialidades bioquímicos e biogenéticos que agora estamos começando a elucidar estivessem emboscados à espera do homem. Pode-se revelar que os dilemas e possibilidades de ação que irão colocar estão fora da moralidade e além da apreensão ordenada do intelecto humano. Parecemos estar no castelo de Barba Azul. Pela primeira vez a inteligência ambiciosa de futuro de nossa espécie, que é um exemplo de evolução sistemática tão intrincada quanto vulnerável, vê-se diante de portas que talvez fosse melhor deixar fechadas. Sob pena de vida.

(1970)